

A INDÚSTRIA DE BENS DE CAPITAL NO BRASIL:

ORIGENS, POLÍTICA ECONÔMICA E DESEMPENHO RECENTE

*Este exemplar corresponde  
a redação final da  
tese defendida por  
Luis Eduardo Alves de Assis,  
Campinas 18 de outubro  
1985*  
*Liana Maria Aureliano*

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Departamento de Economia e Planejamen-  
to da Universidade Estadual de Campi-  
nas, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr. Lia  
na Aureliano.<sup>(1)</sup>

*Silva, Liana Maria Lafayette Aureliano.*

Junho de 1.985.

The Caterpillar was the first to speak.

"What size do you want to be?" it asked.

"Oh, I'm not particular as to size", Alice hastily replied; "only one doesn't like changing so often, you know".

"I don't know", said the Caterpillar.

Alice said nothing: she had never been so much contradicted in all her life before, and she felt that she was losing her temper.

"Are you content now?" said the Caterpillar.

"Well, I should like to be a little larger, Sir, if you wouldn't mind", said Alice: "three inches is such a wretched height to be".

"It is a very good height indeed! " said the Caterpillar angrily, rearing itself upright as it spoke (it was exactly three inches high).

Alice's Adventures in Wonderland.

Lewis Carroll.

A meus professores e alunos que,  
cada qual a seu modo, ainda têm muito  
o que me ensinar.

A meus companheiros do Departamento de Economia da PUCC, com quem busco transformar ensinamentos em reflexão, intenção  
em ato.

## SUMÁRIO

|                                                                                                              | PÁG. |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| 1. PREFÁCIO .....                                                                                            | 6    |
| 2. INTRODUÇÃO .....                                                                                          | 8    |
| 3. CAPÍTULO I: Gênese e Desenvolvimento da Indústria de Bens de Pro-<br>dução no Brasil .....                | 9    |
| 4. CAPÍTULO II: O Desempenho da Indústria de Bens de Capital no Pe-<br>ríodo 1970-1974 .....                 | 33   |
| 4.1. O setor de bens de capital e a política industrial .....                                                | 34   |
| 4.2. O período 70-74: o crescimento combinado .....                                                          | 41   |
| 4.3. O crescimento acomoda tensões: uma palavra sobre a atuação<br>do empresariado no começo da década ..... | 50   |
| 5. CAPÍTULO III: A Desaceleração de 1974-1977 e a Indústria de Bens<br>de Capital .....                      | 53   |
| 5.1. Uma nova orientação para a política industrial: o II PND..                                              | 55   |
| 5.1.1 - O II PND e outras medidas.....                                                                       | 57   |
| 5.1.2 - A atuação do sistema BNDE.....                                                                       | 61   |
| 5.2. A resposta do setor de bens de capital ao II PND: o desem-<br>penho econômico no período 1974-1977..... | 65   |
| 5.3. O II PND e a reação do empresariado.....                                                                | 71   |

|                                                                                                                                 | PÁG. |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| 6. CAPÍTULO IV: A Falência do II PND e a Reversão de Prioridades<br>A Indústria de Bens de Capital no Final dos Anos<br>70..... | 75   |
| 6.1. A falência do II PND e a reversão de prioridades.....                                                                      | 75   |
| 6.2. O desempenho da indústria de bens de capital no período<br>1977-1980.....                                                  | 85   |
| 6.3. A revisão do projeto desenvolvimentista: reação do empre-<br>sariado .....                                                 | 91   |
| 6.4. Uma primeira conclusão: a indústria de bens de capital -<br>nos anos 70 .....                                              | 99   |
| 7. CAPÍTULO V: A Indústria de Bens de Capital Diante da Crise...                                                                | 103  |
| 7.1. A política econômica no período recente: o "ajuste re-<br>cessivo" e a indústria de bens de capital.....                   | 103  |
| 7.2. O desempenho do setor de bens de capital no período re-<br>cente: 1980-1983 .....                                          | 114  |
| 7.3. O empresariado do setor de bens de capital ante a políti-<br>ca recessiva .....                                            | 128  |
| 8. CONCLUSÃO .....                                                                                                              | 139  |
| 9. NOTAS BIBLIOGRÁFICAS .....                                                                                                   | 142  |
| 10. BIBLIOGRAFIA .....                                                                                                          | 156  |
| 11. ANEXOS .....                                                                                                                | 171  |

## PREFÁCIO

Apesar de não ser condizente com a simplicidade que caracteriza o resultado final, o fato é que a elaboração deste estudo se arrastou por vários anos. Ao longo deste período, pude contar com a colaboração e o incentivo de professores e colegas.

Meu especial reconhecimento, em primeiro lugar, a Liana Aureliano que aceitou, incondicionalmente, orientar esta dissertação. A maior parte do que possa haver de útil nestas notas, devo à sua compreensão e a seu incentivo.

Aproveito ainda para registrar minha dívida de gratidão para com os professores do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Campinas que, ao longo do programa de mestrado, em 1979 e 1980, semearam idéias e conceitos que, espero, tenham germinado.

Gostaria de também destacar o apoio recebido por colegas ( na verdade, amigos queridos ) do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com quem tenho tido a oportunidade de dividir, em doses corretas, planos e fantasias. Cito, não para esquecer dos demais, a simpatia e a competência de Rui Affonso, Marcio Percival A. Pinto, Gilson Schwartz, Plinio de Arruda Sampaio Jr., José Geraldo Portugal Jr., Aloizio M. Oliva e Ricardo Abramovay.

Sou ainda grato a Zelia Cardoso de Mello e Samuel Kilsztajn pelas estimulantes discussões que amadureceram conceitos e critérios incorporados neste estudo. Também Venilton Tadini, velho companheiro, não só se dispôs a discutir versões anteriores deste trabalho, como me franqueou o acesso

a estudos e documentos da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base. Agradeço, por fim, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, sem cujo auxílio financeiro a consecução deste trabalho teria sido impossível.

Reza a praxe acadêmica que todas as pessoas não diretamente envolvidas na elaboração de um estudo devem estar a salvo de suas consequências. Não cabe aqui qualquer inovação. Por ser expressão da verdade, quaisquer erros ou omissões — que só não são enumerados para se prevenir novos erros ou omissões — devem ser reputados à minha particular e pessoal teimosia.

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata da indústria brasileira de bens de capital no período recente. A idéia fundamental que alinhava os argumentos é tentar evidenciar que as profundas alterações experimentadas por essa indústria entre 1970 e 1983 estão intimamente relacionadas com a forma de condução da política econômica brasileira. Não se trata, portanto, de um estudo descritivo e pormenorizado que tenha como objetivo a quantificação das numerosas especificidades que caracterizam este segmento industrial. Ao contrário, torna-se relevante em nossa análise a apreensão dos determinantes das modificações estruturais desse setor, assim como a maneira pela qual tais mudanças puderam ser absorvidas e acomodadas nas relações entre a fração da burguesia industrial e Estado.

A estrutura do texto foi organizada em função de períodos que, levando em conta a disponibilidade de material estatístico, enfeixam características predominantemente similares. No primeiro capítulo, analisamos a gênese e o desenvolvimento da indústria de bens de produção, ainda sem preocupação de distinguir a singularidade dos bens de capital. A partir destas notas introdutórias, que apenas inserem o tema no âmbito maior do processo de industrialização, busca-se analisar as transformações no aparelho institucional do Estado para o setor de bens de capital, bem como suas metamorfoses, a nível da estrutura produtiva, entre 1970 e 1983. Especial ênfase será dedicada à profunda inserção do Estado na regulação da atividade econômica e na definição de prioridades estratégicas.

## CAPÍTULO - I

### GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DE BENS DE PRODUÇÃO NO BRASIL

É preciso destacar, desde logo, que o objetivo destas notas introductórias se limita a colocar em evidência os principais traços que caracterizam a evolução histórica da indústria de bens de produção no contexto maior da industrialização brasileira. Não se trata, portanto, de uma tentativa de reinterpretar — ou sequer reescrever em toda sua complexidade — a gênese e transfiguração do capital industrial no Brasil. Espera-se, tão somente, desembaraçar do emaranhado de idéias que compõem o quadro analítico explicativo do processo de industrialização, uma linha de argumentação capaz de destacar especificamente os setores ligados à indústria de base. Tal procedimento, a nosso ver, pode ser duplamente justificado. Em primeiro lugar, cumpre fornecer um substrato a partir do qual os próximos capítulos, que detalham o comportamento recente da indústria de bens de capital, possam ser desenvolvidos. Além de representar um painel de referência, a reconstituição histórica do departamento de bens de produção pode, ademais, representar uma caricatura relevante da própria dinâmica da industrialização brasileira, já que a periodização adotada tem como marcos fundamentais os diferenciados graus de desenvolvimento deste mesmo departamento.

Convém explicitar, por outro lado, que não existe por ora preocupação em se distinguir precisamente a indústria de bens de capital, objeto precípuo dos próximos capítulos, do departamento de meios de produção. Afora as dificuldades de ordem estatística, a própria incipiência do desenvolvimento

to industrial esvaziaria o poder explicativo de uma análise centrada exclusivamente nos focos embrionários da indústria de bens de capital.

É fato conhecido e já estudado que a gênese da indústria brasileira é caracterizada pela predominância quase absoluta do segmento produtor de bens de consumo assalariado. Mais importante do que esta constatação, no entanto, é indagarmos a respeito das razões que teriam impedido o nascimento concomitante da indústria de bens de produção.

Inicialmente, há que se refutar duas falsas alegações que, apesar da frequência com que são citadas, não oferecem uma explicação satisfatória<sup>(1)</sup>. Argumenta-se, por vezes, que a própria estreiteza do mercado teria impedido o desenvolvimento da indústria de bens de produção. Ora, mesmo admitindo-se que o tamanho absoluto do mercado pudesse ter inibido a instalação de plantas com escala mínima vantajada, deve-se lembrar que o complexo exportador cafeeiro foi capaz de gerar demanda não só para bens de consumo, como também, para meios de produção, atendida fundamentalmente através das importações. Houvesse estreiteza de mercado, as importações seriam reduzidas, o que é facilmente desmentido pelas evidências empíricas.

Por outro lado, poder-se-ia pensar que as frequentes desvalorizações cambiais assim como as baixas taxas de salário inviabilizariam a implantação da indústria de bens de produção, face a seu alto componente importado e à utilização relativamente menor de trabalho. Embora aceitável, esta colocação negligencia o fundamental, reduzindo a questão da industrialização pesada a uma simples relação entre preços de fatores.

Na verdade, conforme aponta L. Aureliano<sup>(2)</sup>, o nascimento do capital industrial coloca impedimentos insuperáveis à emergência da indústria de meios de produção determinados pela:

- i) ausência de capitais dispostos a assumir os altos riscos deste investimento;
- ii) impossibilidade de se contornar o problema de concentração e mobilização de capitais;
- iii) falta de acesso à tecnologia mais sofisticada desenvolvida durante a Segunda Revolução Industrial, quando a indústria pesada incorporou importantes inovações que provocaram o aumento da escala mínima de produção;
- iv) dificuldade de obtenção de financiamentos externos.

Para a dinâmica de acumulação do capital industrial, o não surgimento de um departamento de meios de produção estabelece uma dupla dependência em relação ao capital mercantil exportador<sup>(3)</sup>. Primeiramente, para repor e ampliar a capacidade produtiva, o capital industrial depende da capacidade para importar que se subordina, por sua vez, ao desempenho da economia cafeeira. Ademais, é fácil perceber que na medida em que o capital industrial é incapaz de gerar seus próprios mercados, ele depende do crescimento determinado pelo complexo exportador cafeeiro. Em suma, a ausência das bases materiais de produção, que caracteriza a industrialização retardatária, impede que a reprodução ampliada do capital se desenvolva de forma endógena, subordinando-a ao comportamento do capital mercantil exportador.

A nível da ilustração estatística, não é difícil demonstrar o caráter extremamente incipiente dos bens de produção. O discernimento, dentro deste universo, da indústria de bens de capital é, no entanto, praticamente impossível. O Inquérito Industrial de 1907 — provavelmente a primeira compilação de dados a respeito da indústria brasileira — subdivide a indús

tria de bens de capital em apenas dois segmentos: metalurgia-mecânica e material de transporte. A inclusão do setor metalúrgico não deixa de ser compreensível, uma vez que era comum, à época, que no mesmo estabelecimento se desse quer a fundição, quer a produção de máquinas. Todavia, a averiguação da participação relativa da indústria de bens de capital fica prejudicada pelo fato de estar incluído, dentro do primeiro gênero (metalurgia-mecânica) o ramo "Fundição e Obras Sobre Metais", com 169 estabelecimentos. Ora, é evidente — como aponta com propriedade L. A. Corrêa do Lago<sup>(4)</sup> — que muitos destes estabelecimentos eram produtores de bens de consumo. A distorção fica ainda mais grave quando se percebe que este ramo, cuja especificação detalhada é impossível de ser obtida, responde por cerca de 63% do total do valor da produção dos ramos que poderiam ser classificados como bens de capital. Em outros termos, na ausência de uma melhor especificação estatística, há um intervalo muito grande que contém a efetiva participação da indústria de bens de capital no total da indústria de transformação. O Quadro 1 abaixo mostra a composição da atividade industrial por ramos selecionados em 1907. Como se percebe, a inclusão do segmento "fundições" eleva o universo de estabelecimentos de 61 para 230 e o valor da produção de 18,4 para 50 mil contos.

#### QUADRO 1

##### PRODUÇÃO INDUSTRIAL EM 1907 — RAMOS DE ATIVIDADE SELECIONADOS

| GÊNEROS E<br>RAMOS         | NÚMERO DE<br>ESTABELECIMENTOS | VALOR DA<br>PRODUÇÃO (contos) |
|----------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Balanças                   | 1                             | 600                           |
| Fundições e Obras s/Metais | 169                           | 31.625                        |

## QUADRO 1 (Cont.)

| GÊNEROS E<br>RAMOS              | NÚMERO DE<br>ESTABELECIMENTOS | VALOR DA<br>PRODUÇÃO (contos) |
|---------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Máquinas                        | 12                            | 984                           |
| Construção Naval                | 17                            | 5.785                         |
| Carros, Carroças, Vagões, etc.  | 31                            | 11.014                        |
| Total (A)                       | 230                           | 50.008                        |
| Total - "Fundições" (B)         | 61                            | 18.383                        |
| Total Ind. de Transformação (C) | 2.988                         | 668.843                       |
| (A) / (C) em %                  | 7,70                          | 7,48                          |
| (B) / (C) em %                  | 2,04                          | 2,75                          |

Fonte dos Dados Primários: L.A. Corrêa do Lago. A Indústria Brasileira..., op. cit., p. 25

É interessante notar, adicionalmente, que estudo realizado pela Finep<sup>(5)</sup> (Financiadora de Estudos e Projetos) lista ainda para o ano de 1907 os ramos de "Aparelhos Elétricos", "Formas para Calçados", "Foles" e - "Barricas" como representativos da produção de bens de capital. Desta forma considerada, esta indústria estaria composta em 1907, por 239 estabelecimentos, cerca de 8% do total da indústria de transformação (ou 2,34% se excluído totalmente o item "Fundições e Obras sobre Metais").

Quaisquer que sejam as classificações ou as ressalvas de ordem metodológica, porém, a conclusão é unívoca e aponta sempre no sentido da ínfima participação da indústria de bens de capital - e mesmo de bens de produção - na estrutura industrial brasileira do início do século. Este regis-

tro toma-se ainda mais claro e evidente quando se incorpora o resultado a que chega Sérgio Silva<sup>(6)</sup> quando, ao excluir todas as empresas com menos de 1000 contos de capital (critério que, segundo o autor, exclui os pequenos estabelecimentos de tipo artesanal ou pequenas manufaturas), constata que todas as empresas registradas em 1907 operavam no setor de bens de consumo.

Já antes da I Guerra Mundial, por outro lado, o Estado brasileiro legisla sobre a concessão de incentivos para a instalação das indústrias básicas. Em 1910, concede-se mediante decreto a isenção do imposto de consumo e a redução do frete nas ferrovias governamentais para as usinas de ferro e aço. Um ano depois, o Governo compromete-se a fornecer transporte para os insumos e produtos das empresas de ferro e aço. Na falta da apresentação de projetos, escolheu-se um grupo a quem foi concedido o monopólio do mercado de ferro e aço<sup>(7)</sup>.

Não obstante, o irrompimento da I Guerra Mundial, mesmo que não tenha sido o constrangimento essencial, forçou a compressão das importações (ver Quadro 2) e tomou inócuo este conjunto de incentivos.

#### QUADRO 2

ÍNDICE DE QUANTUM DAS IMPORTAÇÕES DE BENS  
DE CAPITAL PARA A INDÚSTRIA (1913 = 100)

1913 - 1920

|      |   |      |      |   |      |
|------|---|------|------|---|------|
| 1913 | - | 100  | 1917 | - | 21,0 |
| 1914 | - | 41,5 | 1918 | - | 24,2 |
| 1915 | - | 16,5 | 1919 | - | 42,3 |
| 1916 | - | 21,1 | 1920 | - | 70,8 |

Fonte dos Dados Primários: Villela, A. e Suzigan, W. Política do Governo..., op. cit., p. 423.

A discussão a respeito do peso e significado da indústria de bens de capital durante a I Guerra comporta ainda uma pequena controvérsia, digna de registro. W.Baer e A. Villela<sup>(8)</sup> afirmam, textualmente, que "a Primeira Guerra Mundial não agiu como um catalisador do crescimento industrial. A razão principal é que a interrupção da navegação dificultou a importação de bens de capital necessários ao aumento da capacidade produtiva e não havia naquela época, nenhuma indústria de bens de capital no Brasil" (grifo nosso). Parece claro, como de resto apontam vários autores<sup>(9)</sup>, que esta última assertiva não é exata. Os próprios dados relativos a 1919, compilados a partir do Censo de 1920, ilustram fartamente que, dentro dos limites já apontados, a indústria de bens de capital contava com centenas de estabelecimentos ao final da segunda década deste século (ver Quadro 3).

QUADRO 3  
COMPOSIÇÃO DA "INDÚSTRIA DE BENS DE CAPITAL"  
1919

| ATIVIDADES E PRODUTOS                                          | Nº DE ESTABE-<br>LECIMENTOS | OPERÁRIOS | VALOR DA PRO-<br>DUÇÃO (Contos) |
|----------------------------------------------------------------|-----------------------------|-----------|---------------------------------|
| Fundição e laminação de Ferro; construção de máquinas em geral | 116                         | 4.859     | 33.051                          |
| Oficinas Mecânicas e Fabricação de peças e acessórios          | 29                          | 372       | 1.995                           |
| Reparação de motores elétricos                                 | 3                           | 69        | 859                             |
| Carros, carroças, vagões, elevadores, etc.                     | 221                         | 2.447     | 32.486                          |
| Construção de barcos                                           | 11                          | 951       | 6.362                           |
| Total (A)                                                      | 380                         | 8.698     | 74.753                          |
| Total da Indústria de Transformação (B)                        | 13.336                      | 275.512   | 2.989.176                       |
| (A) / (B) em %                                                 | 2,9                         | 3,2       | 2,5                             |

Fonte: L.A. Corrêa do Lago. A Indústria Brasileira..., op. cit., p. 43

Não obstante desses sinais de vida, é sem dúvida ainda muito - restrita a importância da produção de bens de capital na segunda década do século. Os Quadros 4 e 5 abaixo indicam que este segmento representava em 1919 apenas 1,5% do total do valor adicionado da indústria. Também a forte dependência em relação às importações - que, com exceção de Material de Transporte, é quase absoluta - mostra a incipiência deste setor.

QUADRO 4

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO, SEGUNDO CATEGORIAS DE USO  
1919

| <u>DISCRIMINAÇÃO</u>     | <u>DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL</u> |
|--------------------------|--------------------------------|
| Bens de Consumo          | 80,2                           |
| Bens Duráveis de Consumo | 1,8                            |
| Bens Intermediários      | 16,5                           |
| Bens de Capital          | 1,5                            |
| Total                    | 100,0                          |

Fonte: A. Fishlow. "Origens e Conseqüências da Substituição de Importações no Brasil". Estudos Econômicos. São Paulo, v. 2, nº 6, p. 21.

QUADRO 5

DISTRIBUIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DE BENS DE  
CAPITAL COMO PERCENTAGEM DA OFERTA TOTAL  
1919

| <u>GÊNEROS</u>         | <u>%</u> |
|------------------------|----------|
| Mecânica               | 96,7     |
| Material Elétrico      | 100,0    |
| Material de Transporte | 53,5     |

Fonte: A. Fishlow. "Origens e Conseqüências ...", op. cit., p. 22.

A década de 20, como é sabido, caracteriza-se por baixas taxas de crescimento industrial. Segundo aponta A. Fishlow<sup>(11)</sup>, o crescimento industrial acumulado entre 1920 e 1929 é de apenas 37%. Para A. Villela e W. Suzigan<sup>(12)</sup>, a indústria de transformação como um todo teria crescido ao longo dos anos 20 cerca de 2,8% a.a. . Cláudio Haddad<sup>(13)</sup>, por sua vez, chega a uma taxa média anual pouco superior a 5%, incluindo em suas estimativas os setores de Mineração e Eletricidade. Afora este traço fundamental, contudo, interessa-nos analisar duas outras características de alto significado para as transformações da indústria nesta década: a modernização e a diversificação da estrutura industrial brasileira.

A modernização pode ser explicada pela forte elevação da capacidade de importar, que permitiu um vigoroso incremento das importações de máquinas e equipamentos. Com efeito, o poder de compra das exportações quase triplicou entre 1920 e 1929<sup>(14)</sup>. Ao mesmo tempo, as importações de bens de capital subiram de 7,26 milhões de libras em 1919 para 20,65 milhões dez anos depois<sup>(15)</sup>.

A diferenciação da estrutura industrial, por sua vez, marca o que L. Aureliano define como o surgimento do embrião do departamento de bens de produção. Há, segundo a autora, uma profunda descontinuidade entre as indústrias de bens de produção implantadas desde o início do século, e principalmente durante a I Guerra Mundial, e aquelas criadas ao longo da década de 20. Mesmo que não deva ser superestimado, a importância deste crescimento reside justamente no fato de que este surto inicial foi condição para que, mais tarde, o capital industrial pudesse se reproduzir de modo gradativamente autônomo em relação ao capital mercantil exportador. Bastante ilustrativo a este respeito, é a criação nos anos 20 de vários estabelecimentos nos ramos

industriais mais dinâmicos e complexos. Segundo estimativas de estudo recente<sup>(16)</sup>, dos 694 estabelecimentos produtores de bens de capital recenseados em 1940, 138 (ou 20%) foram criados entre 1920 e 1929.

Mesmo que não se esgote nesta razão, boa parte deste processo de diversificação da estrutura industrial pode ser explicada pelo arsenal de medidas incentivadoras que marcaram o decisivo apoio do Estado à burguesia industrial emergente. O surgimento da pequena indústria do aço, por exemplo, é um caso específico de diversificação ocorrido nos anos 20 que, pela sua crucial importância para a produção de bens de capital, justifica uma análise mais detalhada.

O elenco de estímulos concedidos a esta indústria entre 1918 e 1924 é bastante apreciável. Entre outras medidas, são dignas de nota:

- i) a isenção do imposto de consumo e do imposto de importação;
- ii) a concessão de subsídios a tarifas ferroviárias e marítimas;
- iii) a garantia por parte do Governo de compra de um terço da produção;
- iv) o financiamento estatal de 80% do investimento requerido com juros de 6% ao ano e prazo de carência de cinco anos<sup>(17)</sup>.

Embora limitados, não é ocioso arrolar alguns dos resultados deste conjunto de incentivos. A produção de aço em lingotes — que começou efetivamente com a operação plena da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira em 1924 — cresceu de 4,5 mil toneladas neste ano para 26,8 mil toneladas em 1929, quando atendia a 75% da demanda. A produção de laminados, por seu turno, iniciou-se em 1926 com 16 mil toneladas, alcançando cerca de 30 mil toneladas em 1929<sup>(18)</sup>.

É preciso, contudo, não superdimensionar este crescimento. Malgrado o apoio do Estado, as tentativas de implantação da indústria pesada não lograram superar os impedimentos objetivos determinados pela incapacidade do empresariado nacional enfrentar os problemas de mobilização e concentração de capitais. Nomeadamente, a maior atratividade do setor exportador, o relativo desinteresse do capital internacional e, em especial, o restrito campo de atuação do "Estado oligárquico" (que o impedia de chamar a si a responsabilidade direta de implantar a indústria de base) mostraram o caráter prematuro destes esforços. Em 1929, é bastante ilustrativo o fato de que, apesar da modernização e diversificação da estrutura industrial, a importação de equipamentos representava 31% do total das importações brasileiras, refletindo o caráter rudimentar da produção nacional de bens de produção, e particularmente de bens de capital<sup>(19)</sup>.

De acordo com L. Aureliano, o surgimento de um embrião do departamento produtor de meios de produção pode ser visto como "o sinal de que a economia exportadora capitalista havia levado até a plenitude de suas potencialidades, sobrepassando-as mesmo, ao gerar, no seu movimento, algo de essencialmente contraditório com o padrão de acumulação que lhe era próprio"<sup>(20)</sup>. Em outros termos, a instalação deste núcleo cria as condições iniciais para a deflagração de um processo de progressiva ruptura da relação de dependência do capital industrial face ao capital mercantil. Daí a oportuna denominação de "indústrias artificiais" para se referir ao núcleo do departamento de meios de produção surgido durante a década de 20. Artificiais, explica a autora, "porque estranhas a um padrão de acumulação cuja dinâmica é comandada pelo capital exportador e cujas condições sociais e políticas são definidas através das relações de dominação impostas pela fração hegemônica da burguesia exportadora"<sup>(21)</sup>.

A partir do começo da década dos 30 configura-se um novo padrão de acumulação caracterizado pela progressiva autonomia do capital industrial, pelo lado da realização dos lucros e de sua reprodução ampliada. Isto porque passa a existir, nas palavras de J. M. Cardoso de Mello, "um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais"<sup>(22)</sup>. A autodeterminação do processo de desenvolvimento industrial, não obstante, é obstaculizada pela insuficiência de bases técnicas e financeiras, o que impede a instalação completa da indústria de bens de produção. A taxa de acumulação persiste, assim, limitada em última instância pela capacidade para importar da economia, em que pese a crescente diferenciação dos setores básicos.

É interessante observar que, ao contrário do que ocorreu na segunda metade da década dos 50, não há ainda neste período condições objetivas para que o Estado e as empresas internacionais expandissem suas atividades em direção ao desenvolvimento intensivo de um departamento produtor de meios de produção.

No que tange ao Estado, há que se perceber inicialmente as restrições determinadas pela própria arrecadação tributária, insuficiente para uma empreitada desta envergadura. Mais que isso, o Estado pouco poderia dispor da capacidade para importar, já comprometida com a expansão da indústria leve. Lembre-se, por fim, as reduzidas possibilidades de financiamento externo.

As empresas internacionais, por sua vez, também encontrariam obstáculos insuperáveis à sua expansão, a começar pelas sequelas da Crise dos 30 que se arrastam até a segunda metade da década de 40. Ademais, os próprios Estados Nacionais limitaram a exportação de capital produtivo pesado no intui

to de impedir o acesso a suas vantagens tecnológicas. Por último, sempre segundo J. M. Cardoso de Mello e nas suas palavras, "não havia sentido para uma empresa internacional correr sozinha os riscos e incertezas de implantação de indústrias pesadas com taxas esperadas de lucro muito baixas ou mesmo negativas. O grande grau de complementaridade dos ramos industriais básicos exigiria que 'pacotes' de investimentos fossem realizados conjuntamente por várias empresas, o que não poderia acontecer sem uma coordenação de forças superiores"<sup>(23)</sup>.

Seguramente, de qualquer forma, as décadas de 30 e 40 marcaram um relativo avanço da indústria brasileira de bens de capital. De acordo com estimativas de recente estudo do IBRE/FGV<sup>(24)</sup>, dos 694 estabelecimentos produtores de bens de capital recenseados em 1940, 116 haviam sido criados entre 1930 e 1934 e nada menos que 249 entre 1935 e 1939. Para a década de 40, a mesma fonte estima que foram fundadas 970 empresas no conjunto dos três segmentos que compõem, pela metodologia adotada no Censo de 1950, as indústrias mecânicas. Das empresas recenseadas em 1950, pertencentes aos segmentos que compunham a indústria de bens de capital, 69% haviam sido fundadas ao longo da década de 40.

Especificamente para o ano de 1940, dados censitários permitem uma caracterização mais detalhada do setor produtor de bens de capital. Aqui, ainda, a configuração dos dados não permite precisar o exato perfil deste segmento industrial. Ocorre que o ramo "Serralheria, Caldeiraria e Ferraria" incorpora tanto bens de consumo como bens de capital, sendo impossível estimar a participação relativa de cada uma das categorias de uso. Dada esta restrição, pode-se apenas estabelecer um intervalo que contenha a participação da indústria de bens de capital, como mostra o Quadro 6.

## QUADRO 6

INDICADORES SELECIONADOS DA INDÚSTRIA DE  
BENS DE CAPITAL, POR SEGMENTOS INDUSTRIAIS - 1939

| SEGMENTOS<br>INDUSTRIAIS                                                              | NÚMERO DE<br>ESTABELECIMENTOS | NÚMERO DE<br>OPERÁRIOS | VALOR DA<br>PRODUÇÃO<br>(Contos) |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|------------------------|----------------------------------|
| Construção de Máquinas motri-<br>zes não elétricas                                    | 5                             | 106                    | 1.549                            |
| Construção de Máquinas, Apar-<br>relhos e Equipamentos                                | 32                            | 943                    | 23.001                           |
| Construção de Máquinas - Fer-<br>ramenta e Máquinas Operatri-<br>zes para a Indústria | 91                            | 3.428                  | 50.607                           |
| Construção de Máquinas e Equi-<br>pamentos para a Lavoura                             | 134                           | 3.603                  | 47.189                           |
| Construção de Instrumentos e<br>Aparelhos Industriais                                 | 39                            | 1.056                  | 24.731                           |
| Construção de Material Elé-<br>trico                                                  | 90                            | 4.100                  | 126.559                          |
| Construção de Material de -<br>Transporte                                             | 240                           | 7.534                  | 82.563                           |
| Construção de Material de Co-<br>municação                                            | 16                            | 613                    | 14.823                           |
| Montagem e Reparação Mecâni-<br>ca                                                    | 43                            | 4.143                  | 400.231                          |
| Outras Indústrias Mecânicas                                                           | 4                             | 98                     | 2.078                            |
| Serralheria, Caldeiraria e<br>Ferraria (A)                                            | (610)                         | (12.287)               | (155.060)                        |
| Total das Indústrias Mecâni-<br>cas (B)                                               | 694                           | 25.624                 | 773.331                          |
| Ind. de Transformação (C)                                                             | 40.989                        | 814.629                | 15.638.476                       |
| (B) / (C) em %                                                                        | 1,7                           | 3,1                    | 4,9                              |
| (B + A) / (C) em %                                                                    | 3,2                           | 4,7                    | 5,9                              |

Fontes: INCE - Recenseamento Geral do Brasil, 1940. Citado em Corrêa do Lago

Como se percebe, a participação relativa da indústria de bens de capital no total da indústria de transformação continua reduzida, qualquer que seja sua configuração ou atributo. A nível do número de estabelecimentos, por exemplo, a participação exata deverá se situar entre 1,7% e 3,2%, algo não muito distinto do estimado para 1919 (2,9%).

Por ser delimitada por dois levantamentos censitários, a década de 40 permite pela primeira vez um acompanhamento uniforme, passível de comparação, dos gêneros industriais mais relacionados à produção de bens de capital. Conforme indicado pelo Quadro 7, abaixo, todos os gêneros relacionados a esta indústria experimentaram um forte incremento no período intercensitário. O número de estabelecimentos, por exemplo, salta de 694 em 1939 (conforme o conceito mais restrito, que exclui o segmento "Serralheria, Caldeiraria e Ferraria") para 1.642 dez anos depois. Incrementos igualmente significativos podem ser visualizados para o número de operários e valor da produção. Há que se perceber, contudo, que este crescimento é limitado pelas restrições determinadas pelo padrão de acumulação vigente e que, desta forma, não pode guardar comparação, qualitativa ou quantitativa, com o crescimento verificado na década de 50. Em outras palavras, deve-se ter claro que o avanço da indústria de bens de capital nas décadas de 30 e 40 deu-se no contexto de uma industrialização restringida, quando se verifica, a despeito do limite em última instância dado pela capacidade de importar, uma contínua diferenciação da indústria leve de bens de produção incentivada muitas vezes por um forte protecionismo externo.

QUADRO 7

ESTABELECIMENTOS, OPERÁRIOS E VALOR DA PRODUÇÃO - PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO PARA GÊNEROS SELECIONADOS. 1940 - 1950

| PERÍODOS<br>E<br>ATRIBUTOS | GÊNEROS  |     |                                |     |                       |     |       |     |
|----------------------------|----------|-----|--------------------------------|-----|-----------------------|-----|-------|-----|
|                            | MECÂNICA |     | MAT. ELÉTRICO<br>E DE COMUNIC. |     | MAT. DE<br>TRANSPORTE |     | TOTAL |     |
| Estabelecimentos           | Nº       | %   | Nº                             | %   | Nº                    | %   | Nº    | %   |
| 1939                       | 327      | 0,8 | 119                            | 0,3 | 248                   | 0,6 | 694   | 1,7 |
| 1949                       | 762      | 0,9 | 341                            | 0,4 | 539                   | 0,7 | 1642  | 2,0 |
| Operários                  | Nº       | %   | Nº                             | %   | Nº                    | %   | Nº    | %   |
| 1939                       | 9064     | 1,4 | 4018                           | 0,6 | 8453                  | 1,2 | 21533 | 3,2 |
| 1949                       | 22281    | 2,0 | 13939                          | 1,3 | 15659                 | 1,4 | 51879 | 4,7 |
| Valor da Produção *        | Nº       | %   | Nº                             | %   | Nº                    | %   | Nº    | %   |
| 1939                       | 166,4    | 1,0 | 143,5                          | 0,9 | 463,4                 | 3,0 | 773,3 | 4,9 |
| 1949                       | 1718,5   | 1,6 | 1501,5                         | 1,4 | 2477                  | 2,3 | 5697  | 5,3 |

Fonte: IBGE - Censo Industrial de 1950, vol. III, Tomo I, 1957, p. 1.

(\*)Valor da produção em mil Cr\$ correntes.

A segunda metade da década de 50 assistiu o que J. M. Cardoso de Mello chamou, com felicidade, de "verdadeira onda de inovações schumpeteriana"<sup>(25)</sup>. A partir de então demarca-se um novo padrão de acumulação caracterizado e determinado não só por um profundo salto tecnológico como também pelo avanço da capacidade produtiva dos setores de bens de produção e bens de consumo durável muito além da demanda de seus mercados.

Fundamentalmente, dois pontos de apoio sustentaram esta vigorosa expansão: o novo capital estrangeiro e a participação direta do Estado em

setores estratégicos.

A presença do capital estrangeiro como ponto de alavancagem do Plano de Metas ("a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país", segundo C. Lessa<sup>(26)</sup>) não pode ser confundida com um mero desdobramento das filiais internacionais já há muito radicadas no Brasil. Trata-se de uma nova e poderosa onda de internacionalização do capital produtivo oriunda da própria dinâmica da concorrência oligopólica nos países plenamente industrializados que têm o Brasil como destino acolhedor, da das as boas oportunidades de inversão garantidas por generosos incentivos governamentais<sup>(27)</sup>.

A este respeito, a indústria de bens de capital oferece um quadro particularmente ilustrativo. Das 103 empresas listadas na amostra do estudo do IBRE/ICV<sup>(28)</sup>, 30 foram fundadas entre 1956 e 1960. Também o estudo realizado pela Finep<sup>(29)</sup> é bastante esclarecedor neste ponto. Da amostra seleccionada de 135 empresas, verifica-se que 51 delas foram criadas após 1950. Destas, 37 são estrangeiras e apenas 14 nacionais. Das 61 empresas estrangeiras que constam da amostra apenas 24 foram fundadas antes de 1950, fato que ocorre com 60 das 74 empresas nacionais listadas (ver, a propósito, lista completa das empresas e respectivas datas de fundação no Anexo 1).

Quanto à importância da ação do Estado, é de se notar que, afora estimular e acomodar o capital estrangeiro, foram deflagrados nesta época investimentos notáveis no setor de infra-estrutura bem como nas indústrias de base sob sua responsabilidade. Ademais, ao investir diretamente o Estado não só criou economias externas como também gerou demanda para o investimento privado. Estima-se que o investimento total na indústria de base entre 1957 e 1961 tenha sido da ordem de Cr\$ 72,7 bilhões, 20,4% do investimento global do

Plano de Metas<sup>(30)</sup>. O objetivo, como se sabe, era o de integrar verticalmente a estrutura industrial através da implantação de seus estágios superiores e do capital social básico de apoio.

Uma das metas era justamente a instalação de um setor produtor de equipamentos, meta esta que abrangia a indústria automobilística, a construção naval, a indústria mecânica e a de material elétrico pesado.

É extremamente significativa a importância da instalação da indústria automobilística para o segmento produtor de bens de capital, não só pelos seus vigorosos efeitos de encadeamento como também pelo fato de ter esta própria indústria se concentrado inicialmente na montagem de veículos pesados. Em outros termos, a internalização da indústria automobilística não só induziu a produção de equipamentos por parte de seus fornecedores como também ela própria constituiu importante segmento produtor de bens de capital. Como ilustra o Quadro 8, mais de 80% da produção da indústria automobilística entre 1957 e 1960 é constituída de veículos convencionalmente considerados como bens de capital.

#### QUADRO 8

##### METAS E PRODUÇÃO EFETIVA DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA 1957 - 1960

(em mil unidades)

|                    | META  | PRODUÇÃO |
|--------------------|-------|----------|
| Caminhões e Ônibus | 170,8 | 154,7    |
| Jipes              | 66,3  | 61,3     |
| Utilitários        | 52,6  | 53,2     |
| Automóveis         | 58,0  | 52,0     |
| Total              | 347,7 | 321,2    |

Fonte: C. Lessa. Quinze Anos ..., op. cit., p. 49

Estes dados tornam-se ainda mais relevantes quando se recorda que antes do Plano de Metas a produção brasileira estava restrita a 2500 caminhões por ano, com baixo índice de nacionalização.

No tocante à construção naval, a meta incluía a criação de dois estaleiros e o reaparelhamento de quatorze já existentes. O plano elaborado pelo GEICON (Grupo Executivo da Indústria Naval) propunha ainda a construção de três diques secos com o que se esperava dotar o país de uma capacidade total nominal de 160 mil dwt. Até 1955, a indústria naval brasileira se resumia à fabricação de pequenas embarcações e reparos de menor vulto.

A última meta relativa à produção de bens de capital referia-se à indústria mecânica e de material elétrico pesado. Neste caso, não foram estipuladas metas quantitativas mas, de acordo com o Conselho de Desenvolvimento, referido por C. Lessa<sup>(31)</sup>, a produção de máquinas e equipamentos cresceu mais de 100% e a de material elétrico pesado mais de 200% entre 1955 e 1960. Para a indústria de máquinas-ferramenta, especificamente, são disponíveis estatísticas mais detalhadas (ver Quadro 9) que ilustram de forma categórica o excepcional crescimento da produção brasileira neste setor.

#### QUADRO 9

##### PRODUÇÃO NACIONAL DE MÁQUINAS - FERRAMENTA 1955 - 1961

| TIPOS DE MÁQUINAS | (em unidades) |      |      |      |      |      |      | %     |
|-------------------|---------------|------|------|------|------|------|------|-------|
|                   | 55            | 56   | 57   | 58   | 59   | 60   | 61   |       |
| Torno             | 2443          | 3072 | 2583 | 3149 | 3053 | 3766 | 4638 | 89,8  |
| Fresadora         | 72            | 67   | 142  | 159  | 190  | 186  | 278  | 286,1 |
| Furadeira         | 614           | 1341 | 1522 | 2051 | 2346 | 2809 | 5311 | 765,0 |
| Plaina            | 200           | 384  | 369  | 446  | 504  | 765  | 937  | 368,5 |

QUADRO 9 (Cont.)

| TIPOS DE MÁQUINAS                 | 55          | 56          | 57          | 58          | 59          | 60           | 61           | <sup>g</sup><br>55-61 |
|-----------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|--------------|-----------------------|
| Rosqueadora                       | 19          | 18          | 25          | 36          | 28          | 45           | 53           | 178,9                 |
| Serra                             | 113         | 676         | 588         | 862         | 873         | 1210         | 1296         | 1047,0                |
| Retificadora                      | 2           | -           | -           | 44          | 61          | 46           | 79           | 3850,0                |
| Afiadora                          | -           | -           | -           | 22          | 38          | 69           | 101          | -                     |
| Máquinas especiais                | -           | -           | -           | -           | -           | 47           | 11           | -                     |
| Máquinas c/produção de cavaco (A) | <u>3463</u> | <u>5528</u> | <u>5229</u> | <u>6769</u> | <u>7093</u> | <u>8943</u>  | <u>12704</u> | 266,8                 |
| Prensa Hidráulica                 | 131         | 244         | 210         | 314         | 228         | 318          | 333          | 154,2                 |
| Prensa Excêntrica                 | 643         | 1003        | 848         | 1075        | 1035        | 1384         | 1651         | 156,8                 |
| Prensa de Fricção                 | 44          | 95          | 79          | 83          | 87          | 108          | 128          | 190,1                 |
| Prensa: Horizontal                | -           | 7           | 9           | 3           | 10          | 10           | 27           | -                     |
| Martelo                           | 1           | 1           | 1           | 6           | 5           | 9            | 7            | 600                   |
| Guilhotina                        | 71          | 124         | 114         | 139         | 160         | 248          | 346          | 387,3                 |
| Dobradeira                        | 98          | 134         | 94          | 128         | 133         | 131          | 182          | 85,7                  |
| Cilindradeira                     | 12          | 16          | 14          | 26          | 31          | 63           | 108          | 800                   |
| Outras Máquinas de Deformação     | 15          | 27          | 28          | 24          | 30          | 31           | 31           | 106,7                 |
| Máquinas de Deformação (B)        | <u>1015</u> | <u>1651</u> | <u>1397</u> | <u>1798</u> | <u>1719</u> | <u>2302</u>  | <u>2813</u>  | 177,1                 |
| Total (A) + (B)                   | <u>4478</u> | <u>7209</u> | <u>6626</u> | <u>8567</u> | <u>8812</u> | <u>11245</u> | <u>15517</u> | 246,5                 |

Fonte: Cepal. La Fabricación de Maquinarias y Equipos Industriales en América Latina. 1962.

A nível censitário, os principais gêneros representativos da indústria de bens de capital mostram também sem ambigüidades os fortes efeitos desta gigantesca concentração de investimentos nos setores básicos da economia.

QUADRO 10

PARTICIPAÇÃO DE GÊNEROS SELECIONADOS NO TOTAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO  
1949 - 1950

| Gêneros             | Valor da Produção |      | Valor de Transformação |      |
|---------------------|-------------------|------|------------------------|------|
|                     | 1949              | 1950 | 1949                   | 1950 |
| - Mecânica          | 1,6               | 2,8  | 2,1                    | 3,4  |
| - Material Elétrico | 1,4               | 4,0  | 1,6                    | 4,0  |
| - Mat. Transporte   | 2,3               | 6,8  | 2,2                    | 7,6  |
| Total               | 5,3               | 13,6 | 5,9                    | 15,0 |

Fonte: IBGE. Censos Industriais de 1950 e 1960.

Como se percebe, a participação conjunta dos gêneros selecionados quase triplica ao longo dos anos 50. Por mais eloquentes que sejam as ilustrações quantitativas, no entanto, não se deve perder de vista o significado conceitual deste bloco de investimentos nas indústrias de bens de produção. Ao "enegrecer a matriz de relações interindustriais", para usar uma caprichosa expressão de Celso Furtado, o ciclo de expansão do período 56-61 rompe os limites da industrialização restringida e impõe um novo padrão de acumulação onde a constituição de um departamento produtor de meios de produção assegura endogenamente a reprodução ampliada do capital, permitindo à capacidade produtiva crescer adiante da demanda e, assim, auto-determinando o processo de desenvolvimento da indústria.

Como se sabe, o ciclo expansivo do período 57-61 redundou em uma crise de superacumulação acompanhada por um vigoroso recrudescimento do processo inflacionário. Não cabe aqui — é preciso repetir — intentar uma análise exaustiva a respeito dos complexos determinantes da desaceleração do

ritmo de acumulação bem como das razões que transformaram esta desaceleração' em crise. A explicação definitiva deste momento já nos ofereceu M. C. Tavares, que aponta problemas tanto pelo lado da realização dinâmica de um potencial de acumulação crescente, como pelo lado do ajuste entre a estrutura da oferta e demanda industriais<sup>(32)</sup>.

No que tange especificamente ao desajuste entre estrutura da demanda e capacidade produtiva, contudo, é pertinente examinarmos com mais cuidado o fundamental papel do setor de bens de produção que, por decorrência do efeito acelerador, é o que mais problemas apresenta pelo lado da demanda induzida.

Como aponta M. C. Tavares<sup>(33)</sup>, excetuando-se a siderurgia e a metalurgia produtora de não ferrosos, o setor de bens de produção começou a ter problemas de capacidade ociosa não planejada já a partir do início da década de 60, uma vez que as favoráveis condições de produção interna — derivadas quer do efeito acelerador, quer do estrangulamento externo — haviam reduzido o superdimensionamento das plantas.

Estimativas da autora indicam um crescimento médio anual da ordem de 22% entre 1957 e 1961. Ora, a manutenção do ritmo de acumulação do setor exigiria um enorme crescimento do investimento global, o que, por várias razões não era factível.

Note-se, primeiramente, que já se haviam esgotado as oportunidades de investimento no próprio setor de bens de produção por parte das filiais internacionais. A demanda por reposição, por sua vez, era limitada pelas próprias condições do parque industrial que havia sido renovado e diversificado de forma intensa no período imediatamente anterior. Mesmo as indústrias tradicionais tinham suas decisões de investimento inibidas pelo pequeno

dinamismo da demanda por bens de consumo popular.

Por parte do setor privado, os investimentos eram reduzidos pelo próprio término dos efeitos gerados pela implantação dos grandes projetos do complexo metal-mecânico. Restaria o investimento público, cujo financiamento, por seu turno, se defrontava com numerosos obstáculos, a começar pelo vultoso déficit fiscal. Some-se a isto as dificuldades de financiamento externo, derivadas não só da ruptura com o FMI e Banco Mundial em 1959 como também da pouca confiança das agências internacionais em relação ao governo João Goulart.

Além de inviabilizarem a sustentação de um patamar de investimentos, estes problemas financeiros conduziram a significativos cortes no investimento público em 1963, com forte impacto sobre a indústria mecânica e de equipamentos elétricos. A partir daí, o setor de bens de produção — que já enfrentava problemas pelo lado dos determinantes do investimento — passa a acumular entraves pelo lado da demanda corrente para a capacidade já instalada, o que só pôde ser solucionado a partir da reforma fiscal de 1966 e da recuperação do processo de acumulação da economia.

A alternância de regime, com o golpe de 1964, traria ainda o progressivo acirramento da "privatização do Estado" em que predomina o não - discernimento entre objetivos pretensamente genéricos da política econômica e a lógica da acumulação privada. Neste movimento — muitas vezes confundido com o mero aumento da participação estatal na economia — torna-se mais nítido o comportamento do Estado, enquanto mobilizador e concentrador do excedente, que é repassado ao setor privado da economia. Bastante ilustrativo, a propósito, é o surgimento em 1964 da Comissão de Desenvolvimento Industrial e da Agência Especial de Financiamento, criadas com a finalidade de conceder estí

mulos para a indústria. Ambas terão grande influência sobre o desempenho da indústria de bens de capital na década de 70, como será visto. Também exemplar, dentro do quadro analítico mencionado, é o comportamento do BNDE que passa a alocar recursos crescentes para o setor privado, em detrimento do se tor público<sup>(34)</sup>.

## CAPÍTULO - II

### O DESEMPENHO DA INDÚSTRIA DE BENS DE CAPITAL NO PERÍODO 1970 - 1974

A política de estabilização implementada no período 1964 - 1967 envolveu um complexo conjunto de transformações institucionais que logrou pavimentar o terreno para um novo e vigoroso ciclo de expansão.

A ortodoxia oficial, cuja estratégia foi consubstanciada no PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), elegeu como questão prioritária o combate à inflação, diagnosticada como resultante de uma demanda agregada excessiva. Seguindo o receituário tradicional, promoveu-se a fortes reduções - nos gastos públicos, complementados por uma rígida política monetária e uma compressão dos salários. Paralelamente, revigorou-se a arrecadação tributária mediante a Reforma de 1965-1967, o que, por sua vez, foi acompanhado pela instituição de uma política tarifária considerada "mais realista".

Não cabe aqui, é preciso reiterar, uma análise detalhada sobre as numerosas medidas que compuseram a política de estabilização deste período<sup>(35)</sup>. Importa notar, todavia, que no que tange à indústria de bens de capital, o resultado desta política foi o surgimento de altas taxas de capacidade ociosa, provocadas pela contenção do nível de atividade econômica (e especialmente pelos cortes nos gastos públicos) e exacerbadas pelo fato de que o setor acabava de apresentar, como foi visto, altas taxas de expansão na capacidade produtiva instalada.

A nível global, a forma pela qual foi conduzida a política de estabilização acelerou a queima de capital excedente mediante a liquidação de

pequenas e médias empresas, propiciando condições para a retomada do ciclo ex pansivo. Afora isto, as reformas promovidas no período 1965-1967 alavancaram o potencial de gastos públicos, embora sem deflagrar — ao contrário do ocorrido no período 1956-1961 — um novo bloco de inversões produtivas. As me lhorias nas condições de endividamento das famílias (incluindo aqui a criação do SHI e da correção monetária) assim como a abertura dos salários em leque referendaram a dominância da indústria de bens de consumo duráveis, que passa a atuar como eixo da acumulação entre 1967 e 1973<sup>(36)</sup>.

Pelo lado da articulação externa da economia, é importante re gistrar que o padrão do crescimento que se instaura a partir do final dos anos 60 redundaria em graves problemas no balanço de pagamentos, na medida em que mesmo o bom desempenho das exportações não foi suficiente para cobrir o déficit em transações correntes, forçando desta forma o recurso ao en divida mento crescente.

# 1. O setor de bens de capital e a política industrial.

Talvez a ambigüidade seja a característica básica da políti ca industrial para o setor BK no começo da década de 70. Como veremos a se guir, a relativa debilidade da capacidade produtiva interna e a impossibilidade de alterá-la de forma instantânea obrigou a que as medidas de incentivo à pro dução nacional convivessem, necessariamente, com o afrouxamento do controle das importações, sob pena de se estrangular prematuramente o forte surto de expansão característico destes anos.

A partir de 1970, a reorganização do Conselho de Desenvolvimenen

to Industrial (CDI), entre outras conseqüências, veio a reforçar uma política aduaneira francamente favorável às importações de bens de capital sem similar nacional. Com efeito, o Decreto 67.706 de 07/12/1970 redefiniu e ampliou as atribuições do CDI, dando-lhe condições de, textualmente, "selecionar periodicamente os setores industriais prioritários para o desenvolvimento, de acordo com o desenvolvimento da economia e com a programação global do Governo". Determinava, adicionalmente, modificações na estruturação interna desse órgão, criando, no lugar dos antigos Grupos Executivos, oito Grupos Setoriais e um Grupo de Estudos de Projetos (GEP). De acordo com o artigo 7º desse mesmo decreto, ao GEP caberia "analisar e avaliar os pedidos de concessão de incentivos para a realização dos projetos industriais submetidos ao MIC, enviando parecer conclusivo ao Ministro para sua consideração" (grifo nosso). Em tempo: o GEP era coordenado pelo Secretário Geral do CDI e não incluía nenhum representante da iniciativa privada.

Também a 7 de dezembro de 1970, os Decretos-Lei 1.136 e 1.137 deram maior alcance e mais instrumentos à concessão de incentivos administrados pelo CDI. Entre outros pontos, passou-se a conceder a isenção do imposto de importação a bens de capital sem similar nacional assim como a conferir - prioridade para exame de redução de alíquotas pelo Conselho de Política Aduaneira.

Paralelamente, e como forma de atenuar o impacto da liberação das importações sobre a oferta nacional, os compradores de bens de capital - produzidos internamente passaram a ter o crédito do IPI devido, além da possibilidade de depreciação acelerada de equipamentos nacionais para fins de imposto de renda.

Já desde esta época, por outro lado, a atuação do Sistema BNIE

produtos manufaturados, foi criada a Comissão para a Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação (ou BEFLEX), que passou a permitir a importação de quaisquer bens de capital — livres de impostos — necessários à produção de bens destinados à exportação, em claro desacordo com a Lei do Similar, um dos mais antigos instrumentos jurídicos de proteção da indústria nacional<sup>(38)</sup>. Ainda neste ano, o Decreto-Lei nº 1.236 passou a permitir a importação de plantas industriais completas, concedendo mais uma vez dispensa às exigências decorrentes da disponibilidade de similares nacionais.

Por outro lado, poder-se-ia pensar que o forte impulso dado às importações também seria o resultado de uma política cambial de sobrevalorização do cruzeiro. Assim, afora as razões institucionais já apontadas, também teria sido um instrumento de incentivo às compras externas de bens de capital.

Todavia, conforme se infere de procedimento elaborado por trabalho recente<sup>(39)</sup>, não parece ser este o caso. Na verdade, a política cambial do período se caracterizou por desvalorizações do cruzeiro mais do que suficientes para que fosse mantida a mesma relação de preços entre máquinas e equipamentos no Brasil e nos Estados Unidos (os resultados não devem diferir significativamente para outros países).

#### QUADRO 11

EVOLUÇÃO DE ÍNDICES DE PREÇOS RELATIVOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS  
NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS E DA TAXA CAMBIAL — 1969 — 1974

| ANOS | ÍNDICE DOS PREÇOS RELATIVOS<br>DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | ÍNDICE DA<br>TAXA CAMBIAL |
|------|-----------------------------------------------------------|---------------------------|
|      | Brasil / EUA                                              | Cr\$/US\$                 |
| 1969 | 100                                                       | 100                       |
| 1970 | 108                                                       | 112                       |

foi um dos principais instrumentos de apoio à indústria de bens de capital.

Em 1971, a Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame - foi transformada em empresa pública, subordinada ao BNDE (lei 5.662 de 21/06/1971). A Finame, como se sabe, tinha como objetivo precípuo facilitar a compra da concessão de créditos subsidiados ao comprador, no intento de equiparar as vantagens de comercialização presentes nos produtos importados. Ainda em 1971, essa Agência instituiu o Programa de Longo Prazo cujo objetivo era o atendimento a empresas controladas por capital nacional que desejassem adquirir máquinas e equipamentos fabricados no País com destinação básica específica. Os prazos variavam de 12 a 72 meses com juros de 7% ao ano que, em casos especiais, poderiam ser reduzidos a 3% a.a.<sup>(37)</sup>.

A partir de 1973, a Finame passou a contar com o Programa Especial, uma nova modalidade operacional de grande importância para apoio da comercialização interna de máquinas e equipamentos. O Programa Especial financiava a compra de máquinas e equipamentos produzidos sob encomenda destinados a setores considerados prioritários (mineração, metalurgia, energia elétrica, química, petroquímica, papel e celulose e eletrônica) assim como à fabricação dos próprios bens de capital e componentes. A participação financeira da Finame alcançava até 90% do preço de venda (IPI incluso), com prazos que foram estendidos para até quinze anos e juros diferenciados de 1% a 7% a.a. .

Tentava-se, através da instituição desses programas, fazer conviver o aumento das importações de equipamentos - necessários, de resto, à manutenção do vertiginoso crescimento do setor de bens duráveis - com medidas que pudessem diluir as inconveniências da dependência externa.

Em 1972, afluíria de maneira bastante clara o caráter ambíguo da política econômica adotada. Como forma de incentivar as exportações de

QUADRO 11 (Cont.)

| ANOS | ÍNDICE DOS PREÇOS RELATIVOS<br>DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | ÍNDICE DA<br>TAXA CAMBIAL |
|------|-----------------------------------------------------------|---------------------------|
|      | Brasil / EUA                                              | Cr\$/US\$                 |
| 1971 | 118                                                       | 130                       |
| 1972 | 131                                                       | 146                       |
| 1973 | 144                                                       | 150                       |
| 1974 | 153                                                       | 167                       |

Fontes de dados brutos: Conjuntura Econômica e Financial Statistics. Elaboração L. A. Corrêa do Lago. A indústria..., op. cit., p. 342.

A política tarifária, por sua vez, é também um bom indicador do tratamento transigente e tolerante dado às importações, capaz, por si só, de compensar o acidental caráter protecionista da política cambial. Com efeito, mais de dois terços das importações de bens de capital em 1972 e 1973 gozavam de uma isenção completa de tarifas. Claro está que este tratamento preferencial (ilustrado no quadro 12 abaixo) é apenas reflexo da política adotada nesse período por órgãos como o CDI ou o BEFIEX. Há, a propósito, quem advogue que essa postura foi intencional. A "rationale" da liberação das importações seria expor a indústria brasileira à concorrência internacional, - obrigando-a a reduzir custos e inibindo a elevação dos preços<sup>(40)</sup>.

## QUADRO 12

IMPORTAÇÕES DE BENS DE CAPITAL, SEGUNDO OS  
DIFERENTES TRATAMENTOS TARIFÁRIOS - 1972 - 1973

(em porcentagens)

| DISCRIMINAÇÃO                   | PGTO. INTEGRAL |      | REDUÇÃO |      | ISENÇÃO |      |
|---------------------------------|----------------|------|---------|------|---------|------|
|                                 | 1972           | 1973 | 1972    | 1973 | 1972    | 1973 |
| Equipamento Mecânico e Elétrico | 20,9           | 23,9 | 7,2     | 10,1 | 71,8    | 66,0 |
| Equipamento de Transporte       | 12,0           | 16,5 | 5,9     | 4,6  | 82,1    | 78,9 |
| Total de Bens de Capital        | 19,2           | 22,5 | 7,0     | 9,0  | 73,8    | 68,6 |
| Outras Importações              | 49,7           | 45,5 | 30,4    | 7,1  | 19,9    | 47,4 |

Fonte: F.P. Castelo Branco. Importações de Bens de Capital e Substituição de Importações: Algumas Considerações sobre o Problema Recente no Brasil. Brasília, 1976.

A política industrial para o setor neste período não se limitou à definição de normas ou à concessão de incentivos e benefícios. Mais uma vez, como é característico no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o próprio Estado chamou a si a responsabilidade da implantação de setores considerados estratégicos.

O I Programa de Construção Naval, que vigorou de 1971 a 1975, é mais um exemplo da inserção do Estado no âmago do processo de industrialização brasileiro. Através dele, redinamizou-se a demanda por uma série de componentes produzidos internamente pelo setor produtor de bens de capital. Mais que isso, o programa representou uma atuação direta do governo nesta indústria, uma vez que o sub-setor construtor de embarcações é parte integrante do setor. Os resultados, porém, ficaram aquém do crescimento global desta indústria. Entre 1970 e 1974, estimativas da FIRGE indicam que o valor da produ-

ção da indústria de construção naval aumentou 250% em termos nominais, resultado inferior aos 470% de crescimento computados para o setor de bens de capital como um todo. No mesmo período e ainda para a indústria de construção naval, o número de trabalhadores cresceu apenas 19%, contra os 77% do setor globalmente considerado.

A indústria aeronáutica também foi objeto de uma política governamental específica. Mas, ao contrário da relativa incipiência demonstrada no Programa de Construção Naval, os resultados aqui são extremamente relevantes. E não poderia ser de outra forma. Afinal, a criação da EMBRAER (Empresa Brasileira de Aeronáutica), em agosto de 1969, representou praticamente a instalação deste setor no Brasil. Assim, entre 1970 e 1974, o valor da produção da indústria aeronáutica experimentou um aumento da ordem de 1900%, triplicando simultaneamente o seu pessoal ocupado. É importante que se aponte, por fim, que este crescimento também se refletiu nas importações. As compras externas de aeronaves, partes e peças foram da ordem de 556 milhões de dólares entre 1971 e 1974, um dos itens da pauta que mais cresceu nesse período.

Em síntese, a política industrial para o setor apresenta características que, em maior ou menor grau, se repetem em vários outros períodos. De um lado, a nível institucional, verifica-se uma sucessão de medidas pouco articuladas e até mesmo conflitantes, ditadas mais pelas necessidades contingenciais do momento do que pelo apego a uma visão de longo prazo. Por outro, a participação decisiva do Estado em determinados setores que embora representem estrangulamentos para a acumulação da órbita privada, não são atraentes a capitais que se subordinam exclusivamente à lógica do lucro.

## 2. O período 70-74: o crescimento combinado.

Como vimos, o início da década de 70 foi caracterizado por um crescimento forte e combinado da produção interna e das importações de bens de capital.

Também já sabemos que a especificidade que marca o último surto de expansão da economia brasileira (1968-1973) reside no caráter dinâmico exercido predominantemente pelo departamento produtor de bens de consumo duráveis. Ao contrário do que seria requerido para um crescimento auto-sustentado, não foi o setor de bens de produção que deflagrou e conduziu o processo de crescimento ao longo desses anos. Mas isso não significa, evidentemente, que o setor de bens de capital tenha-se colocado à margem desse movimento expansivo. Principalmente a partir do esgotamento da capacidade ociosa em 1969/1970, este setor passou a apresentar um notável crescimento.

### 2.1. O crescimento da produção interna

Não constitui novidade a afirmação de que a indústria brasileira de bens de capital experimentou forte crescimento no período compreendido entre 1970-1974. Admite-se, consensualmente, que o bom desempenho dessa indústria foi, em alguma medida, responsável pelas altíssimas taxas que caracterizaram esta fase de expansão.

As concordâncias, porém, esgotam-se nessa constatação genérica. Mais pela má qualidade das estatísticas industriais do que por divergências conceituais de base, o fato é que há forte discrepância nas muitas estimativas a respeito do crescimento do setor nestes anos.

Já de início, é preciso ter presente que não há uma definição

exata e unívoca a respeito da composição da indústria de bens de capital, o que, por si só, dá margem a resultados desencontrados. As principais divergências, contudo, decorrem dos diferentes métodos de estimação do crescimento real do setor. Há, fundamentalmente, duas maneiras de se construir essas estimativas:

- i) a partir do valor da produção auferido pelo Censo Industrial de 1970, infere-se, ano a ano, o crescimento do setor de bens de capital através dos índices de produção real da Fibge. Como estes índices são disponíveis a nível de gêneros da indústria de transformação, é necessário, adicionalmente, adotar ponderações próprias, ano a ano, de cada gênero na indústria de bens de capital. Vários autores<sup>(41)</sup> se defrontaram com essa tarefa, encontrando resultados que indicam uma taxa anual de crescimento real em torno de 20-22%.
- ii) a partir da definição adotada para o setor, calcula-se o valor da produção para 1970 (através do Censo Industrial) e 1974 (disponível na Pesquisa Industrial, ambas publicações da Fibge). Em função dos diferentes deflatores utilizados, várias estimativas sobre a taxa de crescimento real podem ser obtidas. Todas elas, porém, giram ao redor de 30% a.a.<sup>(42)</sup>.

Seja pela maior objetividade, seja ainda pelo menor número de hipóteses implicitamente assumidas, quer-nos parecer que o segundo método oferece resultados mais verossímeis. O problema fundamental é que os indicadores de produção real da Fibge são, muito provavelmente, subestimados. Isso porque, entre outras razões, a base de produção, que não varia, é aquela definida pela Pesquisa Industrial de 1968, incapaz, portanto, de captar com niti

dez as transformações ocorridas no interior de cada gênero industrial. Também são invariáveis os painéis de produtos e informantes, o que tende a gerar indicadores subestimados no caso de o crescimento ser determinado pela entrada de novos fabricantes e pela produção de novas mercadorias, não considerados - pela amostragem original<sup>(43)</sup>. Em suma: não parece ser aconselhável a adoção de índices de quantum e de preços com base fixa para analisar um período caracterizado por fortes modificações na estrutura industrial.

O quadro abaixo apresenta, de acordo com a metodologia esboçada no segundo item acima, os principais indicadores do forte crescimento da indústria de bens de capital entre 1970 e 1974.

### QUADRO 13

CRESCIMENTO DO SETOR DE BENS DE CAPITAL (\*)  
SEGUNDO RAMOS INDUSTRIAIS - 1970-1974 (1970 = 100)

| RAMOS                  | NÚMERO DE ESTABELECIMENTO | NÍVEL DE EMPREGO | VALOR DA PRODUÇÃO REAL | TAXA MÉDIA DE INCREMENTO ANUAL 1970-1974 | DEFLATOR UTILIZADO (Colunas da Revista Conj. Econ) |
|------------------------|---------------------------|------------------|------------------------|------------------------------------------|----------------------------------------------------|
| Estruturas Metálicas   | 132                       | 220              | 410,81                 | 42,37                                    | 30                                                 |
| Equip. Industriais     | 129                       | 185              | 265,14                 | 27,6                                     | 35                                                 |
| Mecânica               | 134                       | 194              | 356,26                 | 37,4                                     | 33                                                 |
| Máq. e Impl. Agrícolas | 117                       | 229              | 474,87                 | 47,6                                     | 34                                                 |
| Máq. Rodoviárias       | 113                       | 147              | 269,59                 | 28,1                                     | 41                                                 |
| Mat. Elétricos e Com.  | 140                       | 166              | 313,54                 | 33,1                                     | 37                                                 |
| Construção Naval       | 75                        | 119              | 196,01                 | 18,3                                     | 41                                                 |
| Ind. Aeronáutica       | 133                       | 313              | 1170,76                | 85,0                                     | 41                                                 |
| Mat. Ferroviário       | 136                       | 208              | 341,10                 | 35,9                                     | 41                                                 |
| Mat. Transporte        | 109                       | 136              | 302,55                 | 31,9                                     | 41                                                 |
| T o t a l              | 127                       | 177              | 329,58                 | 34,7                                     | 13                                                 |

(\*) Segundo a definição de L. A. Corrêa do Lago. A Indústria..., op. cit. , anexo I.

Fonte dos dados brutos: Censo Industrial, 1970, Fibge.

Produção Industrial, 1974, Fibge.

Caracterizada a acelerada expansão do setor nos primeiros anos da década, é conveniente discutirmos, ainda que de forma resumida, o desempenho dos bens de capital seriados vis a vis os bens de capital sob encomenda. A ausência de estatísticas precisas permite, aqui também, a convivência de conclusões antagônicas. Na verdade, não existe registro ou nem mesmo estimativas diretas a respeito do comportamento do sub-setor produtor de bens seriados que, desta forma, deve ser calculado residualmente. Por sua vez, o sub-setor produtor de bens sob encomenda é acompanhado através dos registros da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (Abdib). São estimativas grosseiras, é preciso admitir. Apesar de serem apresentadas como representativas do setor como um todo, as estatísticas de Abdib referem-se unicamente às empresas associadas, cujo número varia ano a ano. No período 70-74, por exemplo, o número de empresas representadas pela Abdib aumentou de 62 para 91, o que, evidentemente, introduz forte viés na evolução do desempenho desse setor, superestimando o crescimento real.

Mesmo assim, o valor da produção de bens de capital sob encomenda para 1974 é da ordem de Cr\$ 7,280 bilhões, contra Cr\$ 1,68 bilhões em 1970. Qualquer que seja o deflator utilizado, isso representa um crescimento médio anual não superior a 25 - 26% a.a. inferior, portanto, ao crescimento verificado para o setor de bens de capital globalmente considerado.

Se assim for — e assim nos parece ser — a indústria de bens

de capital sob encomenda teria perdido participação relativa no setor entre 1970 e 1974<sup>(44)</sup>. Ainda que relativizada pela qualidade das estatísticas existentes<sup>(45)</sup>, esta conclusão não deve surpreender. Afinal, é somente após o II Plano Nacional de Desenvolvimento que este segmento passa a contar com medidas de política econômica capazes de deflagrar e coordenar um forte surto expansivo, como ainda veremos.

## 2.2. O crescimento das importações

Como já adiantado, o vigoroso crescimento da produção interna foi neste período acompanhado por um crescimento igualmente intenso das importações, facilitado por uma política aduaneira francamente liberal. Em dólares correntes, as importações globais de bens de capital saltaram de US\$ 908 milhões em 1970 para US\$ 3.119 em 1974, o equivalente a um crescimento médio anual da ordem de 36%. Também nesse caso cabe destacar o comportamento específico das importações de bens de capital sob encomenda.

### QUADRO 14

#### IMPORTAÇÕES DE BENS DE CAPITAL — 1970-1974

(em milhões de dólares)

|      | (A)<br>TOTAL | (B)<br>BK SOB ENCOMENDA | (B) / (A)<br>EM % |
|------|--------------|-------------------------|-------------------|
| 1970 | 907,7        | 380                     | 41,86             |
| 1971 | 1.238,3      | 419                     | 33,84             |
| 1972 | 1.734,1      | 603                     | 34,77             |
| 1973 | 2.142,5      | 570                     | 26,60             |
| 1974 | 3.119,1      | 721                     | 23,17             |

Fontes: Bacen e Abdib.

Dois pontos chamam a atenção no quadro acima:

- i) o fato de que a participação relativa dos bens sob encomenda nas importações é, durante todo o período, bastante superior a sua participação na produção interna. Para 1970, por exemplo, temos respectivamente 42% e 17%.
- ii) a tendência declinante na participação das importações de produtos sob encomenda nas importações globais de bens de capital (tendência que, como será visto, se inverterá a partir de 1975).

Esse último resultado estaria a indicar que o avanço das importações nesse período se concentrou nos bens seriados. De fato, os principais itens compreendido entre 1971 e 1974 referem-se a bens seriados, muitos dos quais apresentaram também grande elevação da produção interna (ver quadro 15).

#### QUADRO 15

PRINCIPAIS IMPORTAÇÕES DE BENS DE CAPITAL  
TOTAL ACUMULADO ENTRE 1971 e 1974 (em milhões de dólares)

| GRUPOS DE PRODUTOS                                 | IMPORTAÇÕES |
|----------------------------------------------------|-------------|
| Máquinas e Ferramentas (para o trabalho de metais) | 506         |
| Tratores                                           | 478         |
| Aeronaves                                          | 435         |
| Máquinas para Controle Elétrico, etc.              | 361         |
| Máquinas e Aparelhos de Elevação de Carga          | 335         |
| Geradores, Motores, Conversores, etc.              | 280         |

QUADRO 15 (Cont.)

| GRUPOS DE PRODUTOS                                                                              | IMPORTAÇÕES |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| Aparelhos Elétricos para Telefonia e Telegrafia                                                 | 268         |
| Máquinas para Processamento e Informação                                                        | 265         |
| Máquinas para Indústria Têxtil                                                                  | 230         |
| Motores                                                                                         | 226         |
| Máquinas e Aparelhos p/Extração e Movimentação de Terras                                        | 214         |
| Rolamentos                                                                                      | 198         |
| Equipamentos para Radiotelegrafia                                                               | 195         |
| Bombas de Ar, Motobombas e Compressores                                                         | 191         |
| Tratores: partes e componentes                                                                  | 190         |
| Equipamento de Transmissão                                                                      | 167         |
| Aparelhos e Dispositivos para o tratamento de materiais<br>que envolvem mudanças de temperatura | 167         |
| Outras Máquinas para a Indústria Têxtil                                                         | 162         |
| Máquinas e Aparelhos para Impressão                                                             | 139         |
| Partes e Peças para Aeronaves                                                                   | 121         |
| Bombas para Líquidos                                                                            | 118         |
| Embarcações                                                                                     | 115         |
| Laminadores e Cilindros                                                                         | 115         |
| Formas Industriais                                                                              | 108         |
| Máquinas para Separar, Peneirar, Lavar, etc.                                                    | 102         |
| Estruturas e suas partes de ferro e aço                                                         | 102         |
| T o t a l                                                                                       | 6.133       |

Fonte: Aspectos Estruturais do Desenvolvimento da Economia Paulista: O Setor  
de Bens de Capital. SEP. 1977.

Exemplo eloquente do crescimento combinado de importações e produção interna pode nos oferecer o sub-setor produtor de Tratores e Máquinas - de Terraplanagem. Em que pese estar incluído entre as maiores importações de bens de capital deste período, a utilização da capacidade instalada atingiu nesse ramo a marca dos 100% no primeiro trimestre de 1975, mantendo-se em torno de 90% entre 1971 e 1974 (ver, a propósito, as Sondagens Conjunturais junto à Indústria de Transformação; IBRGE/CEI).

A conjunção das informações relativas ao comportamento da produção interna em confronto com o desempenho das importações permite a inferência de conclusões bastante interessantes.

#### QUADRO 16

COEFICIENTES DE IMPORTAÇÃO<sup>(\*)</sup> PARA INDÚSTRIA DE BENS DE CAPITAL - 1970-74

|                    | 1970  | 1974  |
|--------------------|-------|-------|
| Bens sob Encomenda | 50,97 | 40,22 |
| Bens seriados      | 22,82 | 24,82 |
| T o t a l          | 29,68 | 27,23 |

(\*) Importações/produção interna + importações.

Fonte de dados Brutos: Fibge, Bacen, Abdib.

Segundo nos indica o quadro acima:

- i) a produção interna de bens de capital aumentou nesse período a uma taxa ligeiramente superior à das importações, o que sugere uma relativa internalização desses produtos.
- ii) este resultado para o setor como um todo é derivado da forte queda do coeficiente de importação relativo ao segmento produtos de bens

sob encomenda. Assim, muito embora a produção de bens sob encomenda tenha crescido menos que a produção seriada (respectivamente - 4,3 contra 6 vezes, em termos nominais), ela superou largamente - suas importações neste período (que cresceram "apenas" 2,8 vezes).

iii) no que tange aos bens seriados, com efeito, verifica-se um aumento de dois pontos percentuais no coeficiente de importação. Ou seja, apesar do violento aumento da produção interna, as importações desses produtos aumentaram mais que proporcionalmente.

Depreende-se pelo exposto que, seguramente, não há como aceitar a idéia de que o aumento das importações teria significado um desvio de demanda para o exterior. Principalmente para o sub-setor produtos de bens seriados - mas também para o setor como um todo - as importações foram muito mais complementares que substitutivas à oferta interna. Como elucidam M. C. Tavares e L. G. Belluzzo<sup>(46)</sup>, ambas, produção interna e importações, se elevam fortemente devido:

- i) ao intenso ritmo de acumulação da indústria automobilística que , segundo apontam, promoveu um incremento de 70% do capital fixo em 1973;
- ii) aos investimentos estatais em siderurgia, telecomunicações, combustíveis e petroquímica;
- iii) à modernização e expansão de algumas indústrias de bens de consumo não duráveis, sobretudo a têxtil, editorial e gráfica e químico-farmacêutica;

- iv) à aceleração da taxa de acumulação dos próprios setores de equipamentos pesados.

Cabe lembrar, todavia, que a elevação das importações não deve ser vista exclusivamente como decorrência da incapacidade de oferta interna. Como vimos, a liberalidade que caracterizou a política aduaneira nesses anos ratificou e facilitou a "tendência a importar" do setor privado em geral e das empresas estrangeiras em particular. Por outro lado, também as facilidades de financiamento concedidas aos importadores assim como os "supplier's credits" influenciaram, fortemente, o comportamento das importações no começo da década.

3. O crescimento acomoda tensões: uma palavra sobre a atuação do empresariado no começo da década.

Como vimos, mesmo que o aumento das importações tenha relevante significação nesse período, o fato é que o setor cresceu a taxas avassaladoras. Desta forma, poucas brechas puderam abrigar atritos, mesmo que velados, entre empresariado e o vértice do governo responsável pela política industrial. Ambos os lados — se podemos supor uma cisão nítida — compartilharam passo a passo da discutível idéia que o crescimento industrial era caminho certo e seguro para a panacéia.

Mesmo a autorização dos "transplantes industriais" em 1972 ou a grande liberalidade com que foram tratadas as importações não incutiram no empresariado do setor de bens de capital preocupações que pudessem se tradu-

zir em resistência organizada. Também a participação direta do Estado em setores considerados "estratégicos" (isto é, setores cuja rentabilidade e prazo de maturação não atraem a iniciativa privada) não deflagrou, como ocorreria alguns anos depois, nenhuma manifestação indignada contra a "estatização" da economia brasileira.

Havia, decerto, as reivindicações de praxe no sentido de pressionar o governo a definir uma política de longo prazo para a indústria de bens de capital (reivindicações, de resto, obrigatórias para o sub-setor produtor de bens sob encomenda que depende da demanda do próprio governo). Estas pequenas discordâncias, porém, afloravam de forma extremamente suave, sem nunca perder de vista a necessidade de conciliação. Uma ilustração poderá clarear melhor esse ponto. Em entrevista à revista Expansão (04/abril/1973), o secretário-executivo da Abdib (Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias/Base), Sylvio Pupo, variava o tom de suas "reclamações" entre o profundamente respeitoso ("embora grato ao governo por inúmeras iniciativas como a da Finame, o setor tem de pensar à distância") e o puramente enigmático ("os empresários querem assumir os riscos do negócio, mas ficar a salvo dos riscos da conjuntura").

Regra geral, porém, as lideranças empresariais nestes primeiros anos da década não pouparam esforços para louvar as virtudes da política governamental. Há numerosos exemplos dessa comunhão de forças e interesses. Vejamos apenas três eventos, dos mais significativos:

- i) a Convenção Nacional da Indústria, realizada em agosto de 1971, limitou-se a uma análise pretensamente científica do "modelo de desenvolvimento brasileiro", permitindo-se, no máximo, a formulação de acomodadas sugestões<sup>(47)</sup>;

- ii) a posse dos presidentes de seis sindicatos patronais vinculados à Fiesp, em setembro de 1971, serviu para que os empresários ressaltassem a importância da Revolução de 1964 sem o que, segundo eles, nada teria sido feito em termos de progresso e desenvolvimento<sup>(48)</sup>;
- iii) ao saudar, em fevereiro de 1975, o então Ministro da Fazenda, Antonio Delfim Netto, o presidente do Conselho Nacional da Indústria, Thomas Pompeu Netto deixava claro que "um dos principais fatores - do progresso acelerado da economia brasileira tem sido o excelente clima de cooperação que se estabeleceu entre o governo e o setor privado. O homem público e o empresário não mais se olham como antagonistas, mas como colaboradores para a causa comum do desenvolvimento"<sup>(49)</sup>.

Inútil seguir arrolando exemplos de manifestação de apoio empresarial à atuação do Governo e da política econômica. Eles são muitos e quase sempre apontam numa direção precisa: o irrestrito reconhecimento à indispensável tranquilidade política que permitia o bom andamento dos negócios. As pequenas e eventuais reclamações -- como a alegação de que o setor de bens de capital por encomenda apresentava capacidade ociosa -- são dissimuladas e, quando expressas, mais se assemelham a um tênue desacordo que no seu enunciado já adianta uma proposta conciliadora.

Tamanha concordância de interesses e aspirações não pode deixar margem a nenhuma perplexidade. Afinal, o próprio crescimento econômico era suficientemente vigoroso para, autonomamente, suavizar fricções, aparar arestas e dirimir eventuais impasses.

### CAPÍTULO - III

#### A DESACELERAÇÃO DE 1974 - 1977 E A INDÚSTRIA DE BENS DE CAPITAL

Os problemas de realimentação dinâmica inerentes a um crescimento acelerado apoiado na produção de bens de consumo durável tornaram a reversão endógena do ciclo de expansão absolutamente inevitável.

Como apontam J. M. Cardoso de Mello e L. G. Belluzzo<sup>(50)</sup>, a razão essencial da crise reside na assincronia entre as taxas de acumulação setoriais. Vimos de observar, no capítulo II, que a aceleração da taxa de crescimento da indústria de bens de capital se deu a partir de 1970. No período 1974-1977, conforme ainda veremos, continua alta a taxa de crescimento da capacidade produtiva da indústria de transformação. Ocorre, todavia, que este movimento coincide com o afloramento de tendências recessivas por parte dos outros setores industriais, criando-se assim um "gap dinâmico" entre a demanda efetiva da indústria e a evolução do estoque de capital. Vejamos mais detidamente as razões da tendência à sobreacumulação e do problema da realização dinâmica.

É preciso lembrar, em primeiro lugar, que a indústria de bens de consumo durável não é capaz de sustentar um crescimento auto-induzido. Em outros termos, a persistência do seu extraordinário ritmo de expansão (cerca de 330% entre 1967 e 1973) exigiria um contínuo crescimento da demanda, o que, no entanto, não pode ser garantido pelo seu próprio crescimento, principalmente quando se recorda a forte desigualdade que caracteriza a estrutura distributiva no Brasil.

A manutenção do crescimento da produção de bens de capital também não é fácil. Em que pese o aumento da taxa de acumulação de capital, sustentada predominantemente pelos gastos e incentivos públicos, a dimensão relativamente pequena deste setor o torna incapaz de gerar demanda que realmente a própria produção e, conjuntamente, garantir uma estrutura de emprego urbano capaz de sustentar o crescimento de outros setores.

Por sua vez, os setores de bens de consumo não durável — cuja importância é significativa dentro da estrutura industrial, mas cujo desempenho é determinado pela massa de salários gerada em outros setores —, foram os primeiros a apresentarem tendências de desaceleração. Isto porque não só o crescimento do emprego se dava a um ritmo inferior à taxa de acumulação produtiva, como também, e talvez principalmente, as taxas médias de salário começavam a declinar, em virtude do recrudescimento do processo inflacionário.

Em suma: a defasagem entre os ritmos de acumulação gera problemas de realização dinâmica e torna inexorável a desaceleração após 1974. Mesmo o aumento da taxa de acumulação do setor produtivo estatal, no bojo das pretensões do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), foi insuficiente para compensar a queda do investimento privado e evitar o esgotamento dos mecanismos endógenos de expansão e realimentação. A desaceleração não se converte em recessão aberta apenas porque o gasto público se mantém alto e o investimento das grandes empresas continua, embora em um ritmo menor.

Estas são, da maneira mais sintética possível, as razões estruturais da desaceleração a partir de 1974, que, como vimos, põem em relevo a natureza desequilibrada da estrutura industrial em crescimento. Neste sentido, e como assinalam M. C. Tavares e L. G. Belluzzo<sup>(51)</sup>, os problemas relativos ao balanço de pagamentos devem ser vistos como resultantes — e não causas — da desaceleração.

1. Uma nova orientação para a política industrial: o II PND.

A partir de 1974, portanto, começam a aflorar sérios desequilíbrios no setor externo. Ao contrário do ocorrido no período anterior, o triênio 1974-1976 é marcado por um significativo déficit da balança comercial (nos três anos considerados, as importações superaram as exportações em US\$ 10,5 bilhões). Este resultado refletia tanto a queda do nível de atividade econômica verificada nos países capitalistas avançados (o que prejudicou as exportações brasileiras) como a quadruplicação do preço internacional do petróleo em 1975. Além do financiamento do déficit comercial, parte relevante do impulso da dívida externa neste período pode ser explicada pelo custo da própria dívida, que já começava a operar como auto-alimentador dos desequilíbrios globais do setor externo. Com efeito, os juros vencidos no triênio montam a US\$ 4 bilhões, o que, indica o esclarecedor estudo de Paulo Davidoff Cruz<sup>(52)</sup>, representa um acréscimo de 500% em relação à média do período 1969-1973.

De qualquer forma, no que tange estritamente ao desempenho da balança comercial, é de se notar que a importação de bens de capital e insumos básicos jogou importante papel. Como mostra o Quadro 17, a participação relativa das compras externas de máquinas e equipamentos supera, em 1974 e 1975, a própria importação de combustíveis e lubrificantes.

## QUADRO 17

COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA PAUTA DE IMPORTAÇÕES — 1969-1975 (em US\$ milhões)

| DISCRIMINAÇÃO                | 1969/73<br>média   | 1974               | 1975               | 1975/74<br>(em %) |
|------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------|
| Total                        | 3.634,4<br>(100%)  | 12.641,3<br>(100%) | 12.168,8<br>(100%) | -3,7              |
| Máquinas e Equipamentos      | 1.347,1<br>(37,1%) | 3.119,1<br>(24,7%) | 3.931,9<br>(32,3%) | 26,1              |
| Combustíveis e lubrificantes | 426,7<br>(11,7%)   | 2.961,9<br>(23,4%) | 3.073,5<br>(25,3%) | 3,8               |
| Demais Produtos              | 1.860,6<br>(51,2%) | 6.560,3<br>(51,9%) | 5.163,4<br>(42,4%) | -21,3             |

Fonte: Banco Central do Brasil.

O diagnóstico oficial indicava que a continuação do ritmo de crescimento e a atenuação do problema das contas externas exigiria a complementação da estrutura produtiva. Para se evitar a retração do nível de atividade da economia — na época, uma hipótese sumariamente descartada — tornava-se imprescindível, entre outros pontos, internalizar a oferta de máquinas e equipamentos, que tanto pesavam na pauta de importações. Mais tarde, em livro publicado em 1978<sup>(53)</sup>, o então ministro Reis Velloso deixaria claro este dilema de cuja resolução ele mesmo se encarregou. Para o ministro, "em 1974, o Brasil tinha de fazer sua opção econômica e social (...). Uma das alternativas era seguir o caminho dos países desenvolvidos: tentar resolver o problema da balança de comércio através de uma recessão, que trouxesse forte queda às importações (...). O Governo do Presidente Geisel convenceu-se de que havia uma opção melhor. Conclui-se que a "estratégia de recessão" (...) seria

inconveniente, pelos seus efeitos, e ineficaz como solução (...)".

A estratégia econômica do ministro — que o regime político — transformou na estratégia econômica do Brasil — buscava, além de aumentar as exportações e a produção interna de petróleo, a auto-suficiência em insumos básicos e, o que nos interessa mais diretamente, a substituição de importações em bens de capital.

Além disso, independentemente do impacto sobre o balanço de pagamentos, não eram desprezadas as inconveniências de uma progressiva dependência externa, como se depreende das declarações do ministro Severo Gomes em conferência na Escola Superior de Guerra: "... o apelo, a nível elevado, a essa importação (de equipamentos), além da pressão conseqüente sobre o Balanço de Pagamentos, representou importante fator retardante no desenvolvimento da indústria de bens de capital do país" (...) "ainda que, sob o ponto de vista do Balanço de Pagamentos tivesse o país geração de divisas a níveis suficientes para continuar comprando grandes contingentes de equipamentos no exterior, seria vulnerável a estratégia que apoiasse a sustentação do processo de desenvolvimento com base em crescente dependência externa quanto aos bens de capital"(54).

Grosso modo, é neste sentido que pode ser entendida a pretenciosa orientação do II PND: promover uma profunda mudança de prioridades, favorecendo setores que pudessem internalizar a oferta de bens de produção, de tal forma a tentar manter as altas taxas de crescimento até então verificadas.

#### 1.1. O II PND e outras medidas.

Assim, através do II Plano Nacional de Desenvolvimento implantou-se um forte programa de benefícios a uma fração da burguesia industrial,

na tentativa de suprir as deficiências de oferta interna e diluir a dependência externa. O próprio Plano era bastante e explícito a esse respeito: "... no setor de bens de capital, particularmente quanto a equipamentos não seria dos, a preocupação fundamental é no sentido de inverter a tendência, que se vinha observando, a que o comprador se colocasse na posição de procurar impor tar o máximo, pelas desvantagens que a compra de equipamento nacional oferecia. Em grande medida, tal tendência se inverteu com as medidas adotadas pe lo atual Governo, em complementação aos mecanismos de ordem fiscal e financi ra montados pelo Governo anterior". Adicionalmente, o Plano ainda oferecia - as linhas gerais para a implantação de suas diretrizes: "... o sistema de - apoio, a ser completado, compreende a expansão do financiamento a longo prazo, a adaptação do sistema fiscal, a prioridade nas compras de órgãos e empresas do Governo e a ajuda especial para a participação nos projetos de maior impor tância do setor público"<sup>(55)</sup>.

A par de medidas objetivas, a cúpula governamental ainda se en carregou de encorajar os setores escolhidos como prioritários através de de clarações deliberadamente ufanistas. O próprio ministro Severo Gomes pode - nos servir mais uma vez de exemplo. "A partir de 1980", diria ele, "todos os bens de capital necessários à expansão da indústria siderúrgica brasileira se rão encomendados às empresas nacionais, que terão o controle e poderão subcon trolar, junto às empresas estrangeiras, os componentes que não puderem produ zir"<sup>(56)</sup>.

Não se esgotou no II PND, porém, a determinação governamental - em deflagrar aquilo que se pensava ser a derradeira etapa do processo de in dustrialização brasileira. O Plano, ao contrário, requereu desdobramentos e foi acompanhado por uma constelação de medidas destinadas a favorecer e for talecer as novas prioridades.

Já em 20/05/1974, foi aprovada a Resolução nº 6 do Conselho de Desenvolvimento Econômico que recomendava a todos os ministros um "esforço especial visando a, imediatamente, dirigir o maior volume possível de encomendas de máquinas e equipamentos relativos aos projetos em andamento, à indústria nacional". A equiparação com as vantagens oferecidas pelas importações veio com o Decreto-Lei nº 1.335 (de 8/julho/1974), através do qual se dispensava o pagamento do ICM e do IPI nas vendas internas resultantes de licitações entre produtores nacionais e internacionais ou de acordos de participação.

A ofensiva contra as importações teve ainda um grande avanço - com o Decreto-Lei nº 1.428 (de 2/fevereiro/1975) que determinava que as isenções aduaneiras para projetos aprovados no CBI, até então plenas, seriam reduzidas substancialmente<sup>(57)</sup>.

O grande incentivo, no entanto, viria somente com o Decreto-Lei nº 1.410 (de 31/julho/1975). Na prática, esta norma implementou uma farta - distribuição de recursos altamente subsidiados cujos efeitos, como ainda veremos, devastariam o poder financeiro das agências institucionais. Esse decreto, pelo seu artigo primeiro, determinava que nos contratos de financiamento de longo prazo especiais, celebrados durante o exercício de 1975, seria facultado ao mutuário abater do imposto de renda devido em cada exercício, o valor da correção monetária anual superior a 20% (vinte por cento). Em outras palavras, através desse decreto-lei possibilitou-se uma violenta redução dos encargos sobre empréstimos concedidos por instituições financeiras federais. Ao anunciar essa medida, o ministro do Planejamento Reis Velloso - talvez o maior responsável pela estratégia do II PND - afirmava que "a disposição do BNDE (e lembre-se que o BNDE é a maior instituição financeira federal) é de

atuar dentro da filosofia do lucro nulo. Como empresa pública, a instituição deve transferir seus bons resultados para o sistema econômico (leia 'o setor privado') reduzindo em setores prioritários a estrutura de taxas de juros<sup>(58)</sup>.

Ainda nesse ano, foram criados pelo Decreto 76.409 (de 9/outubro/1975), os Núcleos de Articulação com a Indústria - NAI -, coordenados pelo CBI, com o propósito de incentivar entre as empresas estatais a preferência por equipamentos nacionais. A 4 de maio de 1976, o Governo encontrava - mais uma maneira de incentivar a compra de equipamentos com alto grau de nacionalização: todos os empréstimos da Finaime para compra de equipamentos nacionais foram acrescidos na mesma proporção dada pelo grau de nacionalização dos bens comprados. Explica-se: um empréstimo de \$ 100 para compra de equipamentos com índice de nacionalização de 50% seria acrescido de \$ 50, para capital de giro. O mais interessante nesse episódio parece ser a forma pela qual a medida foi deliberada: através de uma reunião entre os ministros do Planejamento, Indústria e Comércio e das Minas e Energia e, ainda, empresários dirigentes da Abdib, demonstrando uma clara convergência de propostas e interesses.

Restava ainda uma prova da boa fé e da seriedade do paternalismo governamental que caracteriza, mais uma vez, a privatização dos objetivos do Estado. Era necessário a constituição de um mecanismo institucional de financiamento que pudesse cancelar os devaneios do II PND. E isso, certamente foi feito. Já em 1974, e sem o menor constrangimento, o Governo transferiu - os vultosos fundos do Pis e Pasep para a órbita do BNDE, que passava assim a chefiar financeiramente os novos rumos da economia brasileira. A enorme importância desse órgão na dinamização do setor de bens de capital exige uma análise, ainda que não exaustiva, de sua estrutura de funcionamento. É o que será feito.

## 1.2. A atuação do Sistema BNDE.

Como se sabe, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico foi criado em 1952, transformando-se em empresa pública a partir de 1971. En quanto principal agente financeiro do Governo Federal, o BNDE sempre teve co mo um de seus objetivos básicos o fortalecimento da empresa privada nacio nal<sup>(59)</sup>.

Em 12 de junho de 1974, foram instaladas três novas empresas vinculadas ao BNDE (IBRASA, EMBRAMEC e FIBASE), criadas já na primeira reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico, com o objetivo de fortalecer o banco na sustentação financeira das novas prioridades econômicas. Funda mentalmente, elas foram instituídas para suprir a oferta de capital de risco necessário para a expansão de empresas que operassem em setores considerados prioritários<sup>(60)</sup>.

Assim, como forma de perseguir os objetivos traçados pelo II PND, o BNDE foi organizado em um sistema liderado pelo banco — strictu sen su — e envolvendo quatro subsidiárias (FINAME, EMBRAMEC, IBRASA e FIBASE), uma entidade vinculada (CEBRAE) e 51 agentes financeiros (22 bancos de desen volvimento e 29 bancos de investimento).

É interessante notar que das quatro subsidiárias, duas (FINAME e EMBRAMEC) tratam exclusivamente do apoio à produção e comercialização de bens de capital.

Criada em dezembro de 1964 para atuar como simples fundo contá bil do BNDE, a Finame (Agência Especial de Financiamento Industrial) foi trans formada em empresa pública em junho de 1971. Além dos Programas de Longo Pra zo e Especial, já abordados, a Finame operava ainda o Programa para Pequena e

Média Empresa, de condições altamente favoráveis. Destinado a empresas nacionais definidas como de pequeno ou médio porte pelos critérios do Banco Central e que não pertencessem a grupos econômicos de patrimônio líquido superior a um milhão de ORTN's, esse programa financiava até 80% do valor dos equipamentos com prazos entre 12 e 60 meses, juros de 12% a.a. e correção monetária anual limitada a 10% (dez por cento).

Sem dúvida alguma, a Finame se constituiu, durante a década de 70, no mais importante instrumento de apoio à indústria de bens de capital. Basta indicar que essa Agência participou na segunda metade da década com cerca de 85% dos desembolsos totais do Programa de Equipamentos Básicos do BNDE e mais de 80% do total de desembolsos de todas as subsidiárias.

Ao contrário da Finame, a Embramec (Mecânica Brasileira S.A.) foi criada contemporaneamente às novas diretrizes vislumbradas pelo II PND. Após alertar para os inconvenientes da crescente importação de máquinas e equipamentos, a exposição de motivos para a constituição dessa nova subsidiária, encaminhada pela Secretaria do CDE ao Presidente Geisel em abril de 1974, justificava que "a solução concebida (para aliviar o problema das contas externas do setor) foi a criação de um mecanismo financeiro, a Mecânica Brasileira S.A. — Embramec, a ser constituída por iniciativa do BNDE e do Ministério da Indústria e Comércio. Tal mecanismo terá como objetivo montar, na órbita do BNDE, um esquema financeiro destinado a prover financiamento e participação de capital a fim de estimular a implantação de um segmento produtor de bens de capital de grandes proporções".

Assim, na tentativa de aumentar a capacidade de produção instalada, buscar o desenvolvimento tecnológico e fortalecer a indústria nacional de bens de capital, a Embramec se propôs a atuar mediante a:

- i) participação no capital de risco em caráter minoritário, através - da subscrição de ações preferenciais sem direito a voto, salvo em casos especiais quando fosse necessária uma participação mais vigorosa para salvaguardar o controle nacional da empresa beneficiária;
- ii) prestação de garantia à subscrição de ações ou debêntures;
- iii) compra de projetos de engenharia básica, engenharia de processo ou engenharia de produto para transferência posterior a empresas nacionais fabricantes de bens de capital;
- iv) participação em "joint-ventures" com empresas estrangeiras para aquisição de tecnologia.

Em contrapartida à sua posição de acionista minoritária, a Embramec exigia apenas o acesso aos registros da empresa beneficiária, assim como a garantia de obtenção de relatórios financeiros periódicos. Regra geral, a Embramec exerceu a função de sócio ausente e indulgente. Tantas facilidades explicam que Xavier da Silveira, diretor-gerente da Cobrasma, admitisse no princípio de 1975 que "a Embramec é um excelente meio de expansão para empresas que tenham falta de capital de giro"<sup>(61)</sup>.

Entre 1975 e 1978, a Embramec participou com cerca de 5% do Programa de Equipamentos Básicos e 3,5% do desembolso total das empresas subsidiárias (veja quadro abaixo).

## QUADRO 18

## SISTEMA BNDE

## APLICAÇÕES APROVADAS E DESEMBOLSOS EFETIVADOS - Cr\$ Milhões

|                                     | 1975           |                 | 1976           |                 | 1977           |                 | 1978           |                 |
|-------------------------------------|----------------|-----------------|----------------|-----------------|----------------|-----------------|----------------|-----------------|
|                                     | Aprova<br>ções | Desem<br>bolsos | Aprova<br>ções | Desem<br>bolsos | Aprova<br>ções | Desem<br>bolsos | Aprova<br>ções | Desem<br>bolsos |
| I. Total do Sistema BNDE (II + III) |                |                 | 70.260         | 32.724          | 45.637         | 49.379          | 167.825        | 74.063          |
| II. BNDE ajustado (A - B)           |                |                 | 39.230         | 20.241          | 15.794         | 28.551          | 48.582         | 39.755          |
| A. BNDE-Bru-<br>do                  | 39.922         | 21.013          | 52.257         | 30.493          | 32.694         | 44.452          | 73.837         | 62.104          |
| 1. Insumos Bási-<br>cos             | 13.717         |                 | 23.616         | 9.397           | 9.114          | 16.049          | 22.112         | 26.432          |
| 2. Equipamen-<br>tos Bási-<br>cos   | 6.737          | 3.800           | 12.326         | 10.768          | 15.226         | 15.698          | 15.253         | 19.324          |
| Bens de<br>Capital                  | 3.208          |                 | 1.996          | 1.832           | 216            | 1.859           | 52             | 1.170           |
| Finase                              | 3.050          |                 | 9.500          | 8.450           | 15.010         | 13.000          | 12.150         | 17.480          |
| Embramec                            | 469            |                 | 830            | 506             | -              | 839             | 3.051          | 66              |
| 3. Outros<br>Programas              | 12.467         | 8.500           | 16.315         | 10.308          | 8.354          | 12.705          | 36.705         | 16.34           |
| B. Repassos<br>às Subsidiárias      |                |                 | 13.027         | 10.252          | 16.900         | 15.901          | 25.255         | 22.34           |
| III. Subsidiárias                   |                |                 | 31.030         | 12.483          | 29.843         | 20.828          | 119.243        | 34.30           |
| Fibase                              | 358            | 588             | 2.526          | 888             | 1.828          | 1.678           | 4.270          | 4.04            |
| Finase                              | 8.519          | 4.364           | 26.244         | 10.424          | 27.244         | 18.044          | 112.588        | 28.16           |
| Embramec                            | 308            | 145             | 1.428          | 553             | 270            | 574             | 677            | 1.31            |
| Ibrasa                              | 424            | 832             | 832            | 618             | 501            | 532             | 1.708          | 71              |

2. A Resposta do Setor de Bens de Capital ao II PND: o desempenho econômico no período 1974-1977.

São certamente significativos alguns dos resultados apresentados pela indústria de bens de capital em resposta às propostas expansionistas do II PND. Isso, por si só, já o eleva à seleta categoria dos "planos que saíram do papel", o que porém não significa que seus objetivos tenham sido completados.

Já em 1975, a participação da formação bruta de capital fixo no Produto Nacional atingiu 25,7%, provavelmente o nível mais alto da década, o que, decerto, provocou forte impacto na indústria de bens de capital. Dentre os 871 projetos aprovados pelo CDI em 1975, 172 se referiam ao setor, envolvendo Cr\$ 4,2 bilhões, o equivalente a 20% do total dos projetos aprovados pelo CDI entre 1974 e 1977.

QUADRO 19

PROJETOS APROVADOS PELO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO  
INDUSTRIAL NOS SETORES DE BENS DE CAPITAL E INSUMOS BÁSICOS  
1974 - 1977

|                     | <u>1974</u>     |       | <u>1975</u>     |       | <u>1976</u>     |       | <u>1977</u>     |       |
|---------------------|-----------------|-------|-----------------|-------|-----------------|-------|-----------------|-------|
|                     | Cr\$<br>bilhões | %     | Cr\$<br>bilhões | %     | Cr\$<br>bilhões | %     | Cr\$<br>bilhões | %     |
| I. Bens de Capital  | 2,66            | 8,5   | 4,21            | 20,0  | 1,95            | 2,0   | 7,3             | 15,0  |
| II. Insumos Básicos | 21,05           | 67,1  | 9,41            | 44,9  | 92,5            | 95,9  | 36,0            | 73,8  |
| I + II              | 23,71           | 75,6  | 13,62           | 64,9  | 94,45           | 97,9  | 43,3            | 88,8  |
| Total de Projetos   | 31,36           | 100,0 | 20,99           | 100,0 | 96,4            | 100,0 | 48,8            | 100,0 |

Fonte: Banco Central.

É importante ter presente que os projetos na área de insumos - básicos representam uma vigorosa fonte de demanda efetiva para a indústria de bens de capital, principalmente o segmento produtor de bens sob encomenda. Evidentemente, essa assertiva é tanto mais verdadeira quanto menor for o "desvio" para as importações das encomendas das empresas estatais responsáveis pela produção de matérias-primas e bens intermediários. De qualquer forma, a decisão governamental de levar adiante - mesmo que com sucessivos adiamentos - grandes projetos na área de produção de energia elétrica ou na indústria siderúrgica, apenas para citar os exemplos mais destacados, muito influenciou o setor de bens de capital ligados às indústrias de base. Dados fornecidos pela Abdib (Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base) - indicam que o total de investimentos das empresas associadas alcançou 1,58 bilhões de dólares no triênio 1975/1977 (contra apenas UR\$ 227 milhões nos três anos subsequentes).

Em exposição de motivos apresentada na reunião do CDE de 14 de janeiro de 1976, os ministros da área econômica confiantemente anunciavam: - "Continua o Brasil caracterizando-se como uma economia de alto nível de investimentos, diferentemente da situação no mundo desenvolvido (...). Funcionou com pleno êxito o esquema montado através do Decreto-Lei 1.410/75, para induzir, através da correção monetária reduzida, o empresariado nacional a tomar grandes decisões de investimento, principalmente em projetos com apoio do BNDE".

De fato, a partir de dados primários publicados pela Pesquisa Industrial de 1977 (Pibge), pôde-se constatar o marcante comportamento da indústria de bens de capital que, no período 1974-1977, logrou uma taxa de crescimento média anual superior a 16% a.a., muitos pontos acima da média da in-

dústria de transformação. De acordo com nossas estimativas, o setor de produtos de bens de capital atingiu em 1977 uma produção global da ordem de Cr\$ 213,55 bilhões, valor 57% superior, em termos reais, ao registrado em 1974. Nesse mesmo lapso de tempo, o nível de emprego aumentou 26% e o número de estabelecimentos 33%. São resultados extremamente significativos uma vez que, ao contrário do que prevaleceu no período 1970-1974, o crescimento global da economia obedeceu a um ritmo não mais que moderado.

#### QUADRO 20

##### CRESCIMENTO DO SETOR DE SEGUNDO RAMOS INDUSTRIAIS

1974 - 1977 (1970=100)

| R A M O S               | Número de Estabelecimentos | Nível de Emprego | Valor da Produção real | Taxa Média de crescimento anual (1974-77) | Deflator utilizado (colunas da Conj. Econômica) |
|-------------------------|----------------------------|------------------|------------------------|-------------------------------------------|-------------------------------------------------|
| Estr. Metálicas         | 164                        | 156              | 150                    | 14,5                                      | 30                                              |
| Equip. Industr.         | 106                        | 99               | 107                    | 2,3                                       | 35                                              |
| Mecânica <sup>(1)</sup> | 128                        | 115              | 135                    | 10,5                                      | 33                                              |
| Mat. Elétr. e Com.      | 146                        | 144              | 165                    | 18,2                                      | 37                                              |
| Construção Naval        | 99                         | 163              | 299                    | 44,1                                      | 41                                              |
| Ind. Aeronáutica        | 137                        | 83               | 131                    | 9,4                                       | 41                                              |
| Mat. Ferroviário        | 89                         | 80               | 147                    | 13,7                                      | 41                                              |
| Mat. Transporte         | 179                        | 157              | 198                    | 25,6                                      | 41                                              |
| T o t a l               | 133                        | 126              | 157                    | 16,3                                      | 13                                              |

(1) Inclui Máquinas e Implementos Agrícolas e Máquinas Rodoviárias.

Fonte dos dados brutos: Pesquisa Industrial 1977 e Produção Industrial 1974 (Fibge)

Ainda mais vigoroso parece ter sido o crescimento do sub-setor produtor de bens sob encomenda. Segundo estimativas da Abdib — cujas limitações já foram comentadas —, este segmento produziu Cr\$ 34,4 bilhões em 1977, o que indica um crescimento médio anual superior a 25% a.a. durante o período em análise. Calculando-se residualmente o comportamento do sub-setor produtor de bens seriados, verifica-se que, embora não tão grande como no início da década, aqui também a taxa média de crescimento anual é mais do que razoável: 14,8%. Com isso, aumenta, naturalmente, a participação relativa do valor da produção do segmento sob encomenda na produção global da indústria de bens de capital.

#### QUADRO 21

##### CRESCIMENTO DO SETOR DE BENS DE CAPITAL: 1974-1977

##### BENS SERIADOS X BENS SOB ENCOMENDA

(em Cr\$ milhões correntes)

|                         | <u>1974</u> | <u>1977</u> |
|-------------------------|-------------|-------------|
| Produção Global (A)     | 56.686.366  | 213.546.601 |
| Prod. sob Encomenda (B) | 7.285.000   | 34.400.000  |
| Prod. Seriados (C)      | 49.401.366  | 179.146.601 |
| (B) / (A) em %          | 12,85       | 16,10       |
| (C) / (A) em %          | 87,15       | 83,90       |

Fonte dos dados brutos: Fibge e Abdib.

Bastante especial também é o comportamento das importações de bens de capital nesse período. Em parte como resultado da queda das taxas de crescimento econômico, em parte como decorrência dos incentivos à compra -

de máquinas e equipamentos nacionais, o fato é que as importações de bens de capital em 1977 foram, em dólares correntes, menores que as importações de 1974. Esse resultado é ainda mais nítido no que concerne às importações de bens seriados, que declinaram a uma razão de 7% a.a.

#### QUADRO 22

##### IMPORTAÇÕES EFETIVAS DE BENS DE CAPITAL - 1974/1977

|                              | 1974                   |                              | 1977                   |                              |
|------------------------------|------------------------|------------------------------|------------------------|------------------------------|
|                              | US\$<br>milhões<br>CIF | Cr\$<br>milhões<br>correntes | US\$<br>milhões<br>CIF | Cr\$<br>milhões<br>correntes |
| Total de Bens de Capital (A) | 3.053                  | 20.760,4                     | 2.984                  | 45.058,4                     |
| BK sob encomenda (B)         | 721                    | 4.902,8                      | 1.106                  | 16.700,6                     |
| BK seriados (C)              | 2.332                  | 15.587,6                     | 1.878                  | 28.357,8                     |
| (B) / (A) em %               | 23,62                  |                              | 37,06                  |                              |
| (C) / (A) em %               | 76,38                  |                              | 62,94                  |                              |

Fontes: Abdib e CIEF

Ao contrário do que sucedeu no começo da década, as importações de bens de capital sob encomenda aumentaram de forma vigorosa entre 1974 e 1977. A idéia de ambigüidade ou de "crescimento combinado", introduzida por ocasião da análise do desempenho do setor entre 1970 e 1974 parece, nessa segunda fase, ser adequada somente ao segmento produtor de bens sob encomenda. Esse resultado não é surpreendente. Afinal, nesse setor, cerca de 70% da demanda é de responsabilidade de empresas estatais que, nessa época,

muito se empenharam para a concretização dos ambiciosos projetos contidos no II PND.

Confrontando os dados de importação e produção interna, percebe-se claramente uma maior participação relativa da indústria brasileira na oferta de bens de capital.

#### QUADRO 23

COEFICIENTES DE IMPORTAÇÃO (\*): 1974/1977

|                         | <u>1974</u> | <u>1977</u> |
|-------------------------|-------------|-------------|
| Bens sob encomenda      | 40,22       | 32,68       |
| Bens seriados           | 24,82       | 13,67       |
| Bens de Capital - Total | 27,23       | 17,42       |

(\*) Importação (produção interna + importação)

Fonte dos dados brutos: Fibge, Bacen e Abdib.

Vários pontos chamam a atenção no quadro acima. É preciso discernir as diferenças:

- i) considerado globalmente, verifica-se uma forte queda da participação das importações de bens de capital em relação à oferta global. É inútil negar que, de certa forma e em alguma medida, parte desse efeito pode ser reputada ao II PND.
- ii) a queda do coeficiente de importação de bens sob encomenda se deu a despeito do crescimento das importações (15,3% a.a., em dólares correntes). Isso porque o crescimento da produção interna foi extremamente vigoroso.

iii) a queda do coeficiente de importação de produtos seriados se deu , basicamente, em função da forte queda do volume importado, o que, entretanto, não significa dizer que a produção interna não tenha crescido ao longo desse período.

Em suma, ao longo do período 1974-1977 verifica-se um forte - crescimento da produção de bens de capital, principalmente no que se refere - ao sub-setor de bens sob encomenda. Pelo lado das importações, como vimos , a comparação entre os setores mostra resultados divergentes. Enquanto a própria desaceleração da taxa de acumulação da economia pode explicar a queda - das importações de bens seriados, o aumento das compras externas de bens sob encomenda está relacionado com as necessidades advindas do intenso processo - de diversificação e expansão que caracterizou este período.

Nesse sentido, a queda dos coeficientes de importação não pode ser simploriamente atribuída ao projeto de substituição de importações embuti do no II PND. De qualquer forma, no entanto, é fato que o desempenho do se- tor no período 1974-1977 deriva da estratégia governamental de conceder notáveis privilégios a esta indústria.

### 3. O II PND e a reação do empresariado.

"Como obter que o empresário, principalmente nacional, se enga jasse em grandes projetos de investimento, em áreas pesadas, no meio de uma grande recessão mundial, e diante de evidentes dificuldades na economia inter na?" A pergunta, feita pelo ministro Reis Velloso<sup>(62)</sup>, pode parecer à primei ra vista um enigma indecifrável. E o seria, se a resposta tivesse que passar

pela aquiescência da representação política da sociedade.

A época, não é ocioso lembrar, não era este o caso. Assim, como vimos, o regime autoritário viu-se desimpedido para carrear recursos públicos para subsidiar investimentos privados em setores "prioritários". Desta forma, a resposta se torna simples. "A solução", responde o ministro, "foi orientar todo o sistema de incentivos do Governo para esses setores, considerados da mais alta prioridade, jogar toda a constelação de instrumentos do BNDE nesse esforço, e, até, utilizar mecanismos excepcionais, como a limitação da correção monetária a 20%, nos financiamentos oficiais de longo prazo, em 1975 e 1976". Ou seja, os empresários estão sempre dispostos a investir, desde que com recursos públicos.

Sintomaticamente, ante a escolha da indústria de máquinas e - equipamentos como uma das prioridades nacionais, o empresariado do setor de bens de capital reagiu com pronto entusiasmo. Já em outubro de 1974, Paulo - Villares afirmava que tanto o setor de bens de capital sob encomenda como o de bens de capital em geral deviam assumir, a partir daquele momento, uma posição de otimismo, de confiança em relação aos planos do Governo. "Vemos o futuro promissor", dizia esse importante empresário<sup>(63)</sup>. Em fevereiro de - 1975, Luís Eulálio Bueno Vidigal, ao comentar o projeto de expansão da Cobrasma (nada menos que a triplicação da capacidade produtiva, com 25% de recursos próprios) referendava a negligência do II PND em relação ao contexto internacional recessivo. Segundo ele, a meta visada pela empresa refletia "acima de tudo e apesar das perspectivas sombrias da economia mundial a confiança na - viabilidade do II PND"<sup>(64)</sup>. Em tempo: o ambicioso plano elaborado pela Co-brasma previa crescer em seis anos (1975-1981) duas vezes mais que o crescimento auferido durante trinta anos de funcionamento dessa empresa.

O empresariado nacional do setor de máquinas e equipamentos - se declarava assim tão apto quanto disposto a assumir um dos papéis protagonistas nesse novo sonho nacional: a complementação da estrutura produtiva, a superação do hiato tecnológico e a conquista, definitiva, de uma posição de destaque no elenco das economias ocidentais.

Não bastasse o amplo leque de incentivos de caráter estritamente financeiro, as autoridades governamentais não descuidaram de incutir junto ao empresariado uma visão triunfalista. Em palestra proferida em São Paulo, em 13 de março de 1975, o presidente do BNDE, Marcos Pereira Vianna, se esforçava em convencer empresários mais reticentes a aceitarem os favores oferecidos. "Tenho notícia", afirmou Vianna, "que alguns empresários do setor estão receosos. A estes eu declaro, como presidente do BNDE, que não há o que temer. A indústria mecânica vai ser por muito tempo um dos negócios mais seguros do País e um dos mais importantes setores motrizes capaz de induzir a sustentação de altas taxas de crescimento...". E concluía, veladamente ameaçador: "Convido esses empresários a desencadearem seus planos de expansão o mais rapidamente possível. Esta é a hora da grande arrancada e quem não firmar sua posição agora, corre o risco de ficar marginalizado..."<sup>(65)</sup>.

Existiram, é verdade, algumas restrições.<sup>(66)</sup> O novo esquema da correção monetária, por exemplo, foi recebido com ressalvas. Isso porque, considerando que entre a decisão de investir e a aprovação de um projeto pelo CDI decorrem vários meses, o prazo de vigência desse incentivo (cinco meses) foi considerado exageradamente exíguo.

Seja como for, demonstrava-se claramente o pendor governamental no sentido de incentivar o setor de bens de capital. "Considerado em si mesmo, o decreto (1.410) é mais um instrumento, dentre os muitos criados pelo

governo, para incentivar a indústria pesada nacional. Por isso, não podemos nos queixar", afirmou a esse respeito Sylvio Pupo, secretário-executivo da Abdib<sup>(67)</sup>.

Dessa maneira, no esforço de efetivar as pretensões desenvolvimentistas contidas na nova orientação governamental, o empresariado — e particularmente o do setor de bens de capital — viu-se convocado a liderar essa nova fase da vida econômica do país. A arrancada final para o desenvolvimento pleno era factível ou, pelo menos, quase todos pensavam assim. (A diferença, naquele momento, era desprezível).

## CAPÍTULO - IV

### A FALÊNCIA DO II PND E A REVERSÃO DE PRIORIDADES:

#### A INDÚSTRIA DE BENS DE CAPITAL NO FINAL DOS ANOS 70

#### 1. A Falência do II PND e a Reversão de Prioridades.

Não tardou, porém, para que as propostas ousadas do II PND manifestassem suas várias contradições. Não nos deteremos aqui em uma análise detalhada acerca do abandono desse Plano, tarefa que, de resto, já foi folgadoamente executada<sup>(68)</sup>. Genericamente, todavia, é de se registrar que duas condições básicas impediram a plena reorientação da economia brasileira, e, em última instância, conduziram à falência desse projeto.

Grosso modo, o II PND feneceu em virtude:

- i) da contradição inerente à pretensão de se sustentar altas taxas de crescimento dentro de um contexto internacional recessivo;
- ii) da contradição — a rigor, um corolário da anterior — entre os objetivos propostos (reversão do processo inflacionário, equilíbrio das contas externas e, simultaneamente, manutenção de altas taxas de crescimento), o que se manifestou através da alternância de políticas ora contencionistas, ora expansionistas.

Por outro lado, também a base social de apoio do II PND é muito exígua. Como assinalam M. C. Tavares e L. G. Belluzzo<sup>(69)</sup>, "o projeto do

Estado Nacional autoritário levantado em 1974 não só não conta com apoio popular, porque nada tem a ver com ele, como conta apenas, do ponto de vista das classes dominantes, com um setor restrito da grande empresa internacional, de uma fração da mecânica pesada nacional e do bloco das grandes firmas de engenharia e construção. Ficam fora do pacto todos os demais setores empresariais a quem a demanda da indústria pesada não favorece".

Vejamos mais detidamente a forma pela qual as autoridades econômicas buscaram, desastrosamente, administrar o flagrante paradoxo entre, de um lado, uma política expansionista de gastos e investimentos públicos, e, por outro, uma política de crédito e de financiamentos de caráter contracionista.

É interessante destacar, inicialmente, que no que diz respeito à política de fortalecimento da indústria de bens de capital, o empresariado nacional já havia assimilado um duro golpe no segundo semestre de 1975. Nessa ocasião, o CDI aprovou vários estímulos para a instalação da empresa alemã - Krupp em Minas Gerais. Ocorre que essa empresa passou a atuar em concorrência direta com empresas já instaladas, uma vez que dos vinte e quatro itens que produzia inicialmente, somente três ainda não eram fabricados no Brasil. Além disso, apenas 37% do investimento veio realmente do exterior, sendo o restante constituído por captação no mercado interno - com a aprovação do CDI - e por dotação do governo de Minas Gerais. A parte estrangeira estava vinculada à compra de equipamentos no exterior, o que fez com que apenas 3,5% do investimento total tenha sido gasto na compra de equipamentos nacionais.

A efetiva alternância, porém, ocorreria somente um ano depois, quando se torna cada vez mais clara a progressiva hegemonia da orientação contracionista, o que se traduziu, à nível da cúpula governamental, no recuo do ministro Reis Velloso, que cedeu espaço para o avanço do ministro da Fazenda

da, M. H. Simonsen. O diagnóstico deste último, a propósito, era similar - àquele que predominará a partir de 1981: a contenção do crescimento da economia brasileira era a única forma de ajustar o balanço de pagamento e debelar o processo inflacionário.

A política colocada em prática se concentrava em torno da liberação das taxas de juros e do controle do crédito e do gasto público. A idéia era que, uma vez elevadas as taxas de juros, os investimentos privados se reduziriam, implicando menor demanda por crédito. Ao mesmo tempo, o diferencial entre as taxas estimularia a captação de recursos no exterior, contornando, assim, os desequilíbrios do setor externo. No que diz respeito ao gasto público, é de importância ressaltar que já a partir do final de 1976 decidiu-se por cortes nos dispêndios da administração direta (especialmente Rede Ferroviária Federal e Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), ao mesmo tempo em que as estatais foram enquadradas em um sistema orçamentário mais rígido.

Admitida a falência do II PND, a política econômica redundaria em novas contradições. O aumento das taxas de juros aliado à desaceleração do crescimento geraram notáveis dificuldades tanto para as pequenas e médias empresas industriais como para o setor agrícola. Por outro lado, a queda no ritmo de desvalorizações trazia dificuldades também para os setores exportadores. Incapaz de resistir a estas pressões, o Governo fez com que as linhas de crédito subsidiado fossem paulatinamente carregadas para dirimir estes novos problemas, em detrimento das antigas prioridades.

O impacto sobre o setor de bens de capital só não foi maior - porque a contenção do gasto público deixou à margem o setor produtivo estatal que passou a ser utilizado cada vez mais como instrumento de captação de re-



curios externos necessários ao equilíbrio do balanço de pagamentos.

Na esfera institucional, o Governo, é verdade, procurou oferecer compensações. Face às críticas à eterna indefinição da política industrial para o setor de bens de capital, o Conselho de Desenvolvimento Econômico baixou a tão famosa quanto inoperante Resolução nº 9, de 31 de março de 1977. Basicamente, essa resolução compreendia seis pontos:

- i) o apoio à maior participação da empresa privada nacional no desenvolvimento de setores considerados "dinâmicos" (entre os quais, o setor de bens de capital);
- ii) a proposição de que os órgãos federais de financiamento e gestores de incentivos procurariam esgotar as possibilidades de participação do setor privado nacional, uma vez identificada certa oportunidade de investimento;
- iii) a prioridade à viabilização de empreendimentos sob controle de empresas privadas nacionais por parte do sistema BNDE ou qualquer outro órgão de apoio financeiro;
- iv) a intenção de prosseguir com o "modelo do terço" para associação - entre capital privado nacional, capital estrangeiro e o próprio governo nos investimentos dos setores de insumos básicos e mineração;
- v) a orientação de que a participação de empresas do governo seria majoritária somente quando necessária e principalmente nos projetos de produtos básicos que demandassem vultosos investimentos;
- vi) o estabelecimento de uma política específica para o setor de bens

de capital que, por sua vez, incluía:

- a permanência das restrições às importações por parte dos órgãos públicos;
- a sugestão de que os órgãos de incentivos fiscais e os de apoio financeiro evitassem, por ocasião da análise dos projetos, de um lado, o monopólio, e, de outro, a excessiva pulverização;
- a determinação de um "esforço de progressiva nacionalização de componentes";
- a fixação, em projetos de órgãos ou empresas governamentais, do volume de fornecimento de equipamentos pela indústria nacional - antes da realização de concorrência internacional;
- a preferência, nos consórcios para fornecimento, aos fabricantes nacionais.

O empresariado reagiu com profundo ceticismo a esse conjunto - de medidas. Apenas cinco meses depois, Cláudio Bardella declarava-se frustrado ao ver próximo o fim de seu mandato na Abdib sem que o governo tivesse de finido o papel do setor numa política global de desenvolvimento industrial<sup>(70)</sup>. Não era, de fato, sem fundamento a frustração do empresário. Na verdade, a Resolução nº 9 não passou de uma voluntariosa declaração de boas intenções.

Em primeiro lugar - mas não principalmente - a resolução - não foi regulamentada pelas instituições responsáveis pela política industrial, permanecendo como mera "orientação". Ademais, a resolução trouxe pouca ou nenhuma novidade. Muitos de seus conselhos já tinham sido incorporados à prática dos acordos de participação. Também a Resolução nº 6, de 20 de maio de -

1974, já recomendava aos órgãos públicos a preferência por compras internas . Por fim — mas talvez o elemento mais importante — é preciso lembrar que aumentou, a partir dessa época, a demanda de equipamentos por parte das empresas estatais subordinada à concessão de empréstimos externos vinculados à obrigatoriedade de importação desses produtos.

É ilustrativo o fato de que, decorridos apenas quatro meses de sua aprovação, a Resolução nº 9 foi sumariamente ignorada. No final de julho de 1977, o empresariado foi surpreendido pela decisão governamental de autorizar a Petrobrás a importar — sem sequer exame de similaridade — os equipamentos para prospecção de petróleo na bacia de Campos. No decreto-lei assinado pelo presidente Geisel, pode-se encontrar, mais uma vez, a usual alegação de urgência ("é imperiosa a necessidade de que sejam adotadas medidas excepcionais com vistas a remover os óbices que vêm impedindo o início, no menor lapso de tempo, da produção de petróleo bruto e gás natural nas áreas situadas na plataforma continental brasileira", diz o decreto-lei). Como se percebe, a não obediência a uma norma ou resolução pode, sempre que há pressão ou conveniência, ser respaldada por um instrumento jurídico mais simples e, nessa simplicidade, mais poderoso: o decreto-lei.

Como prova de que as preferências antigas estavam realmente — exauridas, o presidente Geisel assinou, mais uma vez, um decreto-lei (de 13 de março de 1979) determinando que a correção monetária dos financiamentos concedidos pelas agências oficiais — antes limitada a 20% a.a. — passasse a ser da ordem de 70% da variação das ORTNs. Pouco depois, a correção atingiu, em quase todas as linhas de crédito, a totalidade da variação das ORTNs.

A alternância de governo não significou nenhuma mudança no sentido da política econômica. O abandono das antigas prioridades foi ratificado pelo novo governo.

Mesmo antes de sua ascensão, os responsáveis pela condução da política econômica do governo Figueiredo deixavam claro que a nova administração não se responsabilizaria por velhas promessas. Com a ênfase e o entusiasmo típicos de um governo ingressante, deixavam antever uma ampla revisão da política industrial do país. Em entrevista à imprensa<sup>(71)</sup>, "alta fonte ligada à Presidência da República" anunciava que essa revisão incluiria:

- i) o término de todas as regalias estabelecidas em favor da indústria nacional que pudessem, de alguma forma, prejudicar a aceleração do processo de industrialização do país;
- ii) o fim sumário de todas as reservas de mercado existentes;
- iii) a nova diretriz de que "não mais interessará ao país quem domina o controle acionário de uma empresa mas sim a sua eficiência, as divisas que gera para o país e o número de empregos que poderá gerar";
- iv) a supressão da Lei do Similar Nacional, uma vez que "ao longo de algum período de ampla, total e irrestrita abertura econômica, a indústria brasileira estará em condições de competir com larga vantagem com qualquer produto estrangeiro em preço e qualidade".

Para o setor de bens de capital, o recado era muito explícito e confirmava as medidas tomadas na segunda metade do governo Geisel: fim das prioridades, fim do protecionismo, fim do paternalismo. Os próprios empresários, a propósito, já haviam previsto um período de dificuldades. Em novembro de 1978<sup>(72)</sup>, Waldyr Gianetti adiantava que "a violenta redução das encomendas in-

dustriais é um indicador palpável de que 1979 será um ano de vacas magras para a indústria de bens de capital".

A instauração do governo Figueiredo marcaria também a passagem do ministro M. H. Simonsen do Ministério da Fazenda para a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), que passava a centralizar o comando da política econômica, uma vez que coordenava ainda o Conselho Monetário Nacional e o orçamento monetário. No que tange à política industrial, como adiantado, pretendia-se o acirramento da orientação contracionista. De fato, tendo em vista o controle da expansão creditícia, optou-se, entre outras medidas, pelo rígido controle do volume de crédito bancário à disposição das empresas estatais que, adicionalmente, ainda sofreriam um vigoroso corte (da ordem de Cr\$ 40 bilhões) em seus dispêndios.

Paralelamente, e acompanhando as diretrizes gerais trazidas pelos novos governantes, o BNDE passou progressivamente a sustentar novas preferências (fundamentalmente, bens de consumo básico e agricultura). Já em 1979, o banco destinou 6,5 bilhões de cruzeiros para o setor de alimentos básicos e Cr\$ 13,5 bilhões para programas como a Central de Medicamentos e o Programa de Alimentação do Trabalhador, conduzido pelo Ministério do Trabalho. Ainda em 1979, o BNDE estimava aplicar no setor agrícola durante o governo Figueiredo não menos que Cr\$ 100 bilhões (a preços de 1979). Referendando prematuramente a nova orientação, Luiz Sande, sucessor de Marcos Vianna na presidência do BNDE, declarou um mês antes de assumir o posto que "não há mais espaço para novos projetos na área de bens de capital"<sup>(73)</sup>.

Promoveu-se, por outro lado, a subordinação do BNDE ao Ministério da Indústria e Comércio, o que poderia ser encarado como uma tentativa - por parte do novo governo de aliviar as inquietações empresariais, buscando a

unicidade no comando da política industrial. Explica-se: sendo o CDI vinculado ao MIC, parecia, naquele momento, pouco razoável deixar o BNDE sob a coordenação da Secretaria de Planejamento já que, de acordo com insistentes reclamações do empresariado, esses órgãos não adotavam critérios homogêneos para aprovação dos projetos apresentados (pelo lado do CDI) e para a liberação dos recursos necessários (pelo lado do BNDE). Os resultados foram, contudo, ambíguos.

O caminho que conduziria a uma maior unicidade da política industrial parecia passar por outros pontos, pois apenas alguns minutos após tomar posse no BNDE, Luiz Sande defendia a manutenção das restrições ao cadastramento de empresas estrangeiras junto à Finame, contrariando frontalmente o pensamento do novo ministro do MIC, Camilo Penna<sup>(74)</sup>.

Nova reversão, esta de fôlego muito curto, se daria a partir de agosto de 1979, quando o ministro Delfim Netto assumiu seu posto na Seplan, substituindo M. H. Simonsen, que saía derrotado pelo acúmulo de pressões do setor empresarial, contrário à sua política de orientação recessiva.

Visando conquistar a confiança do setor privado, Delfim Netto inicialmente nega, de forma enfática, a eficácia da política recessiva e propõe, para a euforia de muitos, lançar a economia em uma nova e duradoura fase de crescimento acelerado (com o que, afirmava o ministro, se lograria ainda - reduzir as taxas de inflação). Rapidamente, porém, o ministro traçaria uma nova estratégia, muito menos otimista, envolvendo uma administração da crise pautada por medidas pragmáticas que utilizavam sempre as linhas de menor resistência, ao mesmo tempo que buscava evitar as inconveniências de uma recessão aberta.

Na área do gasto público, a prioridade declarada recaía no apoio à agricultura e aos setores exportadores, gerando insegurança nos outros segmentos. Por outro lado, o ministro refutava a idéia de controlar rigidamente os dispêndios das empresas estatais, que deveriam crescer a taxas moderadas. Para tanto, o ajuste de preços relativos privilegiaria as tarifas e preços do setor público, reforçando assim sua capacidade de auto-financiamento. Pela mesma razão, o impacto do segundo choque do petróleo foi internalizado de forma mais do que proporcional. Como é sabido, ao invés de promover o realinhamento entre preços, a "inflação corretiva" levou rapidamente o patamar inflacionário para a marca dos 100% ao ano. Este nível, a propósito, só não foi maior porque o efeito da correção monetária sobre os preços havia sido diluído mediante o expurgo do petróleo e derivados do índice de preços por atacado. A manutenção da correção monetária em níveis inferiores à inflação contribuía ainda para reduzir o custo do giro da dívida pública, propiciando a queda das taxas de captação do sistema financeiro.

Em dezembro de 1979, finalmente, o ministro Delfim Netto tentaria seu lance mais ousado. L. Coutinho e L. G. Belluzzo<sup>(75)</sup> explicam com muita clareza o funesto blefe do ministro: "visando suprimir a incerteza quanto às taxas de inflação e buscando garantir a previsibilidade quanto ao custo futuro da moeda estrangeira, o governo implantou a prefixação dos coeficientes de correção monetária e cambial a um nível claramente irreal (...). Este lance mal executado, ao invés de suprimir as incertezas, fez desmoronar a credibilidade do governo, exacerbando, por sua vez, expectativas instabilizadoras. A prefixação da correção monetária e cambial significava a depreciação antecipada dos ativos financeiros e das indexados, o que, somado ao tabelamento dos juros, fez desaguar a massa de capitais especulativos sobre as mercadorias

e ativos imobiliários. Posteriormente, em junho de 1980, o governo reincide no erro e posterga os prazos da prefixação, o que (...) intensificou a suspeita de que uma nova máxi seria inevitável, deflagrando-se uma onda de especulação no mercado paralelo e uma febre de importações especulativas (...) (e)pio<sup>u</sup>rando ainda mais a situação da balança comercial".

Após agosto, a nova elevação das taxas internacionais de juros redobrou as pressões e desconfianças por parte dos banqueiros internacionais. Vencido por estas pressões e vitimado pelas próprias contradições de sua política econômica, o governo cede e deflagra, a partir de novembro de 1980, uma recessão que penalizará de forma dramática a indústria de bens de capital. É o que ainda veremos no capítulo V.

## 2. O Desempenho da Indústria de Bens de Capital no Período 1977-1980.

Começemos com o essencial: a suspensão do II PND e a alternância de prioridades não provocaram um impacto imediato sobre a indústria de bens de capital. Se é fato que o setor deixou de apresentar o forte crescimento característico dos primeiros anos da década, também é verdadeiro que nenhuma dificuldade incontrolável constrangiu o seu desempenho. Esse resultado não é surpreendente quando analisado à luz da dinâmica dos investimentos público e privado. Na verdade, o abandono do projeto desenvolvimentista implicou, no mais das vezes, a reprogramação e a diluição no tempo — e não o cancelamento sumário — das encomendas por parte das empresas estatais. Isso impediu que o segmento produtor de bens sob encomenda se ressentisse, instantaneamente, da nova orientação imprimida à política econômica. Análoga sobrevi

da foi oferecida ao segmento produtor de seriados pelo investimento privado que, embora experimentando sensível desaceleração, não estancou de forma abrupta.

À exemplo das análises de períodos anteriores também aqui os indicadores de produção real calculados pelo IBGE foram preteridos em favor da coleta direta de informações relativas ao desempenho dessa indústria. A metodologia que orientou esse levantamento é simples:

- i) A partir da definição adotada para o setor, buscou-se a consolidação de ramos e sub-ramos de tal forma a se poder calcular o valor da produção, o número de estabelecimentos e o pessoal ocupado.
- ii) Para 1977 a fonte de dados primários foi a Produção Industrial. Para 1980, utilizou-se a Sinopse Preliminar do Censo Industrial; ambas são publicações regulares do IBGE.
- iii) Para esse último ano, uma hipótese adicional relativiza as conclusões. Como a Sinopse Preliminar apresenta os resultados a nível de "grandes grupos" da indústria de transformação, é impossível saber, com exatidão, quanto que cada grupo incorpora de bens de capital. Nem todo o valor da produção de "material elétrico para veículos", por exemplo, reflete a fabricação de bens de capital, uma vez que, conforme convenção corrente, só é considerado bem de capital o material elétrico destinado a ônibus e caminhões. Problema análogo ocorre para vários outros "grandes grupos". No intuito de minimizar essa distorção, optou-se por considerar apenas o valor total oferecido pela Sinopse rateado pela porcentagem que, de acordo com a Produção Industrial de 1978, cada "grande grupo" incorpo-

ra de bens de capital. A hipótese, portanto, é que entre 1978 e 1980 não se altera de forma significativa a participação relativa dos bens de capital no interior dos "grandes grupos".

Os resultados derivados desse procedimento são apresentados nos quadros 24 e 25.

#### QUADRO 24

##### INDÚSTRIA DE BENS DE CAPITAL - 1980

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, PESSOAL OCUPADO E VALOR DA PRODUÇÃO (1977=100)

|                            | Índice<br>1980 | Crescimento Médio Anual<br>(em %) |
|----------------------------|----------------|-----------------------------------|
| Pessoal Ocupado            | 112,23         | 3,92                              |
| Número de Estabelecimentos | 114,30         | 4,56                              |
| Valor da Produção          | 138,93         | 11,58                             |

Fonte: Vide texto.

A Abdib calcula, para o segmento produtor de bens sob encomenda, estimativas a respeito da evolução do valor da produção, de tal forma que, residualmente, pôde-se inferir o crescimento do sub-setor fabricante de bens seriados.

QUADRO 25

## BENS DE CAPITAL, SERIADOS X BENS SOB ENCOMENDA

EVOLUÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO — 1977-1980 (em Cr\$ Milhões de 1980)

|                       | <u>1977</u> | <u>1980</u> | <u>Taxa de Crescimento</u><br><u>Médio Anual</u> |
|-----------------------|-------------|-------------|--------------------------------------------------|
| Bens de Capital Total | 777.950,3   | 1.080.806,0 | 11,58%                                           |
| Bens sob Encomenda    | 125.319,2   | 171.095,0   | 10,94%                                           |
| Bens Seriados         | 652.631,1   | 909.711,0   | 11,71%                                           |

Fonte: Vide texto.

As importações de bens de capital, por sua vez, apresentaram - nesse período um comportamento similar ao desempenho observado para a produção interna. Medidas pela soma dos capítulos 84 a 89, da classificação NEM, essas importações apresentaram, em dólares correntes, um incremento acumulado da ordem de 41% entre 1977 e 1980. Estimativas da Abdib indicam que as importações de bens de capital sob encomenda teriam crescido ligeiramente mais: 47%. Grande parte desse montante pode ser explicado pela proliferação de supplier's credits nessa época. Chama a atenção também o fato de que os bens sob encomenda, que representam cerca de 1/6 da produção de bens de capital, responder por mais de 1/3 de suas importações. Residualmente, pôde-se calcular um aumento da ordem de 38,7% para as importações de bens seriados. O quadro abaixo ilustra esses resultados.

QUADRO 26

IMPORTAÇÕES DE BENS DE CAPITAL — 1977-1980  
(em Milhões de Dólares CIF)

|                       | 1977 | 1980 | Taxa de Crescimento<br>Médio Anual |
|-----------------------|------|------|------------------------------------|
| Bens de Capital Total | 3314 | 4686 | 12,24%                             |
| Bens sob Encomenda    | 1106 | 1624 | 13,65%                             |
| Bens Seriados         | 2208 | 3062 | 11,56%                             |

Fonte dos dados brutos: Abdib e Cacex.

A grande novidade nesse período — que, de resto, ajuda a explicar o satisfatório desempenho da produção interna — diz respeito ao forte incremento verificado nas exportações de bens de capital. Muito provavelmente, isso decorre da necessidade de conquista de mercados novos — geralmente países da América Latina — no intento de compensar parcialmente a queda da demanda interna.

Ao contrário das importações, a mensuração das vendas externas exige cuidados especiais. Isso porque, enquanto praticamente todos os produtos importados classificados entre os capítulos 84 e 89 são bens de capital, muitos daqueles exportados referem-se a outros tipos de bens. Um exemplo poderá melhor ilustrar essa assimetria. O capítulo 87 refere-se a Material de Transporte. Não é erro grosseiro afirmar que todo o material de transporte importado pode ser classificado como bem de capital. As exportações desse capítulo, ao contrário, incorporam larga parcela de bens de consumo (automóveis, veículos CKD etc.). A solução encontrada foi a seleção, dentre todos os itens de exportação que em 1977 e 1980 superaram a marca de US\$ 1 milhão (cerca de

mil), de todos os produtos da indústria de bens de capital (185). Os resultados, apresentados a seguir, indicam que as exportações desses bens teriam triplicado no período 1977-1980. Como antes, as exportações de bens sob encomenda foram calculados pela Abdib e as de bens de capital seriados, residualmente.

QUADRO 27

EXPORTAÇÕES DE BENS DE CAPITAL — 1977-1980  
(Em Milhares de Dólares FOB)

|                       | 1977    | 1980      | Taxa de Crescimento<br>Médio Anual |
|-----------------------|---------|-----------|------------------------------------|
| Bens de Capital Total | 519.356 | 1.884.292 | 38,00%                             |
| Bens sob Encomenda    | 112.000 | 529.000   | 54,99%                             |
| Bens Seriados         | 407.356 | 1.355.292 | 32,52%                             |

Fonte dos dados brutos: Abdib e Caeex.

Por fim, a sobreposição dos dados relativos à produção interna, importações e exportações, permitiu a construção de coeficientes de importação e oferta global.

## QUADRO 28

COEFICIENTES DE IMPORTAÇÃO E OFERTA GLOBAL — 1977-1980  
(Em Cr\$ Milhões Correntes)

|                                      | <u>1977</u> |            |            | <u>1980</u> |            |            |
|--------------------------------------|-------------|------------|------------|-------------|------------|------------|
|                                      | <u>BKe</u>  | <u>BKs</u> | <u>BKT</u> | <u>BKe</u>  | <u>BKs</u> | <u>BKT</u> |
| Produção (1)                         | 34.400      | 179.147    | 213.547    | 171.095     | 909.711    | 1.080.806  |
| Importação (2)                       | 16.701      | 33.341     | 50.041     | 85.583      | 161.364    | 246.947    |
| Exportação (3)                       | 1.691       | 6.151      | 7.842      | 27.878      | 59.175     | 87.053     |
| Oferta Global (4)<br>(1) + (2) - (3) | 49.409      | 206.336    | 255.746    | 228.800     | 1.011.900  | 1.240.701  |
| (2) / (4)                            | 33,8%       | 16,2%      | 19,6%      | 37,4%       | 15,9%      | 19,9%      |
| (2) / (1) + (2)                      | 32,7%       | 15,7%      | 19,0%      | 33,3%       | 15,1%      | 18,6%      |

Fonte dos dados brutos: Abdib e Cacex.

O interessante a ser observado é que o aumento da participação relativa das importações sobre a oferta global encontra explicação muito mais no incremento das exportações — que reduz a oferta global — do que no aumento das próprias importações. Basta verificarmos, a propósito, que a participação das importações no total de importações e produção interna é relativamente constante ao longo desse período.

### 5. A Revisão do Projeto Desenvolvimentista: A Reação do Empresariado.

Assim como por ocasião do início do "grande sonho" nacional as elites haviam aplaudido ruidosamente o conjunto de medidas de apoio deliberadas pelo governo, o arquivamento do II PND também não foi acompanhado por ma-

nifestações muito discretas. "Só Deus sabe o que poderá ocorrer", afirmou Einar Kok, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas - Abimaq -, acrescentando ainda que "os empresários preferem a uma falsa ilusão, respostas e diretrizes definidas, unânimes e não contraditórias. As indústrias do setor que se preocuparam em atender aos apelos do governo estão atualmente endividadadas, engajadas em programas que oneram financeiramente seu futuro"<sup>(76)</sup>.

As inquietações empresariais ficavam ainda mais fortes à medida em que o reconhecimento oficial da não prioridade de setores outrora prediletos tornava-se mais explícito. O impasse criado, já em novembro de 1976, com a compra de equipamentos para a Ferrovia do Aço poderá ilustrar um dos mais delicados momentos que envolveram tais inquietações. Recordemos, sinteticamente, este sugestivo episódio:

i) Para construir a Ferrovia do Aço, a Rede Ferroviária Federal contratou na Inglaterra um empréstimo do qual uma parte apreciável - foi vinculada à compra de equipamentos junto a empresas britânicas lideradas pela General Electric. Como a quase totalidade desses equipamentos já era produzida internamente, sua importação com isenção tarifária somente seria possível, segundo as determinações da Lei do Similar, se a indústria nacional assinasse um acordo homologado pela Cacex, especificando a participação nacional e estrangeira:

ii) Uma vez que a indústria nacional estava capacitada a fornecer muito mais que a participação proposta pela REJESA <sup>(77)</sup>, quatro associações empresariais (Associação Brasileira da Indústria Eletro-ele

trônica, Associação Brasileira da Indústria de Máquinas, Sindicato da Indústria de Material Ferroviário e Sindicato da Indústria de Cabos Elétricos e Telecomunicações) negaram-se a assinar o acordo de participação referente ao fornecimento desses equipamentos;

- iii) Feita a pressão e gerado o impasse, a Lei do Similar acabou por ser contornada de uma maneira muito simples. Em 26 de novembro de 1976, o Presidente Geisel assinou decreto-lei<sup>(78)</sup> que "dispensava" o acordo com a indústria nacional e autorizava a REFESA a contratar a aquisição dos equipamentos com as empresas inglesas. Ao mesmo tempo, peremptoriamente estabeleci a que a participação da indústria nacional seria de 50%, parcela nitidamente inferior à sua real capacidade de fornecimento.

Presos pela mão de ferro do autoritarismo, os empresários tiveram que se resignar. A eles restou apenas o trunfo de forçar o governo a marchar sozinho, desgastando e expondo ao descrédito as promessas oficiais. Negando-se a assinar o acordo, de qualquer forma, mostravam uma posição aparentemente firme, abrindo um importante precedente político.

Ainda abalado pelo episódio da Ferrovia do Aço, o empresariado foi obrigado a assimilar um novo golpe. Em dezembro de 1976, Marcos Vianna, Presidente do BNDE, acusou a demora na entrega dos equipamentos nacionais como a responsável por 90% dos atrasos verificados nos projetos governamentais.<sup>(79)</sup> Acuado pela grande repercussão de suas declarações, o mesmo Vianna ofereceu - exuberante exemplo do paternalismo e personalismo da política industrial: - "Eles (os empresários) adotaram uma atitude de hostilidade para com o governo (referia-se ao caso da Ferrovia do Aço). Por isso, eu disse o que pensava, e

sustento o que disse. Devo ainda informar que com esta atitude de hostilidade que eles insistem em manter, fica cada vez mais difícil ajudá-los..."(80).

Em março de 1977, contudo, o empresariado, abandonando a reta guarda, capitalizou valiosos pontos a seu favor. Em estudo realizado para a Abdib, o empresário Thompson Motta, vice-presidente da Bardella, denunciou a superposição dos órgãos responsáveis pela elaboração e condução da política industrial. Segundo ele, a existência de 22 órgãos que legislavam sobre política industrial inviabilizava e desacreditava as intenções oficiais<sup>(81)</sup>.

Voltando à carga, Roberto Lima Netto, diretor da Embramec, de clarou à imprensa em agosto de 1977 que "já há gente demais no setor de bens de capital. O que existe de capacidade instalada mal empregada é uma fábula, produzindo equipamentos de segunda e terceira categorias"<sup>(82)</sup>.

Não é preciso insistir em exemplos para que se evidencie o fio condutor de todas essas declarações. Outrora imunizados, burguesia industrial e governo passaram a trocar acusações áspers, tentando denunciar, de lado a lado, a responsabilidade alheia pelo fim do sonho.

Assim é que, do ponto de vista político, a falência do II PND deflagrou uma cisão nítida e consciente. Se, a princípio, o empresariado soube de bom grado aceitar o apoio oficial, soube também, dois anos depois, reagir com energia à retirada das vantagens antes concedidas (ou prometidas). É verdade que a eficiência política desta reação sempre deixou a desejar. Acostumados a uma postura dócil e subordinada aos governos "revolucionários" e incapazes de avançar em linha, os empresários manifestaram-se desordenadamente, através de lideranças ainda não cristalizadas. Fato interessante, porém, foi o esvaziamento das entidades oficiais (a Fiesp e o CNI, por exemplo), em favor do fortalecimento de associações civis oficiais que surgiram e se conso

lidaram paralelamente (a Abdib é o exemplo mais claro), através das quais ansiaram participar das decisões de política econômica do governo.

Mesmo com todas as limitações, o fato é que o empresariado teve todas as condições de exercitar sua força juvenil contra uma política industrial descoordenada, confusa e heterogênea. Além de tentar compatibilizar numa única estratégia a manutenção do crescimento acelerado, a redução da inflação e o equilíbrio das contas externas, o setor público teve que abrigar - internamente notáveis divergências<sup>(83)</sup>. Essa heterogeneidade de interesses - implicou necessariamente grande dificuldade em acomodar as divergências dentro dos vários setores da máquina governamental, o que pode explicar, ao menos em parte, a contínua necessidade de intervenção direta de escalões superiores, incluindo aqui o próprio Presidente Geisel.

Enfim, a burguesia nacional, ao se sentir "traída", passou - mesmo sem querer - a cerrar fileiras com setores moderados da oposição. Os empresários, principalmente os do setor de bens de capital, extravasaram-se e passaram a opinar com aquiescência sobre temas inquietantes, como abertura de democrática, autoritarismo e participação social.

O interessante a ser notado é que, muitas vezes, as manifestações iam além da simples denúncia do abandono do projeto desenvolvimentista. Muito mais que o debate de questões estritamente econômicas, o empresariado - chamou a si, naquele momento, a responsabilidade de intervir politicamente visando a minar o centralismo das decisões governamentais. Nesse intento, nem mesmo as propostas de aliança foram esquecidas. Em debate realizado pelo Grupo Casa Grande, no primeiro semestre de 1978, o empresário Henrique David Sanson, vice-presidente da Abdib, assegurava que "quando se pensa em indústria, é impossível dissociar a classe empresarial da classe operária. Nós, os erpre

sários progressistas, estamos de acordo que a classe operária deve fortalecer seus sindicatos para que possam, através deles, encaminhar as suas reivindicações (...). Logo, essa luta nossa, para que seja útil ao país, não é apenas em defesa da classe empresarial; é visando o interesse de todos"<sup>(84)</sup>.

Há limites muito claros, porém. Tratava-se apenas de reivindicar o alargamento das tensas relações entre empresariado e governo. Nem mesmo quando nos referimos a um setor de "vanguarda" — e minoritário — de empresários (baseados justamente no setor de bens de capital) somos, naturalmente, autorizados a pensar que seu projeto político ultrapassasse os contornos' de uma democracia liberal, se tanto. Entendamo-nos bem: "liberalização", na aquele momento e nesse segmento social, significava de fato a conquista de canais mais fluídos que permitissem o acesso direto aos centros de decisão, da mesma forma que reivindicar "participação social" não significava mais que — condenar a exclusão do próprio empresariado na escolha dos rumos econômicos — do país. Até porque, se houvesse ampla participação social por ocasião do lançamento do II PND não é certo que o setor de bens de capital fosse brindeado com os significativos incentivos que, muitas vezes, recebeu. O mesmo empresário H. David Sanson se encarregou, em entrevista à revista Exame, de deixar claro que "todas as queixas do empresariado nacional são decorrentes da falta de diálogo com o governo, pois quem pensar que somos a favor do retorno da anarquia de antes de 1964 está redondamente enganado. Democracia não quer dizer irresponsabilidade. É evidente que não desejamos a volta das greves e das badernas"<sup>(85)</sup>.

Da mesma forma que, nesse período, os indicadores de desempenho não se apresentavam de forma unidirecional (a Unime, por exemplo, aprovou — em 1978 operações superiores a Cr\$ 50 bilhões para aquisição de equipamentos'

da usina de Itaipu), o diagnóstico oficial se apresentou de maneira particularmente divergente, recuperando a tradição de uma política desconexa. Em meados de 1979, o diretor da Secretaria de Tecnologia Industrial, do MLC, afirmou não existir capacidade ociosa no setor de bens de capital<sup>(86)</sup>. Alguns meses depois, Ernane Galvão, presidente do Banco Central, admitiu não só a existência de capacidade ociosa como também que a indústria de bens de capital deveria diminuir o nível de utilização da capacidade instalada<sup>(17)</sup>. Em março de 1980 o ministro Camilo Penna tentou esclarecer que a indústria de bens de capital operava, sim, com capacidade ociosa e, portanto, seu problema não era o de procurar se expandir, senão obter financiamento para que seus eventuais compradores pudessem adquirir toda a produção. Por outro lado, o mesmo ministro corroborava a persistente indefinição da política industrial ao afirmar, surpreendentemente, que "a curto prazo não haverá política industrial porque todo o governo terá que se enquadrar no esforço de importar menos e exportar mais" (grifo nosso)<sup>(88)</sup>.

A desarticulação governamental parece também ter contaminado o empresariado que, em situações anteriores, havia apresentado sinais de maior coesão. Enquanto Einar Kok, presidente da Abimaq, declarava que "a indústria de bens de capital sob encomenda trabalhou quase a plena carga em 1979", Silvio Pupo, secretário-executivo da Abdib afirmava, na mesma edição<sup>(89)</sup>, que "o parque industrial e do setor poderia ter produzido, se houvesse encomendas, o dobro dos Cr\$ 104 bilhões produzidos em 1979".

Afora essas divergências, ilustrativas da inquietação predominante naquele momento, um fato de fundamental importância, que preencheu o cenário desses anos, foi a reabertura das discussões a respeito da lei do Simililar.

Em agosto de 1979, e confirmando rumores, o ministro Camilo - Penna garantiu a existência de estudos para a substituição da Lei Similar pe la taxa<sup>ção</sup> alfandegária<sup>(90)</sup>. Na mesma oportunidade, Cláudio Bardella considerava a lei da similaridade inócua, face às várias maneiras de burlá-la. "Melhor seria o governo taxar fortemente os produtos importados que podem ser fabricados internamente", afirmou o empresário (um ardente defensor do nacionalismo econômico e da reserva de mercado), talvez sonhando com o Estado protecionista da Alemanha do século XIX. Somente em maio de 1980, porém, surgiu - uma primeira medida que começou a preparar o terreno para a alteração da Lei do Similar. Nessa ocasião, Namir Salek, diretor da Divisão de Máquinas e Equipamentos da Cacex, anunciou que a tarifa para a importação de bens de capital subiria de 35% para 50%.

Também as pressões sobre as importações excessivas - quase - sempre uma consequência dos créditos de fornecedores - ganharam alento no final da década de 70. Em discurso proferido durante almoço de confraternização da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, o presidente da entidade, Manuel da Costa Santos, indignava-se ante a importação de US\$ 1 bilhão de produtos eletro-eletrônicos somente nos primeiros nove meses de - 1979.

Já em 1980, o setor sofreria o impacto do corte nos investimentos das empresas estatais que, segundo estimativas dos empresários, representou uma diminuição de Cr\$ 18,5 bilhões nas encomendas que seriam efetuadas, no segundo semestre, junto à indústria de bens de capital.

Por fim, não é ocioso lembrar que, conforme divulgado, a correção monetária prefixada nas operações do BNDE - introduzida, como vimos, pelo Decreto-Lei 1.452/76 - significou um subsídio acumulado de Cr\$ 82,26 bi

lhões, a preços de 1980. Seja como for, para uma instituição que, segundo o ministro Reis Velloso, deveria "atuar dentro da filosofia de lucro nulo, transferindo seus bons resultados para o sistema econômico", é necessário admitir que seu desempenho conduziu a resultados muito além das expectativas...

#### 4. Uma Primeira Conclusão: A Indústria de Bens de Capital nos Anos 70.

Atrás de todas as argumentações, o importante a ser percebido é a crucial importância da década de 70 na evolução histórica da indústria brasileira de bens de capital. Fosse oportuno analisar o saldo desses últimos anos, é certo que, do ponto de vista da estrutura produtiva, ele seria claramente positivo. Basta verificarmos que, entre 1970 e 1980, o setor cresceu a taxas extremamente altas, diversificou-se e atendeu uma parcela cada vez maior das necessidades internas.

Note-se que, mesmo sendo prematuramente preterido, o II PND colaborou de forma decisiva para a alteração do perfil da indústria brasileira. Há quem pense que o planejamento da economia brasileira "não sai do papel". Não é, decerto, o caso desse plano. Antes fosse, talvez. A formação e consolidação de grandes grupos nacionais — potenciando o poder de pressão política da burguesia industrial —, é, para citar apenas um exemplo, consequência que não pode ser subestimada.

A relativa internalização/nacionalização da oferta de bens de capital deve, contudo, ser encarada com ressalvas. De acordo com estimativas da Imbramec, o aumento do índice de nacionalização de equipamentos por categoria de demanda teria sido estupendo, como se depreende do Quadro 29. Em al

guns setores, os Índices de nacionalização teriam atingido 95% (cimento e material ferroviário). Outros, como a siderurgia, se destacam pelo forte incremento que obtiveram ao longo de apenas cinco anos.

QUADRO 29

ÍNDICES DE NACIONALIZAÇÃO POR CATEGORIA DE DEMANDA

|                            | <u>1974/75</u> | <u>1979/80</u> |
|----------------------------|----------------|----------------|
| Siderurgia                 | 20%            | 70-89%         |
| Hidrelétricas              | 50%            | 85-90%         |
| Cimento                    | 50%            | 95%            |
| Petroquímica               | 60%            | 70-80%         |
| Papel e Celulose           | 50-60%         | 80-85%         |
| Fertilizantes Hidrogenados | 60%            | 60-70%         |
| Fertilizantes Fosfatados   | 70%            | 70-90%         |
| Mineração                  | 50-60%         | 80-90%         |
| Material Ferroviário       | 60%            | 90-95%         |

Fonte: Embramec.

Todavia, os percentuais para 1979/80 referem-se à participação nacional potencial, isto é, aquela que, do ponto de vista técnico, é factível. Ora, é sabido que em virtude da ausência de recursos, a demanda por bens de capital por parte de empresas estatais subordina-se, amiúde, aos créditos de fornecedores, o que reduz bastante a efetiva participação nacional. O quadro abaixo parece ser bastante esclarecedor.

## QUADRO 30

## PARTICIPAÇÃO NACIONAL EM PROJETOS GOVERNAMENTAIS

| <u>Projetos</u> | <u>Participação Possível</u> | <u>Participação Efetiva</u> |
|-----------------|------------------------------|-----------------------------|
| U. S. Tubarão   | 85%                          | 50%                         |
| Açominas        | 85%                          | 60%                         |
| U. H. Tucuruí   | 85%                          | 60%                         |
| Ferrovia do Aço | 85%                          | 50%                         |
| Angra II e III  | 60%                          | 30%                         |

Fonte: Abdib.

Com base nessas constatações, pode-se lançar a hipótese de que, com exceção de setores específicos, já mesmo em 1974 seria possível uma participação significativa. O problema fundamental não seria, desta forma, o de aumentar a capacidade produtiva, simplesmente, mas sim o de criar uma política industrial adequada, vale dizer, uma política que, na medida do realisticamente plausível, pudesse controlar as importações vinculadas à concessão de empréstimos externos. O fato de que, muitas vezes, os investimentos do setor tenha redundado em aumento da capacidade ociosa não deixa de constituir um ponto em favor desse argumento.

Dentre os problemas agudizados no decorrer da década passada, talvez o mais destacado tenha sido o da dependência tecnológica. Não é, seguramente, um problema novo. Mas tem assumido ao longo desses últimos anos um contorno bastante especial. Quer pelo próprio papel da industrialização brasileira nessa nova fase da divisão internacional do trabalho, quer pela negligência da política oficial no apoio ao desenvolvimento tecnológico, é inegã-

vel que o impasse gerado pela dependência externa está longe de ser resolvido. Pelo contrário, a recente tendência à formação de consórcios ou mesmo empresas nacionais e estrangeiras não tem significado, ao que consta, maior possibilidade de absorção tecnológica. Mesmo porque, quando essa absorção se consuma e a empresa brasileira dispensa o contrato de licenciamento firmado com empresas multinacionais, quase invariavelmente as ex-licenciadoras instalam-se no Brasil, para disputar o mercado.

A grande instabilidade da demanda governamental, por outro lado, também contribuiu de forma decisiva para a excessiva diversificação da produção. No intento de minimizar as oscilações da demanda, tornou-se praxe entre os grandes fabricantes buscar a qualificação, junto a órgãos públicos, do maior leque possível de produtos. Assim, exagerando, todos fazem tudo. É óbvio que esse procedimento impede a especialização e desincentiva a geração de tecnologia própria. O resultado foi a pulverização do segmento produtor de bens sob encomenda, como ilustra o quadro abaixo.

QUADRO 31

## FABRICANTES DE EQUIPAMENTOS PESADOS SELECIONADOS

| Equipamentos<br>Países | Turbinas | Hidrogeradores | Laminadores | Altos Fornos | Sinterização | Lingotamento Contínuo | Aciaria | Prensas Mecânicas de Porte |
|------------------------|----------|----------------|-------------|--------------|--------------|-----------------------|---------|----------------------------|
| Brasil                 | 4        | 4              | 7           | 4            | 2            | 4                     | 4       | 5                          |
| Alemanha               | 2        | 2              | 3           | 3            | 3            | 2                     | 3       | 2                          |
| França                 | 1        | 2              | 1           | 1            | 1            | 2                     | 1       | n.d.                       |
| Itália                 | 1        | n.d.           | 1           | n.d.         | n.d.         | 1                     | n.d.    | 1                          |
| Japão                  | 3        | 4              | 3           | 4            | 2            | 4                     | 3       | n.d.                       |
| Inglaterra             | n.d.     | 1              | 1           | 1            | 1            | 2                     | 1       | n.d.                       |
| E.U.A.                 | 1        | 3              | 3           | 1            | 2            | 2                     | 3       | 2                          |

## CAPÍTULO — V

### A INDÚSTRIA DE BENS DE CAPITAL DIANTE DA CRISE

#### 1. A Política Econômica no Período Recente: O "Ajuste Recessivo" e a Indústria de Bens de Capital.

Não é demais lembrar que os textos que abrem cada uma das seções não têm como objetivo analisar de forma exaustiva os determinantes do comportamento da política econômica do período. Trata-se tão somente de caracterizar de maneira genérica a orientação que predomina a nível governamental, suas principais conseqüências e, em especial, seu impacto sobre o setor produtor de máquinas e equipamentos<sup>(91)</sup>.

A ninguém escapa a percepção de que o período compreendido entre 1981 e 1985 marca a maior e mais grave crise da economia brasileira que se tem registro. O Produto Interno Bruto (PIB) é o mais abrangente e talvez o mais importante indicador do nível de atividade econômica. Começemos por aqui. Por duas vezes nestes três anos o PIB brasileiro apresentou taxas de crescimento negativas, o que conduziu a uma queda acumulada superior a 6%. Isso significa que o índice relativo a 1983 foi inferior ao de 1980 e similar ao de 1979. Como a taxa de crescimento populacional permanece em torno de 2,5% a.a., o declínio da renda per capita foi ainda mais acentuado. Assim, renda média por habitante em 1985 recuou para o nível de 1976. Com otimismo pode-se afirmar que a renda per capita de 1980 voltará a ser atingida somente

em 1990. O dramático é lembrarmos que o nível de 1980 não era, obviamente, satisfatório.

A produção industrial foi especialmente afetada. Apenas durante o ano de 1983, verificou-se uma queda da ordem de 8%. Isso não significa, entretanto, que todos os setores foram atingidos de maneira equânime pela queda da atividade econômica. Como será visto, a indústria de bens de capital - foi a primeira e a mais duramente afetada pela recessão. Afinal, o fraco desempenho da economia forçou a contração de novos investimentos e mesmo de reposição do estoque de capital.

A contrapartida da diminuição generalizada da atividade industrial (cerca de 20% entre 1981 e 1983) foi, evidentemente, o aumento da capacidade ociosa. Em outubro de 1983, registrou-se capacidade ociosa superior a 25% em 16 dos 22 gêneros da indústria de transformação<sup>(92)</sup>.

A conjugação entre queda na produção e aumento na capacidade ociosa foi ainda referendada pelo vigoroso aumento do desemprego que assola - ainda hoje grande contingente da população. O índice de emprego industrial - em São Paulo, calculado pela Fiesp, evidencia uma queda de aproximadamente - trinta pontos percentuais ao longo do período analisado. Assim, o nível de emprego na indústria paulista em setembro de 1983 foi oito pontos percentuais inferior ao mesmo índice para dezembro de 1973! Some-se a isto a sucessão de políticas salariais de caráter progressivamente restritivo e podemos imaginar o forte impacto combinado sobre a massa de salários.

Em muitos setores, o recurso ao aumento das demissões e o declínio da taxa de salário não foram suficientes para fazer frente à elevação dos juros provocada pela política monetária fortemente contracionista (até - porque, para vários ramos ligados à produção de bens de consumo o impacto li

quido da queda da massa salarial foi negativo, isto é, os efeitos sobre a demanda e as vendas mais do que compensaram a redução na estrutura de custos). Diante deste quadro, caracterizado ainda por altíssimas taxas de inflação, não é difícil entender o forte aumento do número de concordatas a partir de janeiro de 1981. Com efeito, 456 concordatas foram requeridas na cidade de São Paulo em 1983, número coincidentemente igual ao total acumulado dos anos de 1981 (193) e 1982 (263).

Ao contrário do que apregoa o discurso oficial, as características marcadamente recessivas desse período não podem ser atribuídas exclusivamente às consequências da crise internacional que assolou grande parte dos países capitalistas. Aos embaraços de ordem externa foi sobreposta uma estratégia de política econômica que deliberadamente generalizou e aprofundou a recessão. Nunca se exacerbou tanto na utilização de uma política econômica ortodoxa, de inspiração monetarista.

O plano de fundo, como se sabe, é a atribuição de prioridade máxima ao equacionamento dos graves desequilíbrios no balanço de pagamentos. Mesmo antes do recurso ao Fundo Monetário Internacional, logo após as eleições de 1982, as autoridades econômicas já haviam optado pela estratégia de "ajuste recessivo". Em primeira instância, portanto, tratou-se de contornar os problemas derivados da alta dos preços do petróleo, da elevação dos juros internacionais e da queda das cotações das principais "commodities" brasileiras sem alterar, no entanto, os exíguos limites impostos pelas regras de funcionamento do sistema financeiro internacional. Evitar o "default", a qual quer custo, é a palavra de ordem. Mesmo que isto signifique queda da produção, da renda e do emprego e o aumento da inflação, da capacidade ociosa e da queima de capital.

Há vários alibis para essa opção estratégica, todos insustentáveis. O principal deles diz respeito à formação de excedentes exportáveis, com os quais se poderia promover o equilíbrio nas contas externas. A queda do nível de atividade interna provocaria a queda da demanda global, e, consequentemente, da demanda por produtos importados. Por outro lado, argumentam os defensores do "ajuste recessivo", a compressão do consumo interno liberaria capacidade produtiva ou mesmo excedentes de mercadorias que assim poderiam ser alocados para a exportação. Reduzindo as importações e aumentando as exportações, a estratégia recessiva favoreceria a formação de polpudos saldos comerciais.

Do lado das exportações é importante perceber, inicialmente, que um apropriado desempenho das vendas externas não depende apenas das quantidades vendidas, mas também do preço internacional das mercadorias a serem exportadas. Em outros termos, mesmo admitindo que a estratégia recessiva seja eficaz, a liberação de excedentes é incapaz de, isoladamente, garantir um desempenho apropriado das exportações. De qualquer forma, porém, o ponto crucial do comércio entre países neste período recente não diz respeito à capacidade de oferta dos produtos. Na verdade, a própria crise mundial ao afetar as economias avançadas fez com que estas reduzissem, "naturalmente" ou através de barreiras protecionistas, a demanda por importações, provocando a estagnação do comércio internacional e auxiliando a queda das cotações. Na tentativa de contornar os baixos preços internacionais, as autoridades econômicas brasileiras optaram por incrementar o ritmo e a intensidade das desvalorizações cambiais, com forte impacto inflacionário. Do ponto de vista da capacidade produtiva, a recessão que vigorou durante todo o período analisado muitas vezes penalizou os exportadores, uma vez que o consumo interno mais baixo

pressionou os custos para cima. Como será visto na próxima seção, a indústria de bens de capital é, a propósito, exemplo ilustrativo dos setores cujas exportações foram dificultadas pela política recessiva.

A tese de que uma política de diminuição da atividade econômica poderia ser justificada pela necessidade de reduzir as importações também não parece correta. Certamente, a relação entre crescimento econômico e nível das importações não é falsa. No entanto, é fácil perceber que não seria necessário comprimir toda a demanda global para que as importações se reduzissem. A própria experiência brasileira comprova que o controle direto das importações é operacionalmente factível, o que dispensaria o custoso recurso à contenção geral da demanda.

No que se refere à inflação, a defesa da estratégia recessiva pressupõe que a existência de excesso de demanda agregada (viabilizada pela expansão dos meios de pagamento), é uma das causas básicas do processo inflacionário brasileiro. A queda do nível de atividade econômica permitiria o exercício de uma política monetária fortemente contracionista, o que, segundo a concepção ortodoxa, é condição indispensável para o controle dos preços. Ora, basta atentar para os altos níveis de capacidade ociosa da indústria brasileira neste período — entre os quais o do setor de bens de capital — para se perceber que a inflação brasileira nada tem a ver com um suposto excesso de demanda. Pela ótica da liquidez do sistema, é fato que o crescimento dos meios de pagamento acompanha, tendencialmente, o crescimento dos preços. No limite, também é correta a afirmação de que sem liquidez suficiente o processo inflacionário pode arrefecer. Mas isto não significa — é preciso insistir — que a expansão dos meios de pagamento seja a causa do aumento dos preços. Ela apenas avaliza monetariamente as reais causas do processo infla

cionário brasileiro, entre as quais pode-se, de passagem, citar a problemática estrutura de distribuição dos produtos agrícolas; a ampla possibilidade de os grandes oligopólios imporem suas margens de lucro; as altas taxas de juros bem como a disseminação de práticas especulativas derivadas da incerteza que caracteriza os períodos recessivos.

Pelo visto, não há como concordar com o argumento de que a recessão — mesmo sendo indesejável — se justificaria pelos efeitos positivos sobre a inflação e a balança comercial. Pelo contrário, a falta de um conjunto de medidas compensatórias que minimizassem os efeitos depressivos da crise econômica internacional lançou a indústria brasileira em numerosas e profundas dificuldades.

Certamente, a característica da política recessiva que mais — constrangimentos impôs à indústria de bens de capital se relaciona com os vigorosos cortes imprimidos aos dispêndios governamentais, imprescindíveis — segundo a ortodoxia oficial — para que o processo inflacionário pudesse ser controlado.

O setor produtor de bens sob encomenda foi diretamente afetado pela sensível contração dos investimentos das empresas estatais. Segundo convenção largamente utilizada pela Abdib<sup>(93)</sup>, são oito os grupos de empresas do setor produtivo estatal cujas encomendas se vinculam fortemente à indústria de bens de capital sob encomenda: Petrobrás, Eletrobrás, Siderbrás, Companhia Vale do Rio Doce, Nuclebrás, Portobrás, Rede Ferroviária Federal e Itaipu. Como se percebe pelo Quadro 32 abaixo, os investimentos totais destes grupos, que abrangem oitenta e cinco empresas, decresceram 22% entre 1980 e 1983.

## QUADRO 32

## GRUPOS SELECIONADOS DO SETOR PRODUTIVO ESTATAL - INVESTIMENTOS REALIZADOS

(em Cr\$ bilhões de 1980\*)

| Grupos     | 1980   | 1981   | 1982   | 1983   | Variação<br>1980 - 1983 |
|------------|--------|--------|--------|--------|-------------------------|
| Petrobrás  | 123,10 | 149,17 | 181,69 | 140,97 | + 14,5                  |
| Eletrobrás | 105,20 | 100,04 | 94,79  | 71,56  | - 32,0                  |
| Siderbrás  | 113,20 | 93,12  | 68,12  | 39,43  | - 65,2                  |
| CVRD       | 25,50  | 44,46  | 53,95  | 33,01  | + 29,4                  |
| Nuclebrás  | 7,63   | 19,54  | 25,68  | 22,56  | + 295,7                 |
| Portobrás  | 11,70  | 7,16   | 10,48  | 6,99   | - 40,3                  |
| RFFSA      | 41,20  | 41,45  | 27,86  | 23,16  | - 43,8                  |
| Itaipu     | 48,77  | 53,98  | 48,01  | 33,67  | - 31,0                  |
| TOTAL      | 476,30 | 508,92 | 510,58 | 371,35 | - 22,0                  |

Fonte dos dados primários: Relatórios Sest, vários anos.

\* deflator utilizado: bens de produção (coluna 8).

Como se percebe facilmente, a queda dos investimentos estatais não se deu de forma linear. Os grupos Petrobrás, Nuclebrás e Vale do Rio Doce, por exemplo, diminuíram seus gastos em investimentos somente a partir de 1982. Por outro lado, a Siderbrás se destaca pela forte contração de investimentos já desde 1980, em decorrência, basicamente, da reduzida capacidade de autofinanciamento da empresa (determinada, por sua vez, pelo seu alto grau de endividamento e pela queda do preço do aço) bem como do sensível declínio da demanda por produtos siderúrgicos nos últimos anos.

O fato de que os setores estatais ligados à produção de energia ou à exportação tenham sido menos penalizados introduziu significativas alterações no perfil de distribuição dos investimentos. Ainda a título de exemplo, note-se que a Petrobrás, Nuclebrás e Vale do Rio Doce participavam em 1980 com 32,8% do total dos investimentos estatais arrolados, participação esta que se elevou para 52,9% em 1983. Esta concentração das encomendas estatais que acompanha o corte dos investimentos a nível global fez com que boa parte das empresas fabricantes de bens de capital sob encomenda diversificassem ainda mais suas linhas de produção, procurando atender, além de seus demandantes habituais, os setores cujos investimentos continuaram crescendo.

Além do impacto direto sobre as encomendas, o controle dos dispêndios governamentais também se refletiu no acúmulo de dívidas por parte das empresas estatais, com graves conseqüências para os fornecedores privados que premidos por exigências de caixa, foram muitas vezes obrigados a recorrer ao crédito bancário, o que onerou fortemente seus custos financeiros. Segundo estimativas da Abdib<sup>(94)</sup>, o total das dívidas vencidas das estatais elevou-se de um total de Cr\$ 10 bilhões em 30/11/1980 para cerca de Cr\$ 70 bilhões no final de 1982. Diante deste quadro, não é surpreendente que a revista Melhores e Maiores de 1982 tenha indicado o setor produtor de máquinas e equipamentos como o de maior grau de endividamento dentre os 31 setores analisados (cerca de 72% do ativo total).

A contração dos dispêndios governamentais ainda se refletiu na queda dos recursos alocados ao sistema BNDES e, particularmente, à Finame. Como indica o Quadro 53 abaixo, o total das aprovações do sistema no biênio 1982-1983 experimentou forte declínio. Em cruzeiros constantes, a queda foi da ordem de 35% entre 1981 e 1983.

## QUADRO 33

SISTEMA BNDES - 1980 / 1983

|      |   | <u>Total das Aprovações</u> |   | <u>Crescimento (%)</u> |
|------|---|-----------------------------|---|------------------------|
| 1980 | - | 305,90                      | - | -                      |
| 1981 | - | 341,78                      | - | 11,7                   |
| 1982 | - | 202,43                      | - | - 40,8                 |
| 1983 | - | 221,59                      | - | + 9,5                  |

Fonte: Relatório do Sistema BNDES - 1983.

O volume de aplicações da Finame, por sua vez, comprimiu-se de forma também acentuada, apresentando ao longo de todo o período analisado taxas de crescimento negativas. Entre 1982 e 1983, por exemplo, a queda real registrada foi da ordem de 28%.

Como se sabe, enquanto não se esgotaram a liquidez internacional e a disponibilidade dos banqueiros aceitarem riscos crescentes, as autoridades econômicas brasileiras tiveram êxito em incentivar o endividamento externo mediante a manutenção das taxas de juros internas em patamares elevados. Embora não seja o elemento determinante, é seguro que este procedimento ratificou a contração das inversões provocada pelo forte clima de incerteza e pelo alto nível de capacidade ociosa da indústria. Em março de 1983, é verdade, foram reduzidas as taxas de juros para os financiamentos do sistema BNDES, que passaram a oscilar entre o intervalo de 6 a 10% ao ano (ao invés dos 8-12% de antes). A mesma resolução ampliou a participação da Finame de 70 para 80% no caso de equipamentos industriais e de serviços básicos, chegando a 90% para equipamentos industriais instalados nas regiões Norte e Nordeste.

A oferta de linhas de financiamento a taxas mais baixas, no en

tanto, torna-se inócua na ausência de projetos de investimento. De nada adianta a disposição do BNDES se o investimento privado, mercê da própria recessão, está recuando. Como ilustra o Quadro 34, o valor dos projetos aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) declinou 65% entre 1981 e 1983.

#### QUADRO 34

##### CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

PROJETOS APROVADOS - INVESTIMENTOS FIXOS COM ESTÍMULOS FISCAIS E CREDITÍCIOS  
1980 - 1983

##### Total da Indústria

| Discriminação       | 1980   | 1981   | 1982   | 1983   |
|---------------------|--------|--------|--------|--------|
| Valor dos projetos* | 25.102 | 65.038 | 54.489 | 22.915 |
| Número de projetos  | 96     | 89     | 90     | 78     |

(\*) em Cr\$ milhões de 1980 (deflator: coluna 8, bens de produção).

Fonte: Relatório do Banco Central, vários anos.

Especificamente no que se refere aos projetos da própria indústria de bens de capital, a situação é simplesmente desoladora. Apenas dois projetos foram aprovados em 1983, envolvendo um montante que representava apenas 2,5% do valor aprovado em 1981.

## QUADRO 35

## CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

PROJETOS APROVADOS -- INVESTIMENTOS FIXOS COM ESTÍMULOS FISCAIS E CREDITÍCIOS  
1980 - 1983

Indústria de Bens de Capital

| Discriminação       | 1980  | 1981    | 1982  | 1983 |
|---------------------|-------|---------|-------|------|
| Valor dos Projetos* | 1.899 | 2.899,5 | 398,2 | 71,6 |
| Número de projetos  | 24    | 6       | 4     | 2    |

(\*) Em Cr\$ milhões de 1980 (deflator: coluna 8, bens de produção)

Fonte: Relatório do Banco Central, vários anos.

No que tange às contas externas, por fim, deve-se perceber que o ímpeto das autoridades econômicas em captar recursos necessários a contornar de forma contingencial os problemas associados ao balanço de pagamentos - conduziu à intensificação das operações de "supplier's credits", acentuando - ainda mais a compressão da demanda interna e forçando novas elevações nos níveis de capacidade ociosa.

É evidente que as dificuldades listadas se entrelaçam e geram efeitos combinados. Tanto a elevação da capacidade ociosa como as altas taxas de juros contribuíram para a alta do preço final dos produtos. Desta forma, contornar a queda da demanda interna através do aumento das exportações - passou a ser tarefa virtualmente impossível. Afinal, a conjugação de preços elevados à existência de fortes barreiras protecionistas leva, inexoravelmente, à deterioração da competitividade externa. Paradoxalmente, a ausência de

um forte incremento nas exportações acirrou a dependência do sub-setor produtor de bens sob encomenda em relação aos investimentos estatais.

O círculo se fecha quando lembramos que o próprio acúmulo de dívidas por parte das estatais ajuda a explicar, pelo menos em parte, os obstáculos que se impõem às exportações (uma vez que, como vimos, pressionam in diretamente os custos financeiros).

Em suma, não resta a menor dúvida de que o estilo de política econômica implementada neste período recente foi profundamente lesiva aos interesses da indústria de bens de capital. O "ajuste recessivo" não só impediu a consolidação deste importante ramo da estrutura industrial, como anulou parte significativa dos efeitos dos privilégios concedidos ao longo da década dos 70.

## 2. O Desempenho do Setor de Bens de Capital no Período Recente: 1980-1983

A estratégia recessiva que orientou a política econômica nos últimos anos tem cobrado um alto preço da indústria de bens de capital. A retração do investimento governamental e a queda acentuada das inversões privadas resultaram em violento impacto sobre o desempenho do setor no período recente. A tal ponto que se coloca em risco a própria capacidade produtiva da indústria, seriamente ameaçada pelo sucateamento tecnológico, senão físico. Com efeito, os indicadores disponíveis — ainda que não definitivos — dão conta de que o setor foi presa fácil da política recessiva.

Para esse período recente muitas das fontes de dados utilizados nas fases anteriores não são ainda disponíveis. No intuito de se contornar -

essa dificuldade, foram adotadas outras indicações que não aquelas que ilustraram o desempenho do setor ao longo da década de 70. Evidentemente, esse procedimento impõe cuidados adicionais na análise comparativa do comportamento dessa indústria, inviabilizando muitas vezes uma confrontação em termos absolutos. De qualquer forma, mesmo que as fontes sejam distintas, os indicadores para esses últimos três anos oferecem uma clara ilustração da grave crise por que passa o setor.

O simples cálculo do valor da produção industrial já exige estimativas e adaptações. Na ausência da publicação da Pesquisa Industrial por parte da Fipe, optou-se por aplicar sobre o valor da produção estimado para 1980 os índices de quantum divulgados por esta Fundação combinados aos índices de preços do setor calculados pela FGV (coluna 15 da Conjuntura Econômica). O Quadro 36 a seguir ilustra o comportamento desses dois indicadores. A evolução das quantidades produzidas pode também ser visualizada através do Gráfico 1.

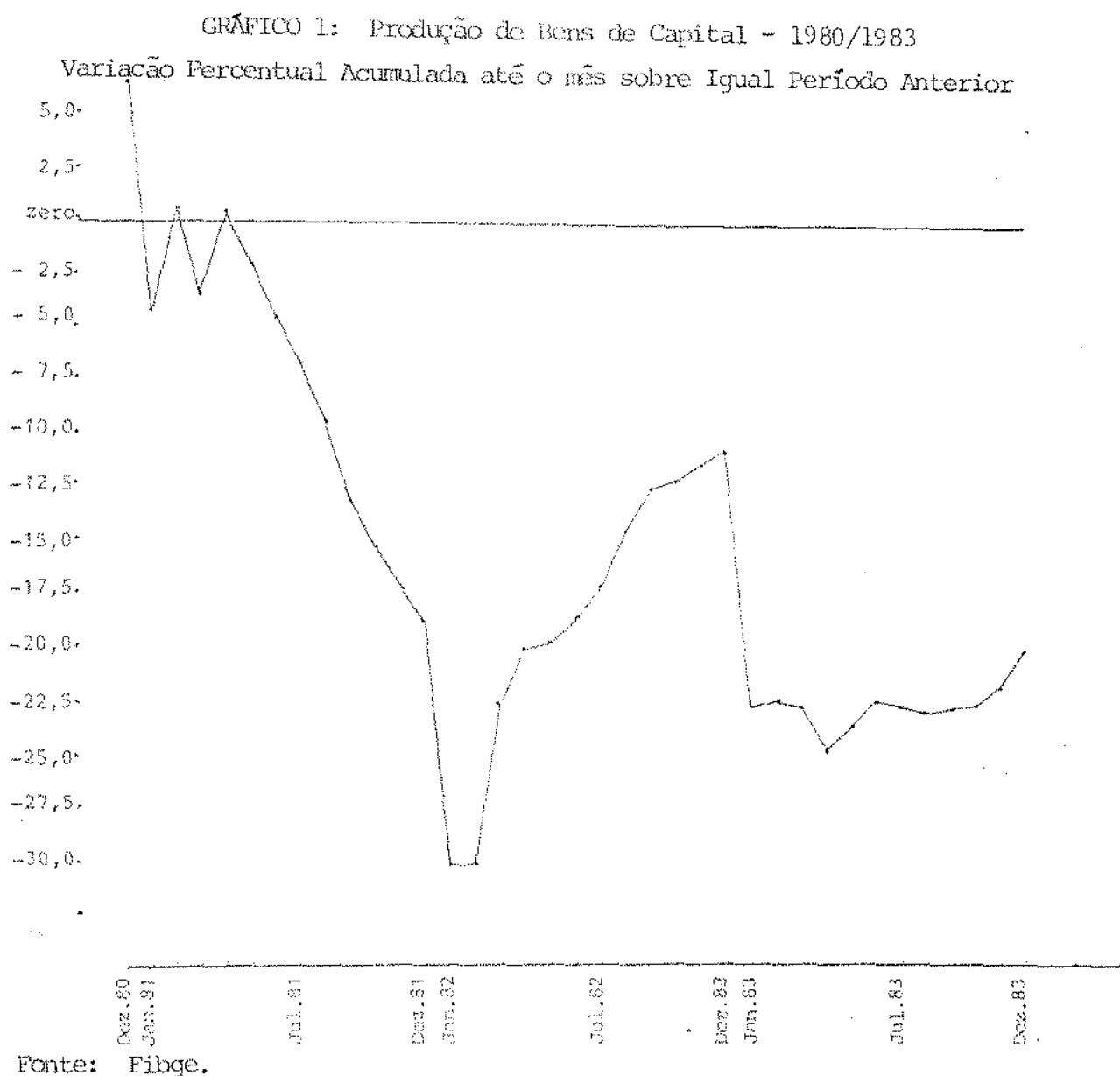
#### QUADRO 36

##### INDÚSTRIA DE BENS DE CAPITAL: 1980 - 1983

##### ÍNDICES DE QUANTUM E DE PREÇOS

|           | <u>Taxa de Crescimento das<br/>quantidades produzidas</u> | <u>Taxa de Crescimento<br/>dos preços</u> |
|-----------|-----------------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| 1981      | - 18,7 %                                                  | 141,97 %                                  |
| 1982      | - 10,8 %                                                  | 108,98 %                                  |
| 1983      | - 20,2 %                                                  | 125,46 %                                  |
| 1981-1983 | - 47,13%                                                  | 1.140,08 %                                |

Fontes: IBGE e Conjuntura Econômica.



É de se ressaltar que tanto o índice de preços quanto o índice de quantum — cuja metodologia, a propósito foi alterada recentemente — são calculados de acordo com a fórmula de laspeyres. Ora, como é sabido, esse índice não atende ao princípio da decomposição das causas (isto é,  $P_{0t} \times Q_{0t} \neq V_{0t}$ ), o que seguramente colabora para introduzir um pequeno viés em nossas estimativas. De qualquer forma, a evolução combinada desses dois índices está a mostrar que o valor da produção de 1983 foi cerca de 6,59 vezes superior ao

valor de 1980, atingindo a cifra de Cr\$ 7.130.858 mil, em valores correntes.

Setorialmente, estimativas da Abdib dão conta que o sub-setor de bens sob encomenda teria alcançado em 1983 a produção de Cr\$ 1.249.600 mil. Residualmente, como usual, pode-se inferir que o sub-setor de bens seriados teria gerado uma produção da ordem de Cr\$ 5.881.258 mil. Quando comparados aos valores auferidos para 1980, esses números dão feição mais nítida ao impacto da política recessiva sobre o setor. É o que ilustra o Quadro 37.

#### QUADRO 37

##### VALOR DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA DE BENS DE CAPITAL — 1980-1983

(em mil Cr\$ de 1983)

|               | <u>1980</u> | <u>1983</u> | Taxa de Crescimento<br><u>Médio Anual</u> | Var. Percentual<br><u>Acumulada</u> |
|---------------|-------------|-------------|-------------------------------------------|-------------------------------------|
| Bens de       |             |             |                                           |                                     |
| Capital Total | 12.322.316  | 7.130.858   | - 16,67                                   | - 42,13                             |
| Bens de       |             |             |                                           |                                     |
| Encomenda     | 1.950.662   | 1.249.600   | - 13,80                                   | - 35,94                             |
| Bens          |             |             |                                           |                                     |
| Seriados      | 10.371.654  | 5.881.258   | - 17,23                                   | - 43,29                             |

Fonte: vide texto.

Mesmo considerando que as limitações de ordem estatística impedem a inferência de conclusões definitivas, esses resultados são bastante expressivos. Apenas a título de comparação, é interessante notar que o valor da produção de 1983 foi, segundo a estimativa acima desdobrada, similar àquele estimado para 1974, isto é, anterior ao II PND!

QUADRO 38

## VALOR DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA DE BENS DE CAPITAL — 1983/1974

|                       |             |             | (em mil Cr\$ de 1983)                          |
|-----------------------|-------------|-------------|------------------------------------------------|
|                       | <u>1974</u> | <u>1983</u> | <u>Variação acumulada</u><br><u>no período</u> |
| Bens de Capital Total | 7.624.383   | 7.130.858   | - 6,47%                                        |
| Bens sob Encomenda    | 1.146.344   | 1.249.600   | 9,70%                                          |
| Bens Seriados         | 6.478.039   | 5.881.258   | - 9,21%                                        |

Fonte: vide texto.

Vários outros indicadores podem também ilustrar, subsidiariamente, o forte impacto provocado pela estratégia de ajuste recessivo sobre a indústria de bens de capital. Como vimos, a redução do nível de atividade sucedeu um período em que se promoveu a expansão e diversificação desta indústria. A contrapartida desta situação não poderia deixar de ser a ocorrência de elevadas taxas de capacidade ociosa. De fato, como ilustra o Quadro 39, a utilização da capacidade produzida instalada chegou a atingir 50% no início de 1983, vários pontos percentuais abaixo do índice calculado para a indústria em geral.

QUADRO 39

## INDÚSTRIA DE BENS DE CAPITAL: 1980-1983

## UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA

|         | <u>Bens de Capital</u> | <u>Geral</u> |
|---------|------------------------|--------------|
| Jan. 80 | 78                     | 84           |
| Abr. 80 | 82                     | 83           |
| Jul. 80 | 83                     | 85           |
| Out. 80 | 84                     | 84           |
| Jan. 81 | 81                     | 82           |
| Abr. 81 | 75                     | 78           |
| Jul. 81 | 75                     | 76           |
| Out. 81 | 64                     | 74           |
| Jan. 82 | 63                     | 74           |
| Abr. 82 | 65                     | 76           |
| Jul. 82 | 66                     | 77           |
| Out. 82 | 64                     | 76           |
| Jan. 83 | 50                     | 73           |
| Abr. 83 | 60                     | 74           |
| Jul. 83 | 58                     | 72           |
| Out. 83 | 57                     | 73           |

Fonte: Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação - IBRE-FGV.

Certamente, e como já apontado, o fraco desempenho do setor ao longo do período tem origem na insuficiência de demanda provocada, vale insistir, pelo natural refluxo do investimento privado e pelo corte nos investimentos estatais. O Quadro 40 a seguir ilustra de maneira mais precisa este conhecido argumento.

Quadro 40

Indústria de Bens de Capital-1980-1983  
Limitações à Expansão da Produção

| Discriminação | EXPANSÃO LIMITADA POR:   |                             |                         |                             |                        |                | Produção em Expansão |
|---------------|--------------------------|-----------------------------|-------------------------|-----------------------------|------------------------|----------------|----------------------|
|               | Insuficiência de Procura | Escassez de Matérias-Primas | Escassez de Mão-de-Obra | Escassez de Capital de Giro | Escassez de Embalagens | Outros Fatores |                      |
| Janeiro-80    | 52                       | 8                           | 1                       | 13                          | 0                      | 8              | 18                   |
| Abril - 80    | 50                       | 10                          | 1                       | 6                           | 0                      | 7              | 26                   |
| Julho - 80    | 47                       | 17                          | 0                       | 6                           | 0                      | 10             | 20                   |
| Outubro-80    | 42                       | 21                          | 1                       | 13                          | 0                      | 5              | 18                   |
| Janeiro-81    | 47                       | 21                          | 1                       | 12                          | 0                      | 9              | 10                   |
| Abril - 81    | 66                       | 2                           | 1                       | 17                          | 0                      | 5              | 9                    |
| Julho - 81    | 76                       | 1                           | 0                       | 12                          | 0                      | 7              | 4                    |
| Outubro-81    | nd                       | nd                          | nd                      | nd                          | nd                     | nd             | nd                   |
| Janeiro-82    | 83                       | 1                           | 0                       | 9                           | 0                      | 4              | 3                    |
| Abril - 82    | 74                       | 2                           | 0                       | 7                           | 0                      | 13             | 4                    |
| Julho - 82    | 75                       | 1                           | 0                       | 6                           | 0                      | 12             | 6                    |
| Outubro-82    | 78                       | 2                           | 0                       | 7                           | 0                      | 11             | 2                    |
| Janeiro-83    | 75                       | 1                           | 0                       | 6                           | 0                      | 15             | 3                    |
| Abril - 83    | 80                       | 3                           | 0                       | 6                           | 0                      | 9              | 2                    |
| Julho - 83    | 83                       | 2                           | 0                       | 7                           | 0                      | 7              | 1                    |
| Outubro-83    | 67                       | 3                           | 0                       | 7                           | 0                      | 10             | 13                   |

Fonte: Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação - IBRE-FGV

Ainda que tenha sua abrangência limitada à indústria mecânica do Estado de São Paulo, também os indicadores de pessoal ocupado levantados pela Fiesp ajudam a caracterizar as grandes dificuldades com que tem-se de frontado o setor de bens de capital. A queda ao nível de emprego desta indústria, indicada no Quadro 41, ganha especial relevo e significado quando se recorda que — ao contrário do que ocorre para a maioria dos setores produtores de bens de consumo não duráveis — a elasticidade para baixo entre produção e emprego tende aqui a ser alta, dado o maior custo de formação e treinamento da mão-de-obra, principalmente no sub-setor fabricante de bens sob encomenda.

#### QUADRO 41

##### INDÚSTRIA MECÂNICA — ESTADO DE SÃO PAULO

NÍVEL MÉDIO DO PESSOAL OCUPADO (Média Mensal de 1980 = 100)

|      |      |
|------|------|
| 1975 | 89,2 |
| 1976 | 95,2 |
| 1977 | 94,4 |
| 1978 | 93,9 |
| 1979 | 94,7 |
| 1980 | 100  |
| 1981 | 95,9 |
| 1982 | 85,5 |
| 1983 | 73,1 |

Fonte dos dados brutos: Fiesp.

Como se percebe, mais de um quarto dos trabalhadores da indústria mecânica paulista foram demitidos ao longo do período 1980-1983. A diminuição do pessoal ocupado ganha importância ainda maior quando se recorda que

é corrente entre os empresários do setor a idéia de que a mão-de-obra representa o "acervo tecnológico" da produção de máquinas e equipamentos.

Mesmo tendo presente que, considerados isoladamente, cada um dos indicadores arrolados acima comporte limitações, é inequívoco que a sua convergência caracteriza e qualifica a assertiva de que a política recessiva implantada durante este período recente não só comprime a produção mas coloca em risco a capacidade produtiva ampliada em períodos anteriores.

Não são menores as dificuldades que se apresentam no tocante à disponibilidade de dados relativos ao comércio exterior. Para as importações, como sempre, foram considerados os totais dos capítulos 84 a 89 segundo a classificação NBM. Os resultados são apresentados no Quadro 42 abaixo.

#### QUADRO 42

IMPORTAÇÃO DE BENS DE CAPITAL\* -- 1980/1983 (em US\$ mil FOB)

|                                             | 1980      | 1981      | 1982      | 1983      | Variação<br>80/83 (%) |
|---------------------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------------------|
| Caldeiras, maqs., ap.<br>e instr. mecânicos | 2.375.004 | 2.303.663 | 1.666.622 | 1.156.767 | - 51,3                |
| Máquinas, ap. elétri-<br>cos etc.           | 1.163.417 | 1.138.559 | 1.159.590 | 694.685   | - 40,3                |
| Veíc. e mat. p/vias<br>fêrreas              | 142.614   | 52.927    | 18.797    | 108.071   | - 24,2                |
| Veíc., tratores, mo-<br>tocielos etc.       | 240.265   | 221.230   | 178.910   | 193.812   | - 19,3                |
| Navegação Aérea                             | 422.713   | 221.228   | 228.586   | 292.756   | - 30,7                |
| Nav.Marít.e Fluvial                         | 37.011    | 85.289    | 19.329    | 107.866   | 191,4                 |
| T o t a l                                   | 4.381.024 | 3.801.668 | 3.271.834 | 2.553.957 | - 41,7                |

\* Capítulos 84 a 89 da classificação NBM.

Fonte: Cacex.

Como se percebe facilmente, a contração dos investimentos de terminados pela política recessiva implicou, a par de uma queda sem precedentes na produção, uma forte redução no valor das importações de bens de capital. A queda global só não foi maior que os 41,7% registrados devido ao aumento das importações de equipamentos e instrumentos para navegação marítima e fluvial.

De acordo com estimativas fornecidas pela Abdib, as importações de bens de capital sob encomenda (cuja demanda, como se recorda, depende preponderantemente dos investimentos governamentais) teriam sofrido ao longo do período analisado um declínio ainda mais acentuado, em que pese o aumento dos créditos de fornecedores.

QUADRO 43

IMPORTAÇÕES DE BENS DE CAPITAL -- 1980/1983 (em US\$ milhões correntes)

| Discriminação                 | 1980      |       | 1983      |       |
|-------------------------------|-----------|-------|-----------|-------|
|                               |           |       |           |       |
| Bens de Capital (total)       | 4.381,024 | 100,0 | 2.553,957 | 100,0 |
| Bens de Capital sob encomenda | 1.624     | 37,1  | 680       | 26,6  |
| Bens de Capital seriados      | 2.757,024 | 62,9  | 1.873,957 | 73,4  |

Fonte: Abdib e Cacex.

As maiores dificuldades, no entanto, se referem às estimativas do comportamento das exportações nesta fase recente. Na ausência de compilação e registro que indiquem diretamente o valor global das exportações de bens

de capital optou-se pela utilização de uma amostra composta por aqueles produtos cujas vendas externas, em 1980, eram iguais ou superiores a US\$ 1 milhão, o que totaliza 185 itens diversos. Para efeito de comparação, foram computados para 1985 os valores das exportações relativos a estes mesmos itens (a relação completa dos produtos bem como as exportações discriminadas para 1980 e 1983 podem ser encontradas no Anexo 2).

É necessário adiantar que os resultados obtidos através deste procedimento serão tanto mais viesados quanto maior for o número e a magnitude de novos produtos que constam efetivamente da pauta de 1985, mas que não eram exportados em 1980. Várias razões, porém, levam à conclusão de que este viés, apesar de inerente, pode ser aceito e incorporado na análise sem que isto provoque distorções fundamentais. É de esperar que poucos produtos novos tenham sido incorporados à pauta de bens de capital exportados em 1983 devido:

- . à grande tradição que se exige dos fornecedores internacionais de máquinas e equipamentos, o que garante, a curto prazo, forte estabilidade dos parceiros neste tipo de comércio
- . ao recrudescimento de medidas protecionistas impostas por vários países, o que impediu a abertura de novos mercados
- . à queda "natural" da demanda externa por estes bens, uma vez que - muitos países do Terceiro Mundo - usuais compradores de máquinas e equipamentos brasileiros - adotaram programas de ajuste recessivo, o que implica adiar ou cancelar os planos de investimento e modernização dos seus parques industriais

à própria política recessiva brasileira que, ao comprimir a demanda interna, provocou o aumento dos custos fixos unitários, comprometendo a competitividade dos produtos brasileiros

Feitas as ressalvas, é interessante notar que dos 185 itens arrolados em 1980, observou-se em 1983 um aumento nas exportações de apenas 28 deles! Mais: entre os 157 produtos cujas exportações declinaram incluem-se 18 para os quais simplesmente não há registro de vendas externas em 1983. O valor global das exportações da amostra ao longo destes três anos declinou de US\$ 1.884,3 mil para US\$ 1.097,9 mil, cerca de 42%. Isto nos fornece fortes indicações de que, para a grande maioria dos sub-setores, o apelo às vendas externas não se constituiu fator que pudesse compensar, ainda que parcialmente, o declínio das vendas no mercado interno. Os resultados da evolução das exportações a nível de capítulos da classificação NBM são apresentados no Quadro 44.

#### QUADRO 44

EXPORTAÇÕES DE BENS DE CAPITAL — 1980/1983 (em US\$ mil correntes)

| Capítulos da NBM | 1980        | 1983        | Variação Acumulada<br>(em %) |
|------------------|-------------|-------------|------------------------------|
| 84               | 813.582,2   | 603.392,7   | - 25,8                       |
| 85               | 211.185,4   | 95.340,2    | - 54,8                       |
| 86               | 71.715,7    | 27.164,9    | - 62,1                       |
| 87               | 603.443,5   | 154.128,8   | - 74,5                       |
| 88               | 83.667,0    | 89.051,9    | 6,4                          |
| 89               | 100.698,4   | 128.834,8   | 27,9                         |
| Total            | 1.884.292,2 | 1.097.913,2 | - 41,9                       |

Fonte: Anexo 2.

O caráter amostral destes resultados impede que o valor estimado seja comparado com o total das exportações de bens de capital sob encomenda calculado pela Abdib. É de se registrar, no entanto, que segundo esta Associação as vendas externas deste sub-setor teriam evoluído de US\$ 529 milhões em 1980 para US\$ 700 milhões em 1985, resultado nitidamente contrastante com o observado anteriormente.

A confrontação dos dados relativos à produção, importação e exportação permitem o cálculo de estimativas dos coeficientes de importação para este período recente. Evidentemente, esta inferência deve ser relativizada à luz das numerosas ressalvas já apontadas.

#### QUADRO 45

COEFICIENTES DE IMPORTAÇÃO E OFERTA GLOBAL — 1980 / 1983

(em Cr\$ milhões correntes)

|                     | <u>1980</u> | <u>1983</u> |
|---------------------|-------------|-------------|
| Produção (1)        | 1.080.806   | 7.130.858   |
| Importação (2)      | 230.876     | 1.559.300   |
| Exportação (3)      | 99.300      | 670.340     |
| Oferta Global (4) * | 1.212.382   | 8.019.818   |
| (2) / (4)           | 19,04%      | 19,44%      |
| (2) / (1) + (2)     | 17,60%      | 17,94%      |

\* (4) = (1) + (2) - (3)

Fonte dos dados brutos: Cacex e Fibge.

Como indica o Quadro 45, a evolução dos coeficientes de importação — qualquer que seja o conceito adotado — não apresenta mudanças significativas entre 1980 e 1985. Este resultado, na verdade, não é surpreenden

te. A forte queda no valor da produção, da ordem de 42%, foi simultânea com um declínio igualmente forte das importações e exportações (cerca de 41-42%).

Simultaneidade, é claro, não significa coincidência fortuita. A estratégia recessiva imposta pela política governamental implicou a contração de importações e interna, diminuiu a necessidade de importações e reverteu o avanço das exportações.

O recuo das importações não pode assim ser confundido com nada que se assemelhe ao processo de substituição de importações, tal qual conhecido na literatura (e mesmo considerando que, quando calculadas a dólares constantes de 1983, as importações declinam mais que a produção). Afinal, não bastasse a capacidade ociosa generalizada, o Quadro 40, como vimos, deixa claro que a insuficiência de demanda é a principal determinante do declínio da produção de bens de capital ao longo de todo o período.

### 3. O Empresariado do Setor de Bens de Capital Ante a Política Recessiva

Não se pode dizer que a adoção da estratégia recessiva tenha colhido de surpresa o empresariado ligado à indústria de bens de capital. Na verdade, já desde o abandono das metas estipuladas no II PND muitos dos projetos governamentais tiveram seus cronogramas diluídos no tempo, o que fez com que o corte das encomendas não recaísse de um só golpe sobre o setor privado. Mais que isso, por outro lado, a pequena transparência das intenções governamentais impediu, de início, a clara percepção dos completos desdobramentos da política de "ajuste recessivo". Não parecia verossímil ao empresariado que o setor de bens de capital, recém expandido com patrocínio do próprio governo, pudesse ficar à margem de medidas especiais que o resguardassem das agruras da recessão (mais uma vez, como logo ficou claro, perdeu quem apostou na racionalidade da política econômica brasileira). Bastante ilustrativo a esse respeito é o fato de que a Abdib tenha saudado, em julho de 1980, os primeiros cortes nos investimentos como "importantes medidas" para o saneamento da economia<sup>(95)</sup>.

Ao menos no princípio, o empresariado ligado ao setor parecia ter claro o modo pelo qual poderia ser viabilizado o tratamento preferencial que diluiria as consequências do período recessivo: o estímulo às exportações. Em agosto de 1980, a Abdib enviou ao Ministro Delfim Netto documento intitulado "A Necessidade de Exportar 1 bilhão de Dólares de Bens de Capital sob Encomenda" em que se reivindicava um conjunto de medidas que aumentariam a competitividade externa dos produtos brasileiros (nomeadamente, incluíam-se os estímulos fiscais, o seguro cambial e o rebaixamento dos preços dos fretes internacionais)<sup>(96)</sup>. Aparentemente, o que se imaginava era que o governo não

pouparia esforços para que o setor pudesse, mediante incremento das exportações, contornar sem maiores traumas a fase recessiva que já se insinuava. Cabe notar, por outro lado, que fazia parte da percepção do empresariado a idéia de que não se poderia esperar que o setor continuasse apresentando altas taxas de crescimento. Àquela altura, a expectativa favorável era de que os primeiros anos da década dos 80 pudessem caracterizar um período de consolidação e amadurecimento da indústria de bens de capital. Ou, nas palavras de Luiz Biagi, vice-presidente da Zanini S.A. Equipamentos Pesados, em setembro de 1980: "Nosso objetivo imediato é apenas sobreviver. Se trabalharmos sem ganhar nada, mas também sem ter prejuízo, já estaremos satisfeitos"<sup>(97)</sup>.

Mesmo no sentido condescendente que o empresário deu ao termo, o ano de 1981 não foi "satisfatório" para a indústria de bens de capital. O Produto Interno Bruto recuou mais de três pontos percentuais e, como visto, o setor em análise foi especialmente afetado. Adicionalmente, o não atendimento das reivindicações relativas às exportações deixava claro que não fazia parte das intenções governamentais a deflagração de um programa de medidas compensatórias específicas ao setor de bens de capital. O estoicismo voluntarioso passava a dar lugar à progressiva conscientização de que a indústria estava entregue à sua própria sorte. É o que se depreende do editorial do Relatório Abdib 1981: "Estávamos preparados (...) para as necessidades de nos submetemos a uma dose de sacrifícios, na crença otimista de que seriam seguidos de uma recuperação (...) das atividades econômicas (...). (Mas) daqui para frente as perspectivas são sombrias ante a indefinição dos programas e dos recursos disponíveis internamente para a continuidade do desenvolvimento brasileiro"<sup>(98)</sup>.

No início de 1982, finalmente, o governo acenou com a possibi-

lidade de formular uma política de exportações específica para o setor de bens de capital, com o que se esperava preencher parte da capacidade produtiva, ociosa em função da maturação ou dos cortes nos investimentos estatais. Em entrevista à imprensa<sup>(99)</sup>, o Ministro Delfim Netto vislumbrava a possibilidade de canalizar "dois ou três bilhões de dólares", por ano, para subsidiar - créditos para exportação de equipamentos. Na mesma oportunidade, o Ministro manifestava grande otimismo em relação ao desempenho das exportações desse setor que, segundo ele, atingiria US\$ 15 bilhões em 1990.

Pouco depois, em março de 1982, a divulgação da Consolidação - Plurianual dos Programas de Governo (CPPG) tentou atender a uma antiga aspiração do empresariado: o estabelecimento de uma política de investimento das estatais que não se restringisse ao curto prazo. Elaborado por determinação da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o CPPG apresentava a nível setorial, regional e global as necessidades de recursos e as fontes de financiamentos possíveis para os principais investimentos do governo para o período de 1982/1985. Ainda que se baseasse em hipóteses bastante otimistas' (entre as quais a de que o crescimento acumulado do PIB atingiria 19,8% no - quadriênio), o documento cristalizava a postura governamental de submeter a programação financeira dos investimentos estatais aos ditames da austeridade' recessiva, sem medidas compensatórias que pudessem preservar intacta a capacidade produtiva da indústria de bens de capital. Ademais, o CPPG sofreria, apenas sete meses após sua divulgação, profundas modificações que introduziram - cortes suplementares nos investimentos governamentais<sup>(100)</sup>.

Na virada do primeiro semestre, ainda em 1982, em encontro com empresários do setor de bens de capital sob encomenda, o Ministro Delfim Netto ratificava o descompromisso do governo em relação ao setor. Segundo o Mi

nistro, as estatais fariam encomendas de aproximadamente US\$ 5 bilhões até 1985 — uma clara referência ao CPPG, em sua primeira versão — que, somadas às exportações de US\$ 2,5 bilhões comporiam a demanda suficiente para que se evitasse o sucateamento da indústria<sup>(101)</sup>. Estas colocações apenas acentuaram o ceticismo entre o empresariado. Como afirmaria Waldyr Gianetti, então presidente da Abdib, "quando o governo anuncia que vai fazer encomendas de US\$ 5 bilhões em três anos, isso não quer dizer muito, porque não cobre mais do que seis meses de produção"<sup>(102)</sup>. Mais que isso, chamava a atenção o fato de que o Ministro, em suas colocações, não deixou claro de forma alguma como seria viabilizado o incremento das exportações.

É importante notar que o ceticismo do empresariado não se traduziu na insatisfação e, muito menos, em ruptura com a orientação oficial. Este estoicismo pretensamente heróico, característica predominante da postura dos empresários nesta fase recente, abafou o surgimento de propostas de reorientação da política econômica que tivessem como suporte o redimensionamento da vida política do país. Pelo contrário, a imposição do "ajuste recessivo" e a ausência de uma política compensatória que minimizasse o impacto sobre a indústria de bens de capital foram aceitas, por vezes, com inusitada passividade. No final de 1982, em plena recessão, o conformismo que marcou a reação de grande parte do empresariado pode bem ser avaliado pelo editorial da publicação "Abdib Informa"<sup>(103)</sup>: "Bem ou mal, o País será obrigado a ingressar num período de severa austeridade, principalmente quanto aos gastos do setor público e das empresas estatais. Em lugar das lamentações que invariavelmente ocorrem nestas circunstâncias, devemos engolir em seco e arregacar as mangas, porque será somente através do trabalho que conseguiremos os recursos necessários (...) para atender as necessidades de nosso desenvolvi-

mento" (grifo nosso).

Apenas dois dias depois, a complacência empresarial seria confrontada flagrantemente pelo Ministro Delfim Netto que, em entrevista radiofônica reproduzida em jornais, faria a mais áspera, contundente e incisiva intervenção a respeito do grau de comprometimento do atual governo face ao destino da indústria de bens de capital. Fazendo poucas concessões à gentileza, o ministro tratou nesta ocasião de repelir qualquer eventual pressão do empresariado no sentido de responsabilizar o governo pelas dificuldades que atingiam esta indústria. Sinteticamente, são os seguintes os argumentos que compõem a avaliação do ministro a respeito do setor<sup>(104)</sup>:

- i) os problemas enfrentados pela indústria de bens de capital decorreriam de três ordens de fatores: a falta de competência para competir nos mercados internacionais, a recessão internacional que comprime as importações do resto do mundo e, finalmente, o "superdimensionamento gigantesco".
- ii) a respeito deste último ponto, sempre segundo Delfim Netto, haveria "pelo menos o dobro da capacidade instalada de bens de capital ao que deveríamos ter". "Como isso foi possível?" Pergunta o Ministro. A resposta, com o claro intuito de lembrar a dívida de gratidão dos empresários, ele mesmo apresenta: "Foi possível na base do entusiasmo geral em que todos nós, o Brasil, eles (os empresários), os bancos, todo mundo se entusiasmou e se propôs a um programa de substituição de importações extremamente ambicioso na base da expansão da indústria de máquinas, de bens de capital. (...) essa expansão foi feita e só pôde ser feita graças aos subsídios gigantescos que desviou. Para se ter uma idéia, uma única indús-

tria recebeu 2,8 bilhões de cruzeiros a dez anos de prazo, ou oito anos, com correção monetária a 20%. Ora, isso indica que praticamente ela ganhou de presente a indústria e que se esperava que - quando entrasse em operação, em 83 ou 84, o mercado fosse outro".

iii) a indústria de bens de capital não teria condições de exigir do governo a definição de um plano de investimentos, uma vez que os próprios empresários foram "capturados na armadilha do plano; eles é que produziram isto que está aí, através de um descabelado programa de investimentos". O curioso, segundo o ministro, é que "essas mesmas pessoas que produziram essa barbaridade em matéria de crescimento da indústria de bens de capital (...) vêm dizer que o governo não tem capacidade de previsão".

iv) a capacidade ociosa desta indústria somente poderia ser preenchida, segundo o ministro, mediante o aumento do déficit do setor público ou das emissões. Como isto significaria penalizar o conjunto da população, é preferível que esta capacidade "dispensável" seja eliminada, adequando-se à capacidade de consumo do país e ao comportamento das exportações. Nesta passagem, o ministro mostra de forma agressiva porque seriam incompatíveis as aspirações do empresariado do setor de bens de capital vis-a-vis às do restante da sociedade. Dirigindo-se ao ouvinte, o ministro tentou, nas suas palavras, "por os pontos nos iis", sem sutilezas: "(...) quando o sujeito (referindo-se ao empresariado) vem dizendo que o nível de emprego vai cair porque a indústria de bens de capital vai continuar com uma capacidade ociosa de 40%, ele está tentando te pregar uma grande

peça. Ele está te dizendo o seguinte: Me arranja recurso (...), aí eu aumento 20, 25, 50 mil empregos — em compensação, você não vai consumir, porque o dinheiro para por na carga é seu (?), e o governo vai cobrar de você, ou, então, ele está dizendo: você vai pagar um pouco mais de taxa de juro, vai ter uma capacidade para produzir o duplo do necessário" (sic): "Então, eu ousaria dizer — que eles não têm capacidade ociosa nenhuma, eles têm uma capacidade de que não pode ser usada (...)"'. "Toda essa gente que está falando e exigindo planos mirabolantes de novo (...), o que eles querem é exatamente um plano para saber quanto podem investir com os recursos do governo, subsidiados, para continuar até \$7. Quando eles (os empresários) se queixam de que o nível de capacidade ociosa — vai ser de 40 ou 50%, a sua (do ouvinte) resposta é a seguinte: o senhor tem o dobro da capacidade, portanto, o que existe não é capacidade ociosa, é capacidade dispensável, é capacidade que o senhor fez porque quis, porque nunca o país poderia consumi-la...".

A linguagem pouco clara do ministro não chega a comprometer o conteúdo de sua mensagem. Através deste cáustico desabafo, ficava exposta a delicada situação do empresariado do setor de bens de capital, a quem foi lembrada a dependência umbilical que mantém em relação à órbita pública. A ausência de uma resposta articulada — e ao mesmo nível das colocações do ministro — por parte do empresariado mostra, contudo, que o desabafo não foi improvisado. Nenhuma das associações de classe que aglutinam os empresários' do setor tornou pública sua resposta às acusações oficiais.

Apenas em março de 1985, o empresário Cláudio Bardella ensaiou,

a nível pessoal, uma contra-ofensiva do mesmo calibre. Em entrevista à revista "Senhor"<sup>(105)</sup>, o empresário (que em dezembro de 1982 havia surpreendido - seus pares ao afirmar que o país era dirigido por uma 'corja') alinhava alguns argumentos no sentido de relativizar a idéia, avançada pelo ministro Delfim Netto, de que os vultosos benefícios recebidos pelo setor de bens de capital na segunda metade da década dos 70 desautorizariam o empresariado a exercer qualquer pressão contrária à orientação imprimida à política econômica. Para Bardela:

- i) a concessão de empréstimos subsidiados era vinculada à contratação de empréstimos em dólares que financiaram as importações necessárias aos investimentos; a obrigatoriedade de captação submeteu os empresários à política cambial e acabou onerando fortemente os custos dos investimentos.
- ii) quando se fixou a correção monetária dos empréstimos em 20%, o governo projetava taxas decrescentes de inflação até níveis pouco superiores a 20%. A concessão de enormes subsídios, portanto, foi ex-post e decorreu da incapacidade do governo em controlar a inflação.
- iii) o benefício que os empresários obtiveram com os subsídios - acidentais - foi anulado pelo que se perdeu nos empréstimos obrigatórios em dólares.

A intervenção do empresário fez aflorar fatos significativos. Não obstante, há uma certa dose de imprecisão em seus argumentos. Decerto, a vinculação de empréstimos ao comportamento da política cambial traz certo des

conforto à atividade empresarial. Mas há numerosos mecanismos de "hedge", de prática disseminada, que poderiam ser folgadoamente financiados pelos subsídios que — acidentais ou não — os empresários efetivamente obtiveram. Desta forma, argumentar que os subsídios foram "anulados" pelos empréstimos em dólar é, no mínimo, um exagero. Mesmo considerando a má desvalorização de fevereiro de 1983 — cujo impacto ainda recente provavelmente influenciou o raciocínio do empresário — nada indica que o ritmo da desvalorização do cruzeiro, ao longo de todo o período, pudesse compensar totalmente a pré-fixação da correção monetária dos empréstimos concedidos por agências governamentais. Não se trata aqui de tomar o partido do ministro Delfim Netto. Até porque, o litígio de ordem pessoal é o que há de mais pobre em toda esta polêmica. A parte o aspecto folhetinesco, o que a trôpega manifestação do ministro deixa antever é a profunda dependência que, historicamente, o empresariado brasileiro mantém em relação às hostes oficiais. E, quanto a isso, não cabe discordância.

Em setembro de 1983, o próprio Bardella voltaria à carga. Em entrevista à publicação *Balanço Anual*<sup>(106)</sup>, o empresário lembrava, agora com grande lucidez, que "estamos assistindo ao sucateamento de nossa indústria, estamos perdendo a tecnologia que levamos anos para conseguir, por causa de uma política econômica que privilegia a recessão como meio para se equilibrar as contas externas". Na mesma oportunidade, Einar Kok, já então secretário da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, sintetizava de forma muito clara a posição de grande parte do empresariado do setor. Como se recorda, o atendimento ao chamado do governo por ocasião do II PND foi assimilado pela classe empresarial como um gesto de patriotismo voluntarioso, uma prova de confiança nas intenções governamentais. Dentro deste quadro, não

é difícil compreender as colocações do secretário, segundo quem "felizes são aqueles empresários que na década de 70 não acreditaram nas promessas do governo federal. Vi, como presidente da Abimaq na época, muitos projetos privados serem recusados porque foram considerados tímidos em suas escalas de produção pelos responsáveis pela política econômica".

O testemunho do ex-presidente da Abimaq é de inegável importância. Mas seria conveniente, por outro lado, acrescentar que parcela significativa do aumento da capacidade produtiva — que é o referencial da presente capacidade ociosa — foi diretamente financiada por polpidos subsídios embutidos em empréstimos cuja amortização se arrasta até hoje. É esta pendência em relação aos empréstimos subsidiados, agravadas pela subordinação estrutural do setor às encomendas das estatais, que pode explicar a passividade e a resignação que em muitos momentos caracterizou a reação do empresariado (que em outras condições, diga-se de passagem, não pouparia esforços para desestabilizar a estratégia econômica do governo).

Certamente, o grau de dependência em relação às decisões governamentais não se distribui de forma homogênea entre os empresários, o que impede que a reação seja articulada de forma coesa, em bloco, pelas associações classistas. Assim, quem deve menos, fala mais. Isto faz com que convivam — num mesmo quadro posicionamentos pessoais — flagrantemente divergentes (ao mesmo tempo em que, lembre-se, acentuou-se a centralização do controle da política econômica nas mãos da Secretaria do Planejamento). A existência de "dissidências" impede, portanto, que se caracterize o comportamento de todos os empresários como anuente e conformista. De qualquer forma, é certo que a reação foi desproporcional às profundas seqüelas legadas pela política recessiva. No mais das vezes, exteriorizou-se um comportamento cordato, quando, "em lugar das lamentações", "engolia-se em seco" e "arregaçavam-se as mangas".

Exemplo lapidar deste desconcertante acomodamento pragmático nos oferece Roberto Cariuby Vidigal, presidente da Abdib, que manifestou ter razões objetivas para ignorar a intempestiva entrevista do ministro Delfim Netto declarando , em abril de 1984<sup>(107)</sup>, que o ministro demonstrava "boa intenção e um profundo conhecimento do setor, dentro do escasso espaço de manobra de que dispõe"(grifo nosso). O ministro certamente não veria no empresário a figura de um "in<sup>in</sup>grato".

### CONCLUSÃO

Ao longo de toda a análise procuramos demonstrar que os elementos explicativos da recente complementação da estrutura industrial brasileira não são alheios à forma pela qual a sociedade se organiza politicamente. Ao contrário de ser a resultante de um crescimento espontâneo, o fortalecimento da indústria de bens de capital foi explicitamente induzido através de um verdadeiro arsenal de medidas de política econômica, o que requereu a definição de prioridades estratégicas por parte da sociedade, ou de quem se arvorou o direito de decidir por ela.

Parece ter ficado claro que o notável crescimento do setor, verificado ao longo dos anos 70, foi consequência primordial de vigorosos estímulos concedidos pelos articuladores da política econômica. "Estímulos", na verdade, é um elegante eufemismo para dizer que houve transferência de renda da sociedade como um todo para uma fração da burguesia industrial. A adoção de prioridades, qualquer que seja o critério de escolha, implica externar tudo o que seja secundário. E era secundário, dentro do que ingênua ou cinicamente se chamou de "solução positiva", o resgate da dívida social de um país que não logrou resolver sequer suas deficiências mais básicas. Em uma palavra: a modernização industrial foi fruto de uma decisão de política econômica e, assim, incorpora o mesmo vazo autoritário do regime do qual faz parte.

Mesmo que a coerência seja um discutível critério de julgamento de opções políticas estratégicas, é certo que o autoritarismo guarda maior grau de liberdade para seus desmandos. Se a decisão de prover o país de uma indústria de bens de capital ampla e diversificada, naquele momento, não pode

ser aceita sem ressalvas, lançá-la deliberadamente aos azares de uma política recessiva sem sequer definir medidas de caráter compensatório constitui equívoco crasso. Afinal, um dos limites mais evidentes à montagem da indústria - pesada nos países da periferia é precisamente a não criação endôgena de progresso técnico. Ao acelerar o sucateamento tecnológico, a crise acentua o gap entre o Brasil e os demais países industrializados, o que, muito provavelmente, nos excluirá do desdobramento da indústria de bens de capital em direção à informática.

Resulta desse quadro amplo, uma economia industrialmente madura que, não obstante, conserva flagrantes traços de "subdesenvolvimento". Isto nos remete à assertiva de que a forma pela qual se deu a industrialização recente no Brasil é exemplo particularmente claro de que o capitalismo não tem nenhum compromisso com o bem estar da população. Não era inexorável que assim fosse. A industrialização entre nós teria vingado seja com a incorporação das massas ao gozo das benesses advindas da modernização da estrutura produtiva, seja com sua exclusão. O desenvolvimento capitalista selvagem, todavia, é uma característica do capitalismo tardio, o que mostra mais uma vez - que o entendimento das relações econômicas através de critérios éticos ou morais é, entre nós, rigorosamente estéril.

Que não se depreenda que a exclusão das classes populares das decisões relativas à política econômica tenha como contrapartida a organização coesa e sedimentada da burguesia industrial. Pelo contrário, acreditamos ter evidenciado a extrema fragilidade política desta fração de classe frente às decisões governamentais. O Estado, vimos, põe e dispõe.

O Estado de quem sempre falamos é, decerto, um estado capitalista que, assim, mantém um compromisso último com a acumulação privada. Não

se trata, é preciso insistir, de um mecanismo de regulação externa, mas de uma relação de endogeneidade caracterizada por uma inerente politização da economia. Na ausência de mecanismos clássicos de financiamento do capitalismo avançado, observa-se uma progressiva centralização de recursos pelo Estado. Não porque se queira "estatizar" a economia, como podem pensar os nescios, mas para repassá-los ao setor privado, e, desta forma, alavancar a acumulação capitalista. Em suma, a própria industrialização traz em seu âmago a presença do Estado (que, assim, em nenhum momento "intervém" na economia). A dupla face que se revela é que se de um lado isto significa potenciar as possibilidades de acumulação privada, de outro isto implica uma clara subordinação da fração de classe que dele depende.

A história da política econômica brasileira nos últimos vinte anos é marcada pela incuria, pelas arbitrariedades, pelos equívocos. É história e, portanto, irrecuperável. Mas é história e, portanto, passageira. Outra se fará, desta vez legitimada pela Nação. A referência ao termo Nação decorre da idéia de que o país sobrevive aos homens e aos interesses pessoais, e também de que já é hora de lutarmos pela sua constituição em sentido mais amplo, que ultrapasse o simples contorno geográfico e a linguagem comum. A partir daí — somente a partir daí, quando a cidadania for soberana — será possível a diferenciação entre o tesouro do Rei e o tesouro da Nação.

### NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Cf. J. M. Cardoso de Mello. O Capitalismo Tardio (Contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira). Campinas, 1975, pp. 106 segs. Também a periodização e os conceitos fundamentais<sup>1</sup> a respeito da evolução do capitalismo no Brasil são norteados pelas contribuições deste autor.
- (2) Cf. Liana Maria Aureliano. No Limiar da Industrialização. São Paulo , Brasiliense, 1981, p. 29.
- (3) Cf. J. M. Cardoso de Mello. O Capitalismo..., op. cit., p. 110.
- (4) Cf. L. A. Corrêa do Lago et alii. A Indústria Brasileira de Bens de Capital: Origens, Situação Recente e Perspectivas. Rio de Janeiro, FGV - IBRE, 1979, p. 25.
- (5) Cf. Fábio S. Erber et alii. Absorção e Criação de Tecnologia na Indústria de Bens de Capital. Rio de Janeiro, 1974, p. 11.
- (6) Cf. Sérgio Silva. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo, Alfa Ômega, 1978, pp. 113 segs.
- (7) Cf. Carlos M. Peláez. The State, The Great Depression and the Industrialization of Brazil. Columbia University, 1968, capt. IV. Citado em A. Villela e W. Suzigan. Política do Governo e Crescimento da Economia - Brasileira - 1889-1945. Rio de Janeiro, IPEA-INPES, 1975, p. 158.
- (8) Cf. W. Baer e A. Villela. "Crescimento Industrial e Industrialização : Revisão nos Estágios de Desenvolvimento Econômico do Brasil. Dados, n. 9, 1972, p. 118.

- (9) Ver, por exemplo, Fábio Erber. Absorção e Criação de Tecnologia..., op. cit., p. 12. Ou ainda L. A. Corrêa do Lago. A Indústria Brasileira..., op. cit., p. 36. Ambas as obras oferecem um cuidadoso tratamento quantitativo do crescimento da indústria de bens de capital no período. Também Wilson Cano lembra "a experiência acumulada durante a primeira guerra , principalmente pelas oficinas mecânicas que se dedicaram à reparação ou mesmo construção de peças e de equipamentos simples". Cf. Wilson Cano . Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo, Difel, 1977, p. 193.
  
- (10) A reduzida dimensão do setor produtor de bens de capital é também mostrada por W. Baer e A. Villela. O Setor Priendo Nacional: Problemas e Políticas para o seu Fortalecimento. Rio de Janeiro, IPEA-INPES, 1980, p. 17. Em 1919, os gêneros industriais mais representativos da produção - destes bens (Mecânica, Material Elétrico e Material de Transporte) participavam conjuntamente com apenas 2,2% do valor adicionado total da indústria de transformação.
  
- (11) Cf. A. Fishlow. "Origens...", op. cit. p. 64.
  
- (12) Cf. A. Villela e W. Suzigan. Política do Governo..., op. cit., p. 423.
  
- (13) Cf. C. Haddad. "Crescimento do Produto Real Brasileiro, 1900/1947". Revista Brasileira de Economia, v. 29, n. 1, jan.-mar. 1975, p. 7.
  
- (14) Cf. A. Villela e W. Suzigan. Política do Governo..., op. cit., pp. 424 e 441. Citado em L. Aureliano. No Limiar..., op. cit., p. 38.
  
- (15) Cf. L. A. Corrêa do Lago et alii. A Indústria Brasileira..., op. cit. , p. 60.
  
- (16) Cf. L. A. Corrêa do Lago et alii. A Indústria Brasileira..., op. cit. , p. 58.

- (17) É a seguinte a legislação que regulamentou estes incentivos: Decretos - 12.943 e 12.944 de 30/03/1918; Decreto 15.188 de 21/12/1921; Decreto - 4.422 de 28/12/1921; Decreto 15.595 de 9/8/1922; Decreto 16.214 de 28/11/1923 e Decreto 4.801 de 9/01/1924. Ver, a respeito, Lúcia V. Luz. A luta pela Industrialização no Brasil. São Paulo, Difel, 1961, pp.188-191. Também C. M. Peláez. The State, The Great Depression..., op. cit., p. 202 e W. Cano. Raízes..., op. cit., p. 188. Para um relato apurado da construção de uma usina siderúrgica por parte da Itabira Iron, ver L. Aureliano. No Limiar..., op. cit., pp. 50 segs.
- (18) Cf. Liana Aureliano. No Limiar..., op. cit., p. 47.
- (19) Cf. Sérgio Silva. Expansão Cafeeira..., op. cit., p. 114.
- (20) Cf. Liana Aureliano. No Limiar..., op. cit., p. 49.
- (21) Cf. Liana Aureliano. No Limiar..., op. cit., p. 92.
- (22) Cf. J. M. Cardoso de Mello. O Capitalismo..., op. cit., p. 116.
- (23) Cf. J. M. Cardoso de Mello. O Capitalismo..., op. cit., p. 123.
- (24) Cf. L. A. Corrêa do Lago et alii. A Indústria Brasileira..., op. cit., pp. 58 e 84.
- (25) Cf. J. M. Cardoso de Mello. O Capitalismo..., op. cit., p. 124.
- (26) Cf. Carlos Lessa. Quinze Anos de Política Econômica. São Paulo, Brasileira, 1982, p. 27.
- (27) O GEIA (Grupo Executivo da Indústria Automobilística), por exemplo, criou um conjunto de estímulos à entrada de filiais estrangeiras que incluía - desde a possibilidade de importação do equipamento industrial sem cobertura cambial até a isenção de impostos de importação.

- (28) Cf. L. A. Corrêa do Lago. A Indústria..., op. cit., p. 51.
- (29) Cf. Fábio Erber. Absorção e Criação..., op. cit., pp. 25 segs.
- (30) Cf. C. Lessa. Quinze Anos..., op. cit., p. 35.
- (31) Cf. C. Lessa. Quinze Anos..., op. cit., p. 50.
- (32) Ver, para uma análise rigorosa desta dupla determinação, M. C. Tavares. Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. Rio de Janeiro, 1974, pp. 147 segs.
- (33) Cf. M. C. Tavares. Acumulação..., op. cit., p. 150.
- (34) Ver Revista do BNDE, jan.-jun. 1978, p. 14. A participação do setor privado passa de 4,4% em 1962 para 34,5% em 1967.
- (35) Para uma análise profunda da política de estabilização e do ciclo expansivo, ver M. C. Tavares e L. G. Belluzzo, "Notas sobre o Processo de Industrialização Recente no Brasil". Desenvolvimento Capitalista no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982. Ver, ainda, o clássico artigo de J. M. Cardoso de Mello e L. G. M. Belluzzo. "Reflexões sobre a Crise Atual". Desenvolvimento Capitalista..., op. cit., pp. 141 segs.
- (36) O fato de que a indústria de bens de capital tenha crescido a taxas extremamente altas neste período não invalida esta conclusão. Deve-se lembrar que entre 1968 e 1974 o crescimento foi baseado na estrutura produtiva já existente, sem, portanto, alterar qualitativamente e com profundidade as relações intersetoriais em favor do Departamento de Bens de Produção - ao contrário do ocorrido no período 1956-1962.
- (37) A destinação básica específica abrangia:
- a) A produção industrial de equipamentos e insumos básicos.
  - b) A produção industrial de outros bens.

- c) A prestação de serviços básicos.
- d) A produção agropecuária.
- e) O transporte rodoviário.
- f) A prestação de outros serviços, a critério da Finame.

(38) O princípio da similaridade foi instituído primeiramente pelo Decreto - 947-A de 01.11.1890. Este Decreto só pôde ser aplicado quando da criação do Registro de Produtos Similares, em 1911. O Decreto nº 300 de 24.02.1938 ampliou os incentivos fiscais à produção industrial. A Lei do Similar foi ainda incorporada pela Lei das Tarifas Alfandegárias nº 3.244 - (14.08.1957) e complementada pelo Decreto nº 37 (18.11.1966), pela Resolução nº 484 do Conselho de Política Aduaneira (14.09.1967) e pelo Decreto-lei nº 1.428 (02.12.1975). Na sua forma mais acabada, embora não definitiva, este instrumento legal recebeu a seguinte redação: Legislação do Similar Nacional (D.L. nº 37 de 18.11.1966). (Dispõe sobre o imposto de importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências).

#### Título 1 - Imposto de Importação

#### Capítulo II - Isenções e Reduções

#### Seção B - Similaridade

Art. 17 - A isenção do Imposto de Importação somente beneficia produto - sem similar nacional, em condições de substituir o importado.

Parágrafo Único - excluem-se do disposto neste artigo:

V. Os casos previstos no art. 13 e nos incisos IV e VIII do art. 15 deste decreto-lei, no art. 4º da lei nº 3.244 de 14 de agosto de 1957.

II - As partes, peças, acessórios, ferramentas e utensílios:

- A. Que, em quantidade normal, acompanhar o aparelho, instrumento, máquinas e equipamentos;
- B. Destinados, exclusivamente, na forma de regulamento, ao reparo - de manutenção de aparelho, instrumento, máquina ou equipamento - de procedência estrangeira, instalado ou em funcionamento no País.

- III. Os casos de importação resultando de concorrência com financiamento internacional superior a 15 (quinze) anos, em que tiver sido as segurada a participação da indústria nacional com uma margem de proteção não inferior a 15% sobre o preço CIF.
- IV. A importação de conjunto industrial completo, em pleno funcionamento no país de origem, desde que:
  - A. Sua produção, depois de instalado no Brasil, se destine essencialmente à exportação;
  - B. Tenha sido previamente aprovado pelo Presidente da República, ouvidos os Ministros da Fazenda e da Indústria e Comércio.

Art. 18 - O Conselho de Política Aduaneira formulará critérios, gerais - ou específicos, para julgamento da similaridade, à vista das condições de oferta do produto nacional, e observadas as seguintes normas básicas:

- I. O preço não superior ao custo de importação em cruzeiros do similar estrangeiro, calculado com base no preço normal acrescido dos Tributos que incidem sobre a importação e de outros encargos de efeito equivalente;
- II. Prazo de entrega normal de corrente para o mesmo tipo de mercadoria;
- III. Qualidade equivalente e especificações adequadas.

Parágrafo 1º - Ao formular critérios de similaridade, o Conselho de Política Aduaneira considera a orientação de órgãos governamentais incumbidos da política relativa a produtos ou setores da produção.

Parágrafo 2º - Quando se tratar de projetos de interesse econômico fundamental, financiado por entidade internacional de crédito, poderão ser consideradas (...), as condições especiais - que regularem a participação da indústria nacional no fornecimento de bens.

Parágrafo 3º - Não será aplicável o conceito de similaridade quando importar em fracionamento da peça ou máquina, com prejuízo da garantia de bom funcionamento ou com retardamento substancial no prazo de entrega ou montagem.

Art. 19 - Apuração da similaridade deverá ser feita pelo Conselho de Política Aduaneira, diretamente ou em colaboração com outros órgãos governamentais ou entidades de classe, antes da importação.

Parágrafo Único - Os critérios de similaridade fixados na forma estabelecida neste decreto-lei e seu regulamento serão observados pela carteira de comércio exterior, quando do exame dos pedidos de importação.

Art. 20 - Independentemente de apuração, para serem considerados similares, os produtos naturais de com beneficiamentos primário, as matérias primas e os bens de consumo, de notória produção no país.

Art. 21 - No caso das disposições da tarifa aduaneira que condicionam a incidência do imposto de o nível de alíquota à exigência de similar, o conselho da Política Aduaneira publicará a relação dos produtos com similar nacional.

(39) Cf. L. A. Corrêa do Lago. A Indústria..., op. cit., p. 342.

(40) Cf. W. Suzigan (org.). Indústria: Política, Instituições e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, IPEA, 1978, p. 47.

(41) Ver, a esse respeito, R. Bonelli e D. Werneck. Desempenho Industrial: Auge e Desaceleração nos Anos 70. IPEA/INPES. 1978. Através de simulações com base em índices de crescimento dos gêneros da indústria de transformação e ponderações próprias, esses autores concluíram por uma taxa de crescimento da ordem de 21% a.a. Em trabalho anterior, R. Bonelli e P. Malan (Os Limites do Possível: Notas sobre o Balanço de Pagamentos e a Indústria nos anos 70. IPEA. 1976) calcularam um índice de "quantum" da produção de bens de capital por meio de índices de crescimento dos gêneros

ros industriais. O resultado apontou uma taxa anual de crescimento da produção física de 22.1%. Também o estudo da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (Aspectos Estruturais do Desenvolvimento da Economia Paulista: Bens de Capital. SEP, 1978) registra um valor da produção da ordem de Cr\$ 37,9 bilhões para 1974, contra Cr\$ 9,32 bilhões em 1970. Utilizando-se como deflator o índice de preços de máquinas e equipamentos industriais (coluna 35 da Conjuntura Econômica), isso equivaleria a um crescimento médio real de 21% a.a.

- (42) Ver, a propósito, L. A. Corrêa do Lago. A Indústria..., op. cit. especialmente capítulo III. O valor da produção adotado para 1974 é da ordem de Cr\$ 56,7 bilhões. Estudo publicado pela Abdib ("Notas sobre a Classificação e Composição do Setor de Bens de Capital"; Abdib Informa - nº 187; julho de 1983) aponta para 1974 uma produção ligeiramente superior: Cr\$ 59,97 bilhões. Em ambos os casos, pode-se inferir uma taxa de crescimento real entre 1970 e 1974 não inferior a 30% a.a.
  
- (43) Para maiores detalhes sobre a metodologia utilizada na construção de índices de produção real da Fibge, ver "Novo Indicador da Produção Industrial", em Conjuntura Econômica, outubro de 1977.
  
- (44) Essa conclusão está em franco desacordo com o trabalho da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (1978) que, por subestimar o valor da produção global do setor para 1974, encontra uma crescente participação relativa do segmento de bens sob encomenda.
  
- (45) Em Corrêa do Lago (1979; p. 158), aventa-se a possibilidade de que as estatísticas da Abdib não estariam considerando o crescimento do setor produtor de locomotivas, o que poderia, em alguma medida, explicar o relativamente baixo crescimento dos bens de capital sob encomenda. De qualquer forma, mesmo quando se adiciona os valores da produção de locomotivas em 1970 e 1974 (obtidos, respectivamente, no Censo Industrial e na Pesquisa Industrial da Fibge) às cifras indicadas pela Abdib, não ocorre nenhuma modificação de substância nas conclusões alcançadas. Adicionando-se a produção de locomotivas, o setor de bens de capital sob encomenda teria'

crescido, em termos nominais, 353% entre 1970 e 1974, taxa ainda bem inferior aos 473% estimados para o valor total da indústria de bens de capital.

- (46) M. C. Tavares e L. G. Belluzzo. "Notas sobre o Processo de Industrialização Recente no Brasil". Desenvolvimento..., op. cit., p. 129.
- (47) É curioso notar que entre as sugestões constava "a criação com recursos do PIS de um sistema de financiamento que assegurasse aos compradores de máquinas e equipamentos de fabricação nacional condições equivalentes de financiamento, em termos de prazo, taxas de juro e cláusulas de correção, às disponíveis pelos concorrentes estrangeiros" (ver, a propósito, O Globo, 17.03.1972). Esta medida, como veremos, seria adotada alguns anos depois.
- (48) Cf. O Estado de São Paulo, 3/setembro/1971.
- (49) Cf. Indústria e Produtividade, fevereiro de 1973.
- (50) Cf. J. M. Cardoso de Mello e L. G. Belluzzo. "Reflexões sobre...", op. - cit., pp. 151 segs.
- (51) Cf. M. C. Tavares e L. G. Belluzzo. "Notas sobre...", op. cit., pp. 122 segs.
- (52) Cf. Paulo Davidoff Cruz. Dívida Externa e Política Econômica. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 21.
- (53) Cf. J. P. Reis Velloso. Brasil: A Solução Positiva. São Paulo, Abril-Teq, 1978, p. 115.
- (54) Cf. O Estado de São Paulo, 25/agosto/1974.
- (55) Cf. II Plano Nacional de Desenvolvimento, Seplan, 1975, p. 38.

- (56) Cf. Jornal da Tarde, 4 /julho /1975.
- (57) Isso não significa que elas tenham perdido sua relevância. Na verdade , as isenções foram classificadas em dois grupos: 50% ou 80% conforme critério do CDI.
- (58) Cf. " Um Capítulo na História do Desenvolvimento", Comércio e Mercados , setembro de 1975. Mais tarde, o decreto-lei 1.410 foi ainda ampliado, revigorado e aperfeiçoado pelo decreto-lei 1.452 (de 30 /março /1976).
- (59) De acordo com o critério adotado pelo Banco é considerada empresa nacional aquela que:
- i. Tem o controle acionário nacional.
  - ii. Tem poder de decisão assegurado em todos os atos normativos da empresa.
- Como bem lembram Villela e Baer (1980, p. 53) "O BNDE não considera o aspecto do controle da tecnologia" (quando) "é sabido que se a participação acionária estrangeira, mesmo quando bem pequena, for detentora da tecnologia produtiva, poderá influir ponderavelmente nas tomadas de decisão".
- (60) Segundo comentários da época, essa teria sido a maneira encontrada pelo Governo Geisel de oferecer uma alternativa de capitalização que não passasse pelo ainda traumatizado mercado acionário. Veja, a respeito, a revista Mundo Econômico, junho /julho de 1974.
- (61) Cf. Revista Exame, setembro de 1975.
- (62) Cf. J. P. Reis Velloso. Brasil: A Solução..., op. cit., p. 124.
- (63) Ver "Posição Política do Empresariado", artigo de Teodoro Meissner publicado na Folha de São Paulo, 02 /janeiro /1979.

- (64) Fundamentalmente, a expansão se concentrava em dois projetos: construção de uma nova planta em Sumaré (SP) e ampliação da fábrica existente em - Osasco, envolvendo, respectivamente, investimentos de 734 e 104 milhões' de cruzeiros, a preços de 1975. Veja, para maiores detalhes, "O Impacto do II PND nos Planos da Cobrasma", Exame, janeiro/fevereiro, 1975.
- (65) Cf. ABDIB Informa, nº 181, abril, 1982.
- (66) Em editorial para a revista Visão (07/outubro/1974), o empresário H. Mak soud, em momento de lucidez, já se perguntava ao analisar o II PND: "Quem estará disposto a montar uma fábrica e a produzir certo tipo de equipa-  
mento, se, depois de tudo, alguém do setor público puder simplesmente de-  
cidir que mais vale a pena buscar o produto no exterior, ainda que mais  
caro - com a desculpa, talvez, de aproveitar um saldo favorável no in-  
tercâmbio com este ou aquele país?".
- (67) Cf. Revista Exame, setembro de 1975.
- (68) Ver, a esse respeito, C. Lessa. A Estratégia de Desenvolvimento em 1974-  
1976: sonho e fracasso. UFRJ, tese, 1978.
- (69) Cf. "Notas sobre...", op. cit., p. 133.
- (70) Ver a revista Visão, agosto de 1977. Outros, como o empresário Thompson Motta, ainda tiveram tempo para sugestões concretas. Para ele, a conso-  
lidação definitiva da indústria de bens de capital exigiria que o gover-  
no criasse um órgão para unificar toda a ação do setor público no que -  
diz respeito à política industrial. "A constituição do órgão de coorde-  
nação da política industrial", dizia o empresário, "poderá ter como mode-  
lo o Grupo Executivo da Indústria Automobilística, onde os problemas -  
eram abordados pelos representantes dos diversos órgãos oficiais de ma-  
neira funcional e desburocratizada" (O Estado de São Paulo, 01/maio/77).
- (71) Folha de São Paulo, 09/fevereiro/1979.

- (72) Cf. Revista Exame, 22 novembro /1978.
- (73) Cf. O Estado de São Paulo, 15 /fevereiro /1979.
- (74) Ver, para detalhes, a sugestiva matéria "Um diz que empresta, mas o outro veta", revista Isto É, 28 /março /1979.
- (75) Cf. L. Coutinho e L. G. Belluzzo. "Política Econômica, Inflexão e Crise: 1974-1981". Desenvolvimento Capitalista..., op. cit., p. 159 segs.
- (76) Cf. O Estado de São Paulo, 17 /outubro /1976.
- (77) Vejamos alguns exemplos. Em relação às subestações, a proposta da REFESA era de uma participação de 68%, enquanto a indústria nacional, segundo - noticiário da época, poderia participar com 91%. Para os equipamentos - de comunicação a empresa sugeriu 54%, quando a participação potencial - era de 99%. Quanto às redes aéreas, as cifras são, respectivamente, 58% e 100%. Para equipamentos de sinalização, 13% e 70%.
- (78) Na exposição de motivos encaminhada pelo Ministro dos Transportes justificava-se a dispensa da exigência de acordo com a indústria nacional com a "urgência de solução e o fato de estar envolvido um empréstimo financeiro da ordem de US\$ 200 milhões para gastos no Brasil". Sem nenhuma - sutileza, o decreto-lei determinava no seu artigo 1º que "o disposto no artigo 18 do Decreto-lei nº 37 de 18.11.1966 (...) não se aplica às importações com financiamento externo da Rede Ferroviária Federal (...)".
- (79) Cf. O Estado de São Paulo, 31 /dezembro /1976.
- (80) Cf. Jornal da Tarde, 04 /dezembro /1976.
- (81) Cf. O Estado de São Paulo, 18 /março /1977.
- (82) Cf. Jornal da Tarde, 26 /agosto /1977.

- (83) Exemplo definitivo nos oferece Carlos Alberto Sardenberg, em artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo (18/março/1977). Segundo o jornalista, "não raras vezes, o presidente do BNDE, a principal agência de desenvolvimento do governo, foi surpreendido referindo-se à administração federal com a vaga, mas significativa, terceira pessoa do plural : "Eles fizeram assim; eu penso que devia ter desacelerado desde 1974, mas eles não concordaram". "Eles" é o governo, do qual o BNDE é um instrumento importante".
- (84) Ver "A Indústria de Bens de Capital, A Burguesia Nacional e a Democracia", em Conjuntura Nacional, Ed. Vozes, 1979.
- (85) Cf. Exame, 23/fevereiro/1977.
- (86) Cf. Folha de São Paulo, 01/agosto/1979.
- (87) Cf. Folha de São Paulo, 04/novembro/1979.
- (88) Cf. Folha de São Paulo, 23/março/1980.
- (89) Cf. Folha de São Paulo, 20/outubro/1980.
- (90) Cf. Visão, 27/agosto/1979.
- (91) Para uma discussão da política econômica brasileira nos últimos anos, ver Persio Arida (org.). A Economia Política da Crise, IERJ, 1982.
- (92) Cf. Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação, IBQUE-FGV.
- (93) Cf. Abdib Informa, nº 189, p. 17.
- (94) Cf. Relatório Abdib 1980, p. 2 e Relatório Abdib 1982, p. 5.
- (95) "A reorientação da nossa economia (...) é que permitirá à iniciativa privada e à nação como um todo a segurança e estabilidade necessárias para

a manutenção das taxas de crescimento equilibrado (...). Nesse aspecto, duas importantes medidas foram adotadas pelo Governo recentemente: a contenção de despesas de empresas estatais e redução de seus investimentos". Abdib Informa, nº 166, 24 /julho /1980, p.2.

- (96) Cf. Relatório Abdib 1980, p. 3.
- (97) Cf. Balanço Anual, set. 1980, p. 201.
- (98) Cf. Relatório Abdib 1981, p. 1.
- (99) Cf. Gazeta Mercantil, 8/fevereiro /1982.
- (100) Cf. Consolidação Plurianual de Programas de Governo. SEPLAN /IPEA /IPLAN . Brasília, maio /1982.
- (101) Cf. Balanço Anual, 1982, p. 303. Ver ainda Abdib Informa, nº 182, 1982.
- (102) Cf. Balanço Anual, 1982, p. 303.
- (103) Cf. Abdib Informa, 1982, nº 185, p. 1.
- (104) Cf. O Estado de São Paulo, 02 /janeiro /1983, p. 28.
- (105) Cf. Revista Senhor nº 106, 30 /março /1983, pp. 3 e 4.
- (106) Cf. Balanço Anual 1983, p. 284.
- (107) Cf. "À Procura de Soluções Políticas", João Teixeira in Indústria e Desenvolvimento, abril de 1984, p. 10.

## BIBLIOGRAFIA

### 1. LIVROS E REVISTAS ESPECIALIZADAS:

ASSIS, L. E. "A indústria de bens de capital na década dos 70: conjuntura e política econômica". *Cadernos PUC* nº 12, 1982.

AURELIANO, L. *No Limiar da Industrialização*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BAER, W. *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 1966.

BAER, W. e VILLELA, A. "Crescimento industrial e industrialização: revisão - nos estágios do desenvolvimento econômico do Brasil". *Dados* nº 9, Rio de Janeiro, 1972.

BONELLI, R. "Concentração e capital estrangeiro: notas sobre algumas características estruturais da indústria brasileira em anos recentes", mimeo., 1979.

BOSCHI, R. *Elites Industriais e Democracia*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

CANO, W. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo, Difel, 1977.

CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

CARDOSO DE MELLO, J. M. *O Capitalismo Tardio: Contribuição à Revisão Crítica da Formação e Desenvolvimento da Economia Brasileira*. Campinas, IFCH, mimeo., 1975.

- CASTELO BRANCO, F. P. *Importações de Bens de Capital e Substituição de Importações: Algumas Considerações sobre o Problema Recente no Brasil*. Brasília, mimeo., 1976.
- CORREIA DO LAGO, L. A. et alii. *A Indústria Brasileira de Bens de Capital : Origens, Situação Recente e Perspectivas*. Rio de Janeiro, FGV/IBRE , 1979.
- COUTINHO, L. "O Setor Produtivo Estatal: Autonomia e Limites". *Ensaio de Opinião*, vol. 5, 1977.
- COUTINHO L. e REICHTUL, H. P. "O Setor Produtivo Estatal e o Ciclo". São Paulo, CEBRAP, mimeo., 1975.
- CRUZ, P. D. *Dívida Externa e Política Econômica*. São Paulo, Brasiliense , 1984.
- DEAN, W. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo, Difel, 1971.
- DINIZ, E. e BOSCHI, R. *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978.
- ERBER, F. "A Empresa Estatal e a Escolha de Tecnologia". *Ciência e Cultura*, 1977.
- ERBER, F. e ARACJO Jr., J. "Notas sobre a Indústria de Bens de Capital: Tecnologia e o Setor Público". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, IPEA, - 1973.
- ERBER, F. et alii. *Absorção e Criação de Tecnologia na Indústria de Bens de Capital*. Rio de Janeiro, Finep, 1974.
- FISHLOW, A. "Origens e Conseqüências da Substituição de Importações no Brasil". *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE-USP, 2(6), 1972.

- FURTADO, C. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, C. *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, C. *A Nova Dependência (Dívida Externa e Monetarismo)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- Hidrobrasil S.A. *Aspectos Estruturais do Desenvolvimento da Economia Paulista: o Setor de Bens de Capital*. São Paulo, SEP, 1977.
- LEFF, N. *The Brazilian Capital Goods Industry — 1929-1964*. Harvard University Press, 1968.
- MAGALHÃES, E. J. *A Evolução da Indústria de Máquinas-Ferramenta no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA-IPLAN, 1976.
- MALAN, P. S. e BONELLI, R. "The Brazilian Economy in the Seventies: Old and New Developments". *World Development*, vol. 5, 1977.
- MANTIGA, G. e MORAES, M. *Acumulação Monopolista e Crises no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MARTINS, C. E. *Estado e Capitalismo no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1977.
- MARTINS, J. S. *Conde Matarazzo, o empresário e a empresa*. São Paulo, Hucitec, 1976.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria de Planejamento. *Empresas Estatais no Brasil e Controle da Sest*. Brasília, 1981.
- REIS VELLOSO, J. P. *Brasil: A Solução Positiva*. São Paulo, Abril-Tec, 1978.
- SILVA, S. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

- SIMONSEN, M. H. e CAMPOS, R. *A Nova Economia Brasileira*. Livraria José Olympio Editora, 1974.
- SUZIGAN, W. et alii. *Financiamento de Projetos Industriais no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974.
- SUZIGAN, W. (org.). *Indústria: Política, Instituições e Desenvolvimento*. - IPEA, série memográfica nº 28, 1978.
- TAVARES, M. C. *Estrutura Industrial e Empresas Líderes*. Rio de Janeiro, FINEP, mimeo., 1978.
- TAVARES, M. C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Tese de livre-docência (inédita), UFRJ, 1975.
- TAVARES, M. C. *Ciclo e Crise: O Movimento Recente da Industrialização Brasileira*. Tese de titulação (inédita), UFRJ, 1978.
- TAVARES, M. C. e DAVID, M. D. (orgs.). *A Economia Política da Crise*. Rio de Janeiro, Vozes, 1982.
- TOTTI, P. et alii. "A Indústria de Bens de Capital, a Burguesia Nacional e a Democracia". *Conjuntura Nacional*. Rio de Janeiro, Vozes, 1979.
- VHOSSICH, F. *A Indústria de Máquinas-Ferramenta no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, 1974.
- VILLELA, A. e SUZIGAN, W. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira - 1889-1945*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975.
- VILLELA, A. e BAER, W. *O Setor Privado Nacional: Problemas e Políticas para seu Fortalecimento*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1980.

## 2. JORNAIS:

- "CNI aprovou 6 bilhões em 1970", ESP, 19/Fev/71.
- "A Convenção da Indústria", ESP, 15/Ago/71.
- "Indústrias Manifestam apoio ao Governo", ESP, 05/Set/71.
- "A CNI e o Modelo Brasileiro", ESP, 12/Ago/71.
- "Aumenta Produção Industrial", ESP, 25/Jun/71.
- "Intervencionismo Estatal e Iniciativa Privada", ESP, 15/Ago/71.
- "A Nova Imagem da Indústria", ESP, 11/Ago/71.
- "Tecnologia e Crescimento Industrial", ESP, 19/Mai/71.
- "Indústria e Posição Continental", ESP, 15/Mai/71.
- "Perspectivas Industriais", ESP, 09/Mai/71.
- "Perspectivas da Indústria Brasileira", Tomás Pompeu de Souza Brasil Netto, O GLOBO, 17/Mar/72.
- "Economia Nacional e Transplantes", ESP, 03/Out/72.
- "O Plano do Brasil para Atrair Fábricas", JT, 03/Out/72.
- "Indústria Destaca Êxito Econômico", ESP, 25/Dez/72.
- "A Indústria Utiliza toda sua Capacidade", ESP, 24/Jul/73.
- "País Ativa Pesquisa sobre Maquinária", ESP, 20/Ago/73.
- "Política Industrial deve Ajustar-se ao Novo Quadro Mundial", Severo F. Gomes, ESP, 25/Ago/74.
- "O Governo Saiu em Defesa da Indústria Nacional?" Opinião, 25/Mai/74.
- "O Apoio do Governo para Desenvolver Nossa Indústria", JT, 08/Mai/74.
- "Expansão Industrial Será Contínua", EPS, 26/Mar/74.
- "Expansão Rápida Motiva Criação de Novos Mecanismos", ESP, 09/Mai/74.
- "Visão da Semana: A Expansão Industrial", ESP, 12/Mai/74.

- "As Incoerências da Política Industrial", JT, 22/Set/75.
- "Mais Apoio à Indústria de Base", JT, 04/Jul/75.
- "A Indústria Aplauda Geisel", JT, 06/Mai/75.
- "Criadas Normas para Uso de Equipamento Nacional", ESP, 30/Nov/75.
- "Consolida-se Prioridade no Suporte à Empresa Nacional", ESP, 12/Jan/75.
- "O CDI e seu Apoio à Grande Indústria", ESP, 11/Jul/75.
- "Mais de 60% dos Investimentos na Indústria são Equipamentos", ESP, 08/Ago/75.
- "Animador o Desempenho Industrial", ESP, 10/Set/75.
- "A Enigmática Política Industrial", ESP, 09/Set/75.
- "Indústria Pede Cautela na Decisão dos Cortes", ESP, 17/Out/76.
- "Cresce Participação Nacional em Máquinas e Equipamentos", ESP, 28/Fev/76.
- "Vianna Diz que a Indústria Brasileira Provoca Atrasos", ESP, 03/Dez/76.
- "Uma Vitória (Moral) da Indústria", Marco Antônio Rocha, JT, 27/Nov/76.
- "É o Governo Negociou. Sozinho e por Decreto", JT, 27/Nov/76.
- "Na Exposição de Motivos: Pressa por Causa do Sinal", ESP, 27/Nov/76.
- "Contornada Lei do Similar no Acordo com GE", ESP, 27/Nov/76.
- "A Revolta da Indústria Nacional", ESP, 26/Nov/76.
- "Marcos Vianna confirma o que Disse", JT, 04/Dez/76.
- "As tensões Entre um Empresariado Nacional sem Eficiência Política e um Governo Heterogêneo", JT, 30/Nov/76.
- "Nova Mentalidade Entre os Jovens Empresários", JT, 06/Dez/76.
- "Novo Apoio a Bens de Capital", ESP, 05/Mai/76.
- "As Empresas Reclamam Incomendas", CM, 08/Abr/76.
- "Expansão Industrial e Incentivos", ESP, 10/Jan/76.
- "A Indústria Nacional e o Plano Siderúrgico", ESP, 27/Fev/76.

- "Mais Investimentos na Eletro-Eletrônica", ESP, 07/Abr/76.
- "Indústria Pedre Mais Apoio à Tecnologia", ESP, 10/Ago/76.
- "Indústria de Base e Substituição", ESP, 25/Ago/76.
- "O CDI e os Equipamentos Estrangeiros", ESP, 26/Out/76.
- "Opção contra a Indústria Nacional", ESP, 28/Nov/76.
- "Os Industriais, Também Dispostos a uma Conciliação", JT, 01/Dez/76.
- "O Que é Que a Indústria Pesada Precisa Agora", Marco Antônio Rocha, JT, 02/Dez/76.
- "Visão da Semana: A Vitória da Indústria", ESP, 05/Dez/76.
- "Realismo para 1977, Segundo as Indústrias de Base", JT, 26/Dez/76.
- "Governo Quer Reorientar a Indústria de Bens de Capital", ESP, 30/Abr/77.
- "Há Legisladores Demais, Diz Thompson", ESP, 18/Mar/77.
- "O Governo Fez Planos. Mas Para Qual País?", ESP, 18/Mar/77.
- "Os Temores Injustificados da Indústria Nacional", JT, 05/Ago/77.
- "Política Industrial Deve Ser Uma Só", MF. Thompson, ESP, 01/Mai/77.
- "Governo Quer Reorientar a Indústria de Bens de Capital", ESP, 30/Abr/77.
- "Ministro Diz que Só Firma Nacional Terá Crédito Oficial", ESP, 29/Abr/77.
- "Muitos Órgãos Para a Política Industrial", ESP, 19/Mar/77.
- "Empresariado e Política Industrial", ESP, 07/Abr/77.
- "O Brasil Ainda Procura uma Política Industrial", JT, 11/Abr/77.
- "Muitas Opiniões. E também Muita Confusão", JT, 11/Abr/77.
- "O Ingresso de Empresas Estrangeiras. Um Problema", JT, 11/Abr/77.
- "Os Limites das Reservas de Mercado", ESP, 18/Jun/77.
- "Muitos Órgãos Para a Política Industrial", ESP, 19/Mar/77.
- "A Embramec Não Quer Mais Empresas de Bens de Capital. Já Temos Demais", JT, 26/Ago/77.

- "A Produção Industrial à Luz dos Índices do IBGE", ESP, 29/Nov/77.
- "CDI Aprova Projetos com Inversões de Cr\$ 5,6 Bilhões", ESP, 07/Nov/77.
- "Resolução nº 9 Será Regulada", ESP, 29/Abr/78.
- "Surpresas Interessantes na Última Reunião do CDI", JT, 07/Abr/78.
- "Villares: É Hora de Planejar 4º Estágio", ESP, 21/Fev/78.
- "Há Muito Que Fazer Pela Produção de Bens de Capital", ESP, 04/Jul/78.
- "Oligopólio Com Capital Externo", GM, 30/Jun/78.
- "Ação Para a Empresa Privada Nacional", ESP, 22/Jan/78.
- "O CDI e a Política de Bens de Produção", ESP, 14/Fev/78.
- "A Indústria de Máquinas e a Conjuntura Econômica", JT, 27/Fev/78.
- "Veloso Prevê: Indústria Cresce de 5 a 6%", JT, 28/Mar/78.
- "Falhas na Execução da Política Industrial", ESP, 01/Abr/78.
- "As Queixas da Abdib e as Falhas dos Planos", JT, 04/Abr/78.
- "Enfim o Que os Industriais Queriam Ouvir", ESP, 29/Abr/78.
- "Vantagens e Riscos da Produção Comercial", ESP, 06/Jun/78.
- "O Fortalecimento da Indústria Nacional", ESP, 28/Jun/78.
- "A Indústria Investe Menos que em 1977", ESP, 15/Ago/78.
- "A Orquestra Não Sabe Tocar Samba? Culpa do Maestro", JT, 19/Out/78.
- "O Fortalecimento da Indústria Nacional", Frederico Heller, ESP, 26/Out/78.
- "Os Investimentos na Indústria em 1976/78", ESP, 20/Dez/78.
- "Engesa Recompra as Ações do BNDE", ESP, 18/Jan/79.
- "Saída é Nacionalismo Econômico", ESP, 08/Mai/79.
- "Cortes Inibirão Indústria Nacional de Equipamentos", ESP, 04/Nov/79.
- "As Dívidas de Simesp", D.C.I., 22/Mar/79.
- "Governo Vai Eliminar os Incentivos à Importação", ESP, 31/Out/79.
- "BNDE Pode Extinguir Subsídios", ESP, 29/Ago/79.

- "BNDE, a Única Função no Planejamento", ESP, 14/Jun/79.
- "Zanini Explica Joint-Venture", ESP, 19/Jan/79.
- "O Banco Muda. E Já Com a Aprovação de Camilo Perna", JT, 24/Jan/79.
- "As Multinacionais na Finame", ESP, 09/Fev/79.
- "Saúde Não Modifica o BNDE", ESP, 15/Fev/79.
- "Menor Índice de Correção Para Empresas Nacionais", ESP, 14/Mar/79.
- "Vianna Diz Que BNDE é o Maior do Mundo", JB, 13/Mar/79.
- "BNDE Estuda Propostas Para Vender Empresas", ESP, 01/Mai/79.
- "BNDE Cria Secretaria Para Desestatizar", ESP, 04/Mai/79.
- "Embramec Vê Tendência Negativa em Bens de Capital", ESP, 09/Mai/79.
- "Investimento Apesar da Expectativa de Recessão", Marizete Mardin, ESP, - 29/Jul/79.
- "Desestatização Já Tem Linhas Básicas", ESP, 31/Jul/79.
- "Castigos Para Quem Investe em Tecnologia", ESP, 12/Ago/79.
- "Governo Pode Rever Cortes e Ativar Indústria de Base", ESP, 29/Ago/79.
- "BNDE Desconcentrará os Empréstimos", ESP, 14/Out/79.
- "BNDE Vai Oferecer Mais Recursos à Pequena Empresa", ESP, 23/Out/79.
- "BNDE Levanta Uso de Equipamentos", ESP, 01/Ago/79.
- "ABIMAQ Considera Medidas Realistas", ESP, 11/Dez/79.
- "ABINEE Reclama das Importações", ESP, 08/Dez/79.
- "Os Empresários na Gestão Del'Elm", Lúcia Klein, ESP, 20/Set/79.
- "Posição Política do Empresariado", Teodoro G. Meissner, ESP, 02/Jan/79.
- "Política Industrial Sairá Logo", ESP, 21/Out/79.
- "Figueiredo Busca Apoio da Indústria", Marizete Mardin, ESP, 04/Mar/79.
- "A Extinção da Lei da Similaridade", R. Gattás, ESP, 25/Fev/79.
- "ABIMAQ Estima Efeitos dos Cortes nas Estatais", ESP, 17/Jul/80.

- "O Objetivo é Acabar com as Importações", FSP, 14/Mar/80.
- "Aumentar as Exportações. Isto é Possível", FSP, 14/Mar/80.
- "Indústria Pesada Tem Ligeira Melhora Mas Não Supera o Razoável", JB, 23/Abr/80.
- "Indústria de Bens de Capital Teme Falta de Pedidos em 80", FSP, 20/Jan/80.
- "Dados Indicam Queda da Ocupação", FSP, 20/Jan/80.
- "Villares Obtem 1,7 bi no BNDE", FSP, 02/Fev/80.
- "Bens de Capital", FSP, 04/Mar/80.
- "Investimentos do BNDE vão a Cr\$ 130 Bilhões este Ano", FSP, 12/Mar/80.
- "BNDE Acha Normal Limite de Aplicações", FSP, 15/Mar/80.
- "Investimento Fixo na Indústria cai 58,54%", FSP, 16/Dez/80.
- "Correção Prefixada do BNDE já Custou Cr\$ 82 Bi ao Tesouro", FSP, 17/Jan/80.
- "No Patamar de 75% a Ociosidade no Setor Ferroviário", FSP, 25/Nov/80.
- "A Mecânica Pesada Espera Dificuldades", FSP, 19/Set/80.
- "Na ABINEE, Poucas Reclamações", FSP, 19/Set/80.
- "Crédito do BNDE Cai 30% Até o Final do Ano", FSP, 18/Nov/80.
- "Maxidesvalorização Afeta Lucro do BNDE", FSP, 05/Jan/80.
- "Menor Déficit Comercial, com Exportações de US\$ 5 bilhões", GM, 08/Set/80.
- "Bens de Capital em 70", Einar Alberto Kok, FSP, 22/Jun/80.
- "Bens de Capital em 80-1", Einar Alberto Kok, FSP, 29/Jun/80.
- "Bens de Capital em 80-(Final)", Einar Alberto Kok, FSP, 06/Jul/80.
- "Bens de Capital Não Terão Recursos", FSP, 18/Mar/80.
- "Uma Queda de 12% Nas Ecomendas de Máquinas", FSP, 21/Mar/80.
- "Bens de Capital Sem Ampliações", FSP, 25/Mar/80.
- "Diminuem as Aplicações do BNDE", FSP, 27/Abr/80.
- "Importação de Bens de Capital Não Tem Cotas", FSP, 24/Mai/80.

- "Embramec se Associará a Empresários Para Criar Centros Tecnológicos", JB, 18/Jan/80.
- "COBRASMA Nega Que Pretende Comprar MAHERSA", FSP, 22/Set/81.
- "40% de Ociosidade na Indústria de Base", Teodoro G. Meissner, FSP, 24/Mai/81.
- "A FIESP Revela que a Indústria Teve Uma Queda de 1,5%", FSP, 14/Mai/81.
- "Empresários Divergem", FSP, 16/Abr/81.
- "Ociosidade Chega a 89% na Produção de Vagões de Carga", FSP, 10/Mai/81.
- "Carteira Cheia Garante Produção Por Mais 10 Meses", CM, 07/Mai/81.
- "A Retomada dos Investimentos", Belisa Contino, CM, 07/Out/81.
- "Eletroeletrônica Não Está Investindo Mais", Teodoro G. Meissner, FSP, 17/Mai/81.
- "Caiu 10% Faturamento de Bens de Capital", FSP, 25/Jan/81.
- "Indústria Mecânica Eleva Produção em 4,6% em 1980", DCI, 28/Fev/81.
- "ABIMAQ Crítica as Medidas da FINAME", DCI, 18/Fev/81.

#### LEGENDA:

- ESP = O Estado de São Paulo.
- FSP = Folha de São Paulo.
- JB = Jornal do Brasil.
- CM = Gazeta Mercantil.
- DCI = Diário do Comércio e Indústria.
- JT = Jornal da Tarde.

## 5. OUTRAS REVISTAS:

- "Os Clientes Que Não Chegam", *Exame*, Set/70.
- "Indústria de Bens de Capital: BNDE Anuncia Novos Estímulos", *Tribuna do Economista*, Nov/73.
- "A Indústria Nacional de Bens de Capital Sob Incomenda", M. Vianna, *Revista do BNDE*, Dez/73.
- "Novas Subsidiárias do BNDE: Resumo Informativo", Pedro Cybrão e M.H. Musisi, *Indústria & Produtividade*, Nov/74.
- "Novas Empresas Samam Desequilíbrio da Economia", *Planejamento e Desenvolvimento*, 1974.
- "Na Rota do Novo Ciclo de Substituição de Importações", *Mundo Econômico*, - Jun-Jul/74.
- "Conseguirá o Governo Engajar-se no PND?", Editorial de H. Maksoud, *Visão*, 07/Out/74.
- "A Nova Estratégia é Reduzir a Importação", *Química e Derivados*, Nov/74.
- "Substituição Abre Caminho a Máquinas e Equipamentos", *Tendência*, Dez/74.
- "Bens de Capital", *Planejamento e Desenvolvimento*, Ago/74.
- "Indústria Pesada Apta à Expansão", *Indústria e Desenvolvimento*, Jun/74.
- "Situação Atual e Perspectiva do Setor de Bens de Capital", *Indústria & Produtividade*, Nov/74.
- "Intempéries na Indústria de Tratores", *Expansão*, 26/Jun/74.
- "A Indústria de Bens de Capital", *Análise e Perspectiva Econômica*, Fev/74.
- "O Impacto do II PND nos Planos da Cobrasma", *Exame*, Jan/Fev-75.
- "Um Capítulo da História do Desenvolvimento", *Comércio e Mercados*, Set/75.
- "Abdib: A Nova Correção Não Basta", *Exame*, Set/75.
- "Bens de Capital - Item Um das Importações", *Comércio e Mercados*, Nov/75.

- "A Receita do Sucesso", *Exame*, Set/75.
- "Como Superar o Impasse Tecnológico", *Exame*, Nov/75.
- "Progresso Tecnológico Sem Raízes", Editorial de H. Maksoud, *Visão*, 04/Ago/75.
- "Mais Tecnologia Para Conter Importação", Editorial de H. Maksoud, *Dirigente Industrial*, Nov/75.
- "Quais Devem Ser as Prioridades do Governo", *Exame*, 15/10/76.
- "Faltam Recursos Para Tocar Todos os Planos", *"Exame"*, 29/09/76.
- "País Mantém Elevado Índice de Investimento", *Planejamento e Desenvolvimento*, Fev/76.
- "Mercado de Bens de Capital em 75 foi de Cr\$ 27 bilhões", *Tendência*, Set/76.
- "Apoio ao Setor Pesado", *Ramos do Desenvolvimento*, Set/Out/76.
- "A Impertinência do BIRD e a Ineficiência da CSN", *Exame*, 15/09/76.
- "Desafio ao Empresário do Setor de Bens de Capital", *Dirigente Industrial*, - Dez/76.
- "Os Empresários Continuam Investindo em Máquinas. Por que?" *Exame*, 15/9/76.
- "Indústria Cresce Menos por Falta de Componentes", *Exame*, 28/7/76.
- "As Dívidas da Indústria Nacional", Editorial de H. Maksoud, *Dirigente Industrial*, Nov/76.
- "Indústria de Bens de Capital", Carlos Berenhauser Jr., *Carta Econômica*, - 1976.
- "Indústrias Querem Maior Participação nos Projetos", *Engenharia na Indústria*, Abr/76.
- "Bens de Capital Exigem Política Mais Rigorosa", Ademir Cantero, *Indústria e Desenvolvimento*, Jul/76.
- "Indústria de Base Quer Mais Apoio", *Comércio e Mercados*, Abril/76.
- "A Indústria de Bens de Capital", *Análise e Perspectiva Econômica*, 20/2/76.
- "O Que a Indústria de Base Espera do Governo", *Exame*, 15/Jul/77.

- "Similar: O Temor de Uma Exceção se Tornar Regra", *Exame*, 24/Ago/77.
- "O Que Pretendem de Fato os Empresários", *Exame*, 25/Fev/77.
- "A Guerra da Substituição Continua", *Comércio e Mercado*, Jul/77.
- "A Indústria Terá o Apoio de Máquina de Vender Máquinas", *Planejamento e Desenvolvimento*, Mai/77.
- "Altos Investimentos na Caixa de Surpresas", *Máquinas e Metais*, Jun/77.
- "As Novas Regras do Jogo da Política Industrial do Brasil", *Herval Faria, Tendência*, Dez/77.
- "Efeitos da Desaceleração nas Indústrias de Base", *A Construção-São Paulo*, Set/77.
- "Até Onde a Desaceleração Afetou os Negócios", *Exame*, 27/Jul/77.
- "Tratores - Nem Todos os Fabricantes Achem que há Crise", *Exame*, 09/2/77.
- "Como o Governo Vê a Atuação dos Empresários", *Exame*, 11/Mai/77.
- "Bens de Capital - A Indústria Já Sente o Vácuo da Transição Política", *Exame*, 22/Nov/78.
- "Bens de Capital - É Hora de Consolidação", *Comércio e Mercados*, Jul/78.
- "Um Balanço das Perspectivas da Economia", *Exame*, 11/Jan/78.
- "O Modelo que Empresários, Políticos, Economistas Sugerem ao Sucessor de Geisel", *Exame*, 22/Fev/78.
- "A Perigosa Retração dos Investimentos", *Exame*, 22/Fev/78.
- "O Programa de Nacionalização de Equipamentos no Setor Petrolífero", *Planejamento e Desenvolvimento*, Jan/78.
- "Bens de Capital em Busca de seu Lugar", *Waldemar Coronha, Indústria e Desenvolvimento*, Jan/78.
- "O Momento de Indecisão da Indústria Pesada", *Tendência*, Nov/78.
- "Bens de Capital: Desnacionalização, Desaceleração, Pulverização", *Dirigente Industrial*, Jun/78.
- "Bens de Capital - Os Azares de Uma Empresa Brasileira", *Isto É*, 02/5/79.

- "Um Diz Que Emprresta, Mas o Outro Veta". *Isto É*, Aluizio Maranhão, 28/3/79.
- "Indústria de Bens de Capital Consolida sua Base Tecnológica". *Indústria e Desenvolvimento*, Set/79.
- "O Jogo Aberto da Indústria Pesada", Herval Faria, *Tendência*, Mar/79.
- "Queixas de um Setor que Exporta Menos que Importa". *Dirigente Industrial*, Fev/79.
- "Do Milagre ao Jogo na Retranca". *Exame*, Mar/80.
- "Na Linha de Frente da Recessão". *Exame*, Mar/80.
- "A Gestão da Economia nos Governos Militares". Carlos Castello Branco. *Exame*, 30/Jan/80.
- "Os Planos da Piratininga, Depois da Recuperação". *Exame*, 30/Jul/80.
- "Um Avanço, Apesar dos Cortes". *Exame*, 30/Jul/80.
- "O Beflex Quer Incorporar as Empresas Nacionais". *Exame*, 27/Ago/80.
- "Dedini, um Grupo que Aposta na Substituição do Petróleo". *Exame*, 17/Dez/80.
- "Bandos de Desenvolvimento - Na Era da Austeridade". *Exame*, 21/Mai/80.
- "A Embraer Quer Estimular Pequena e Média Empresa". *Planejamento e Desenvolvimento*, Jan.-Fev./80.
- "Petrobrás: Compras Crescentes Junto à Indústria Nacional". *Indústria e Desenvolvimento*, Mar/80.
- "Aos 25 anos, a Abdib Vive uma Fase de Transição". *Exame*, 07/mar/80.
- "Em Defesa de um Capitalismo mais Forte e Democrático". Luiz Eulálio Bueno Vidigal Filho. *Exame*, 29/Set/81.
- "O Impacto das Dívidas no Setor Privado". *Exame*, 25/Jan/81.
- "Os Empresários Contra a Recessão". *Exame*, 14/Jan/81.
- "Negócios com o Proálcool". *Administração e Serviços*, Jan/81.
- "Bens de Capital - A Busca de Novas Áreas de Atuação". *Brasil em Exame*, 1981.
- "Bens de Capital: Previsão Otimista no Consumo de Aço". *Dirigente Indústria*, Mar/1981.

## ANEXO I

Data de fundação e propriedade de algumas empresas produtoras de bens de capital.

| Empresas                                      | Data de<br>Fundação | Propriedade |
|-----------------------------------------------|---------------------|-------------|
| Arsenal de Marinha                            | 1763                | N           |
| Indústria Filizola S. A.                      | 1836                | N           |
| Cia. Federal de Fundição                      | 1901                | E           |
| Indústria Mecânica Cavallari S.A.             | 1907                | N           |
| Indústria Nardini S.A.                        | 1910                | N           |
| Bardella S.A. — Indústrias Mecânicas          | 1911                | N           |
| Indústrias Micheletto S.A.                    | 1912                | N           |
| Mernak                                        | 1912                | N           |
| AEC — Telefunken do Brasil S.A.               | 1913                | E           |
| Indústrias Villares S.A.                      | 1918                | N           |
| FAÇO — Fábrica de Aço Paulista                | 1919                | E           |
| General Electric S.A.                         | 1919                | E           |
| Inds. Máquina Têxteis Ribeiro S.A.            | 1920                | N           |
| Ind. Brasileira de Artefatos de Ferro         | 1920                | N           |
| Dedini — Ometto                               | 1920                | N           |
| Andrighetti                                   | 1922                | N           |
| Siemens do Brasil S. A.                       | 1922                | E           |
| Lorenzetti                                    | 1923                | N           |
| Cia. Bras. de Const. Fichet-Schwartz Haument  | 1923                | E           |
| Priglise, Irmãos                              | 1923                | N           |
| S. A. Philips do Brasil                       | 1924                | E           |
| Ericsson do Brasil — Com. e Ind. S.A.         | 1924                | E           |
| Itaúna                                        | 1925                | N           |
| Martins Ferreira                              | 1925                | N           |
| Machina Zaccaria                              | 1925                | N           |
| Cia. T. Janer S.A.                            | 1926                | N           |
| Fiel S.A. — Aços e Metais                     | 1926                | N           |
| International Harvester                       | 1926                | E           |
| Fundição Brasil                               | 1927                | N           |
| Mecânica Gráfica S.A.                         | 1929                | N           |
| SOMA — Cia. Sorocabana Mat. Ferrov.           | 1929                | N           |
| Brasil — Motores Elétricos                    | 1930                | N           |
| Máquinas Raiman                               | 1932                | N           |
| Indústrias de Máquinas D'Andrea               | 1932                | N           |
| Tupy, Artefatos de Aço                        | 1933                | E           |
| Eletro — Máquinas Anel S.A.                   | 1935                | N           |
| Máquinas Piratininga S.A.                     | 1935                | N           |
| Ferro — Enamel                                | 1935                | E           |
| Cia. Industrial Santa Matilde                 | 1935                | N           |
| Pignatari                                     | 1936                | N           |
| Mayer Schaeidler S.A. — Ind. Mecânica         | 1936                | N           |
| Barra Mansa                                   | 1937                | N           |
| Standard Elétrica S.A.                        | 1937                | E           |
| Ind. Metalúrgica Nossa Senhora Aparecida S.A. | 1937                | N           |
| Cardobrasil                                   | 1938                | N           |
| Pontal, Material Rodante                      | 1938                | N           |

continua

| Empresas                                       | Data de<br>Fundação | Propriedade |
|------------------------------------------------|---------------------|-------------|
| Indústrias Romi S.A.                           | 1938                | N           |
| Industria Máquinas Gutmann                     | 1939                | N           |
| Abame                                          | 1940                | E           |
| Petersen Irmãos                                | 1940                | N           |
| Worthington S.A. (Máquinas)                    | 1941                | E           |
| Ind. Têxteis Santa Clara                       | 1941                | N           |
| Irmãos Semperato                               | 1942                | N           |
| Confab Industrial S.A.                         | 1942                | N           |
| Fábrica Nacional de Vagões — FNV               | 1943                | N           |
| Codistil                                       | 1943                | N           |
| Torque S.A. — Ind. e Com. de Máq. Elétricas    | 1943                | N           |
| Máquinas Têxteis Ribeiro                       | 1943                | N           |
| Máquinas Sanches-Blanes                        | 1943                | N           |
| Cobrasma S.A. — Ind. e Comércio                | 1944                | N           |
| Maferma — Material Ferroviário S.A.            | 1944                | N           |
| Ind. Com. Metalúrgica Atlas                    | 1944                | N           |
| Ind. Máquinas Invicta S.A.                     | 1945                | N           |
| Codima — Máquinas e Acessórios                 | 1945                | N           |
| Kohlbach S.A.                                  | 1945                | N           |
| Schneider Lejerman                             | 1945                | N           |
| Madal Implem. Agric-Rodov.                     | 1946                | N           |
| Indústria Schneider                            | 1946                | N           |
| Dancor Ind. Mecânica                           | 1946                | N           |
| ATA — Inds. Mecânicas                          | 1946                | N           |
| Sanvas S.A. — Ind. Metal Mecânica              | 1946                | N           |
| Cornersol                                      | 1947                | N           |
| Mausa-Met. de Acessórios para Usinas S/A       | 1948                | N           |
| ITEL — Ind. Transp. Elétricos S.A.             | 1949                | N           |
| Máquinas Simonek                               | 1950                | N           |
| Indústria Com. Rymer                           | 1950                | N           |
| Zanini S.A. — Equipamentos Pesados             | 1950                | N           |
| Asea Elétrica S.A.                             | 1951                | E           |
| Tratores Fiat do Brasil S.A.                   | 1952                | E           |
| Tema Terra Maquinaria S.A.                     | 1952                | E           |
| Vigorelli do Brasil S.A.                       | 1952                | N           |
| Radoni — ATB Inds. Metalmees S.A.              | 1952                | E           |
| Indústria Elétrica Brown, Boveri S.A.          | 1952                | E           |
| Indústria Emmanuel Rocco                       | 1953                | N           |
| Semco do Brasil                                | 1953                | E           |
| Goytacaz                                       | 1953                | N           |
| M.W.M. Motores Diesel S.A.                     | 1953                | E           |
| Caterpillar Brasil S.A.                        | 1954                | E           |
| Bopp-Reuther                                   | 1954                | E           |
| Induselet S.A. — Ind. Mat. Elétr. Charlerdi    | 1954                | E           |
| K.S.B. do Brasil S.A.                          | 1954                | E           |
| Cia Brasileira de Caldeiras — CBC              | 1955                | E           |
| Conservit                                      | 1955                | N           |
| Mecânica Pesada S.A.                           | 1955                | E           |
| Pohlig-Heckel do Brasil S.A. — Ind. e Comércio | 1955                | E           |

continua

| Empresas                                       | Data de  |             |
|------------------------------------------------|----------|-------------|
|                                                | Fundação | Propriedade |
| Howa do Brasil                                 | 1956     | N           |
| Muller S.A. — Ind. Comércio                    | 1956     | E           |
| B. Grob do Brasil S.A.                         | 1956     | N           |
| Bardella-Borriello                             | 1956     | N           |
| Iccsa                                          | 1956     | E           |
| Nordon — Inds. Metalúrgicas S.A.               | 1956     | N           |
| Freios e Sinais do Brasil                      | 1956     | N           |
| Máquinas Lo Pesmo                              | 1957     | E           |
| Massey-Ferguson do Brasil S.A.                 | 1957     | E           |
| Kubota-Tekko                                   | 1957     | E           |
| Herberto Ramos                                 | 1957     | N           |
| Barber-Greene do Brasil — Ind. Com. S.A.       | 1957     | E           |
| Hyster do Brasil                               | 1957     | E           |
| CBV — Indústria Mecânica S.A.                  | 1957     | N           |
| Jaraguá S.A. — Indústrias Mecânicas            | 1957     | E           |
| Wilson Marcondes S.A. — Ind. Com. Máquinas     | 1957     | N           |
| Yanmar Diesel — Motores do Brasil              | 1957     | N           |
| Equipamento Ind. Vilko                         | 1958     | E           |
| Eaton Yale Towne                               | 1958     | E           |
| Clemente Citalli S.A. — Máqs. Rodoviárias      | 1958     | N           |
| Equipamentos Clark                             | 1958     | E           |
| Ishikawajima do Brasil — Ishibrás              | 1959     | E           |
| Verolme Estaleiros do Brasil S.A.              | 1959     | E           |
| Cia. Brasileira de Tratores — CBT              | 1960     | N           |
| Wabco do Brasil                                | 1960     | E           |
| Valmet do Brasil S.A.                          | 1960     | E           |
| Cocinsa-Construções Eletro Mecânicas S.A.      | 1960     | E           |
| Sprecher e Schuh S.A.-Ind. Apar. Elétricos     | 1960     | E           |
| Mello Máquinas e Equipamentos                  | 1961     | N           |
| Otto Deutz                                     | 1961     | E           |
| Brasquip-Ind. Brasileira de Equipamentos S.A.  | 1961     | N           |
| FNC — Fábrica Nacional de Compressores         | 1962     | N           |
| Agrale S.A. — Tratores e Motores               | 1962     | N           |
| Voith S.A. — Máquinas e Equipamentos           | 1964     | E           |
| Indústrias Romi NE S/A                         | 1965     | E           |
| Iseki-Mitsui — Máquinas Agrícolas S.A.         | 1965     | E           |
| Ferbate Máquinas e Equipamentos                | 1966     | E           |
| Fives-Lille-Industrial do NE S/A               | 1967     | E           |
| Usiminas Mecânica — Usinas Sider. de M.G. S.A. | 1970     | N           |
| Indústria Mecânica Calvi                       | 1971     | N           |

|                                              | Propriedade |             |
|----------------------------------------------|-------------|-------------|
|                                              | Nacional    | Estrangeira |
| número de empresas fundadas até 1950         | 60          | 14          |
| número de empresas fundadas a partir de 1950 | 24          | 37          |

Fontes: BNDE — Pesquisa da Tecnometal sobre o setor de bens de capital sob encomenda.

IPEA — Estudo sobre Complexos Industriais.

W. Dean, op. cit., p. 125, citado em Erber, F. Absorção e Criação..., op. cit., p. 27.

ANEXO 2

## EXPORTAÇÕES DE BENS DE CAPITAL - 1980/1983

- Dados Amostrais - Principais Produtos de 1980  
(em mil US\$ correntes)

|             | <u>1980</u>      | <u>1983</u>      |
|-------------|------------------|------------------|
| 84 06 08 01 | 18.733,1         | 70.368,9         |
| 84 06 04 01 | 194.932,1        | 177.850,3        |
| 84 06 91 02 | 22.845,3         | 46.373,7         |
| 84 06 91 04 | 18.441,8         | 20.304,0         |
| 84 06 08 99 | 17.054,3         | 15.870,2         |
| 84 06 91 05 | 11.179,2         | 7.901,7          |
| 84 06 91 07 | 8.033,6          | 11.108,1         |
| 84 06 91 01 | 6.795,8          | 5.314,7          |
| 84 06 90 00 | 4.060,3          | 1.249,6          |
| Total 84 06 | <u>302.075,5</u> | <u>356.341,2</u> |
| 84 08 01 99 | 2.387,7          | 1.802,0          |
| 84 08 01 02 | 1.323,9          | -                |
| Total 84 08 | <u>3.711,6</u>   | <u>1.802,0</u>   |
| 84 09 00 00 | 31.111,8         | 4.640,7          |
| Total 84 09 | <u>31.111,8</u>  | <u>4.640,7</u>   |
| 84 10 90 00 | 5.899,8          | 5.470,0          |
| 84 10 01 07 | 5.477,2          | 3.407,4          |
| 84 10 01 99 | 4.808,7          | 1.463,3          |
| 84 10 01 09 | 4.143,2          | 3.452,2          |
| 84 10 01 02 | 3.059,4          | 394,7            |
| 84 10 01 06 | 2.605,6          | 1.701,4          |
| Total 84 10 | <u>25.993,9</u>  | <u>15.952,0</u>  |
| 84 11 02 01 | 27.633,4         | 18.048,2         |
| 84 11 91 00 | 2.532,6          | 6.589,0          |
| 84 11 03 01 | 2.307,8          | 2.360,9          |

|             |                 |                 |
|-------------|-----------------|-----------------|
| 84 11 01 02 | 2.101,8         | 676,3           |
| 84 11 02 03 | 2.095,9         | 714,0           |
| 84 11 04 01 | 1.520,5         | 1.027,8         |
| Total 84 11 | <u>38.192,0</u> | <u>29.416,7</u> |
| 84 14 01 99 | 1.076,0         | 6.881,7         |
| Total 84 14 | <u>1.076,0</u>  | <u>6.881,7</u>  |
| 84 15 06 99 | 1.468,4         | 10,4            |
| 84 15 99 00 | 2.193,3         | 906,0           |
| Total 84 15 | <u>3.661,7</u>  | <u>916,4</u>    |
| 84 17 04 99 | 4.478,5         | 2.002,3         |
| 84 17 99 02 | 4.234,1         | 2.606,0         |
| Total 84 17 | <u>8.712,6</u>  | <u>4.608,3</u>  |
| 84 18 17 02 | 1.937,7         | 451,3           |
| 84 18 17 01 | 1.248,9         | 1.249,4         |
| Total 84 18 | <u>3.186,6</u>  | <u>1.700,7</u>  |
| 84 19 02 02 | 3.752,7         | 675,0           |
| 84 19 01 02 | 2.833,3         | 694,5           |
| 84 19 90 00 | 2.383,5         | 1.503,2         |
| 84 19 99 02 | 1.582,6         | 141,5           |
| Total 84 19 | 10.552,1        | 3.014,2         |
| 84 20 01 03 | 1.518,4         | 701,3           |
| Total 84 20 | <u>1.518,4</u>  | <u>701,3</u>    |
| 84 21 01 02 | 3.229,5         | 79,6            |
| 84 21 01 99 | 1.381,4         | 114,0           |
| Total 84 21 | <u>4.610,9</u>  | <u>193,6</u>    |
| 84 22 11 02 | 1.091,1         | 395,9           |
| 84 22 07 00 | 1.865,3         | 1.127,7         |
| 84 22 11 03 | 1.748,2         | 1.298,2         |
| 84 22 05 99 | 2.167,5         | 128,8           |
| 84 22 12 00 | 4.076,6         | 584,4           |
| 84 22 90 00 | 8.664,9         | 2.222,9         |
| Total 84 22 | <u>19.612,6</u> | <u>5.757,9</u>  |

|             |                 |                 |
|-------------|-----------------|-----------------|
| 84 23 02 10 | 6.740,5         | 2,0             |
| 84 23 03 02 | 5.299,3         | 532,5           |
| 84 23 02 04 | 2.864,8         | 800,2           |
| 84 23 02 15 | 2.642,3         | 1.846,6         |
| 84 23 02 13 | 2.612,1         | 1.534,4         |
| 84 23 90 99 | 2.179,6         | 2.266,8         |
| 84 23 03 03 | 1.962,9         | -               |
| 84 23 02 12 | 44.971,2        | 27.159,7        |
| Total 84 23 | 69.272,7        | 34.142,2        |
| 84 24 08 01 | 7.342,4         | 1.140,6         |
| 84 24 90 00 | 1.825,6         | 8.656,6         |
| 84 24 12 00 | 1.471,8         | 691,2           |
| 84 24 08 02 | 1.267,1         | 730,0           |
| Total 84 24 | <u>11.906,9</u> | <u>11.218,4</u> |
| 84 25 01 01 | 12.240,6        | 5.361,0         |
| 84 25 06 02 | 1.774,1         | 515,4           |
| 84 25 90 00 | 1.043,6         | 1.121,2         |
| Total 84 25 | 15.058,3        | 6.997,6         |
| 84 29 01 00 | 1.222,6         | 1.834,1         |
| Total 84 29 | <u>1.222,6</u>  | <u>1.834,1</u>  |
| 84 30 07 00 | 2.588,6         | 90,8            |
| 84 30 90 00 | 1.986,8         | 678,9           |
| 84 30 10 00 | 1.702,5         | 816,4           |
| 84 30 05 99 | 1.166,0         | 184,6           |
| 84 30 08 02 | 1.071,8         | -               |
| Total 84 30 | <u>8.515,7</u>  | <u>1.770,7</u>  |
| 84 31 14 02 | 6.928,6         | 7.946,9         |
| 84 31 06 02 | 5.292,9         | -               |
| 84 31 90 00 | 3.353,5         | 5.619,2         |
| 84 31 99 02 | 1.048,0         | 3.361,4         |
| Total 84 31 | <u>16.623,0</u> | <u>16.927,2</u> |
| 84 36 19 00 | 1.318,3         | -               |
| 84 36 06 00 | 1.081,0         | 20,7            |
| Total 84 36 | <u>2.399,3</u>  | <u>20,7</u>     |

|             |                 |                 |
|-------------|-----------------|-----------------|
| 84 41 04 00 | 6.760,2         | 6.619,7         |
| Total 84 41 | <u>6.760,2</u>  | <u>6.619,7</u>  |
| 84 44 08 00 | 1.068,8         | 620,6           |
| Total 84 44 | <u>1.068,8</u>  | <u>620,6</u>    |
| 84 45 02 01 | 25.833,8        | 11.925,6        |
| 84 45 02 04 | 1.913,9         | 116,6           |
| 84 45 01 01 | 1.885,9         | 21,2            |
| 84 45 29 01 | 2.985,3         | 122,1           |
| 84 45 38 00 | 2.619,1         | 1.234,0         |
| 84 45 15 02 | 2.604,4         | 900,2           |
| 84 45 37 99 | 2.571,0         | 377,5           |
| 84 45 03 01 | 2.459,0         | 1.241,9         |
| 84 45 04 02 | 2.404,7         | 160,3           |
| 84 45 32 01 | 2.094,9         | 286,7           |
| 84 45 29 02 | 1.315,6         | 12,1            |
| 84 45 08 01 | 1.189,0         | 8,9             |
| 84 45 32 02 | 1.105,2         | 195,2           |
| 84 45 12 01 | 2.063,5         | 1.240,0         |
| Total 84 45 | <u>57.045,3</u> | <u>17.942,3</u> |
| 84 47 02 02 | 3.786,4         | 378,1           |
| 84 47 99 00 | 2.028,0         | 347,9           |
| 84 47 02 01 | 1.507,8         | 886,6           |
| 84 47 08 01 | 1.185,2         | 1.889,0         |
| Total 84 47 | <u>8.507,4</u>  | <u>3.501,6</u>  |
| 84 48 17 01 | 3.299,8         | 13,9            |
| Total 84 48 | <u>3.299,8</u>  | <u>13,9</u>     |
| 84 52 03 02 | 9.051,1         | 1.810,9         |
| Total 84 52 | <u>9.051,1</u>  | <u>1.810,9</u>  |
| 84 53 05 99 | 14.614,7        | 16.232,0        |
| 84 53 03 01 | 2.575,7         | 116,1           |
| Total 84 53 | <u>17.190,4</u> | <u>16.348,1</u> |
| 84 56 99 00 | 18.837,9        | 2.402,9         |
| 84 56 04 02 | 2.469,2         | 141,7           |
| 84 56 03 02 | 1.707,2         | 148,5           |
| 84 56 02 03 | 1.521,4         | 174,2           |
| Total 84 56 | <u>41.726,1</u> | <u>2.867,3</u>  |

|                   |                  |                  |
|-------------------|------------------|------------------|
| 84 59 04 01       | 17.703,4         | 860,5            |
| 84 59 99 00       | 6.406,2          | 1.700,8          |
| 84 59 04 02       | 4.200,8          | 357,7            |
| 84 59 90 00       | 3.249,5          | 2.812,1          |
| 84 59 11 01       | 2.876,2          | 1.654,1          |
| 84 59 08 06       | 2.561,5          | 144,3            |
| 84 59 02 05       | 1.894,4          | 460,6            |
| 84 59 08 07       | 1.434,3          | 114,5            |
| Total 84 59       | <u>40.326,3</u>  | <u>8.104,6</u>   |
| 84 61 99 02       | 2.043,6          | 1.024,4          |
| 84 61 90 00       | 2.031,0          | 1.437,0          |
| 84 61 01 01       | 1.835,4          | 992,8            |
| Total 84 61       | <u>5.910,0</u>   | <u>3.454,2</u>   |
| 84 62 01 00       | 2.776,7          | 4.326,9          |
| 84 62 90 99       | 1.321,3          | 1.905,8          |
| 84 62 03 00       | 1.077,3          | 1.966,7          |
| Total 84 62       | <u>5.175,3</u>   | <u>8.199,4</u>   |
| 84 63 01 00       | 15.010,4         | 16.153,8         |
| 84 63 06 00       | 6.673,6          | 3.410,4          |
| 84 63 12 99       | 3.960,4          | 2.627,9          |
| 84 63 13 00       | 2.440,5          | 2.039,2          |
| 84 63 04 00       | 2.175,6          | 1.649,7          |
| 84 63 90 00       | 2.099,3          | 2.328,9          |
| 84 63 99 00       | 1.201,9          | 862,6            |
| Total 84 63       | <u>33.561,7</u>  | <u>29.072,5</u>  |
| 84 64 00 00       | 4.945,6          | -                |
| Total 84 64       | <u>4.945,6</u>   | -                |
| Total capítulo 84 | <u>813.582,2</u> | <u>603.392,7</u> |
| 85 01 90 00       | 10.407,4         | 2.970,6          |
| 85 01 03 01       | 5.108,0          | 1.422,4          |
| 85 01 03 02       | 4.028,0          | 326,8            |
| Total 85 01       | <u>19.543,4</u>  | <u>4.719,8</u>   |

|                   |                  |                 |
|-------------------|------------------|-----------------|
| 85 02 02 01       | 4.312,9          | 1.483,3         |
| Total 85 02       | <u>4.312,9</u>   | <u>1.483,3</u>  |
| 85 11 02 06       | 2.314,3          | 111,3           |
| Total 85 11       | <u>2.314,3</u>   | <u>111,3</u>    |
| 85 13 04 00       | 8.341,7          | 4.903,8         |
| 85 13 01 03       | 5.228,2          | 1.563,8         |
| 85 13 90 03       | 4.328,4          | 1.872,7         |
| 85 13 90 01       | 3.616,7          | 545,8           |
| 85 13 01 02       | 3.564,4          | 5.929,3         |
| 85 13 98 99       | 3.148,1          | 796,7           |
| Total 85 13       | <u>28.227,5</u>  | <u>15.512,1</u> |
| 85 15 90 03       | 5.097,1          | 1.872,7         |
| 85 15 90 99       | 4.318,9          | 684,8           |
| Total 85 15       | <u>9.416,0</u>   | <u>2.557,5</u>  |
| 85 18 04 00       | 5.232,9          | -               |
| 85 18 99 00       | 4.601,1          | -               |
| Total 85 18       | <u>9.834,0</u>   | -               |
| 85 19 07 99       | 10.335,8         | 9.955,3         |
| 85 19 09 00       | 6.668,0          | -               |
| 85 19 01 99       | 2.609,2          | 1.300,2         |
| 85 19 08 00       | 2.357,7          | 366,9           |
| 85 19 04 04       | 1.350,4          | 2.272,8         |
| 85 19 05 99       | 2.506,6          | 3.269,8         |
| Total 85 19       | <u>25.877,7</u>  | <u>17.165,0</u> |
| 85 21 14 00       | 42.329,0         | 24.115,9        |
| Total 85 21       | <u>42.329,0</u>  | <u>24.115,9</u> |
| Total capítulo 85 | <u>211.185,4</u> | <u>95.340,1</u> |
| 86 03 01 02       | 32.102,2         | 14.837,6        |
| 86 03 02 00       | 2.563,1          | -               |
| Total 86 03       | <u>34.665,3</u>  | <u>14.837,6</u> |
| 86 06 99 00       | 1.259,8          | -               |
| Total 86 06       | <u>1.259,8</u>   | -               |

|                   |                  |                 |
|-------------------|------------------|-----------------|
| 86 07 05 00       | 1.599,9          | 2.277,2         |
| Total 86 07       | <u>1.599,7</u>   | <u>2.227,2</u>  |
| 86 08 00 00       | 2.564,5          | 415,3           |
| Total 86 08       | <u>2.564,5</u>   | <u>415,3</u>    |
| 86 09 13 01       | 18.157,0         | 7.611,6         |
| 86 09 99 00       | 8.444,6          | 1.265,6         |
| 86 09 14 00       | 2.354,1          | 661,0           |
| 86 09 07 00       | 1.360,2          | 96,7            |
| 86 09 06 99       | 1.310,5          | -               |
| Total 86 09       | <u>31.626,4</u>  | <u>9.634,9</u>  |
| Total capítulo 86 | <u>71.715,7</u>  | <u>27.164,9</u> |
| 87 01 04 00       | 88.752,3         | 23.073,8        |
| 87 01 08 00       | 30.492,0         | 14.562,1        |
| 87 01 01 99       | 28.079,8         | 30.269,9        |
| 87 01 09 00       | 27.376,2         | 18.459,5        |
| 87 01 05 00       | 11.659,4         | 1.862,5         |
| 87 01 06 00       | 1.450,8          | 992,1           |
| Total 87 01       | <u>187.810,5</u> | <u>89.219,9</u> |
| 87 02 03 02       | 133.621,6        | 8.961,4         |
| 87 02 03 01       | 76.671,6         | 3.595,7         |
| 87 02 04 01       | 72.003,7         | 5.925,6         |
| 87 02 07 01       | 36.035,5         | 2.528,4         |
| 87 02 03 05       | 23.536,3         | 4.908,4         |
| 87 02 07 02       | 6.415,1          | 23.102,2        |
| 87 02 07 03       | 3.557,3          | 84,8            |
| 87 02 07 05       | 3.484,6          | -               |
| 87 02 08 01       | 1.055,8          | 52,7            |
| Total 87 02       | <u>356.381,5</u> | <u>49.159,2</u> |
| 87 04 04 00       | 13.227,3         | 53,8            |
| 87 04 05 00       | 13.186,1         | 2.587,3         |
| Total 87 04       | <u>26.413,4</u>  | <u>2.641,1</u>  |
| 87 05 04 00       | 1.678,2          | -               |
| Total 87 05       | <u>1.678,2</u>   | -               |

|                   |                  |                  |
|-------------------|------------------|------------------|
| 87 07 02 00       | 8.169,4          | 2.059,9          |
| 87 07 90 01       | 1.715,7          | 697,0            |
| Total 87 07       | <u>9.885,1</u>   | <u>2.756,9</u>   |
| 87 14 06 03       | 12.577,6         | 9.597,5          |
| 87 14 06 99       | 6.209,0          | 145,6            |
| 87 14 06 01       | 2.438,2          | 608,6            |
| Total 87 14       | <u>21.274,8</u>  | <u>10.351,7</u>  |
| Total capítulo 87 | <u>603.443,5</u> | <u>154.128,8</u> |
| 88 02 02 01       | 59.181,0         | 50.535,7         |
| 88 02 03 01       | 12.348,1         | 23.800,3         |
| 88 02 03 03       | 1.000,0          | -                |
| Total 88 02       | <u>72.529,1</u>  | <u>74.336,0</u>  |
| 88 03 00 00       | 11.137,9         | 14.715,9         |
| Total 88 03       | <u>11.137,9</u>  | <u>14.715,9</u>  |
| Total capítulo 88 | <u>83.667,0</u>  | <u>89.051,9</u>  |
| 89 01 02 03       | 87.050,3         | 44.610,0         |
| 89 01 07 01       | 7.084,9          | -                |
| 89 01 01 00       | 3.260,7          | -                |
| 89 01 02 01       | 2.102,5          | 34.224,8         |
| 89 01 03 03       | 1.200,0          | -                |
| Total 89 01       | <u>100.698,4</u> | <u>128.834,8</u> |
| Total capítulo 89 | <u>100.698,4</u> | <u>128.834,8</u> |
| Total Geral       | 1.884.292,2      | 1.097.913,2      |